



**SARA SOFIA  
VALENTE  
SERRANO**

## **PLANEAMENTO E ORDENAMENTO NO CONTEXTO DE UMA AUTARQUIA LOCAL**

Relatório de estágio, realizado na Câmara Municipal de Oliveira de Frades, apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Paulo António dos Santos Silva, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e com a supervisão da mestre em planeamento regional e urbano - Maria da Graça Quental Rio Gonçalves, técnica superior do município de Oliveira de Frades.

Aos meus pais e irmãos pelo seu apoio e incentivo.

## **o júri**

Presidente

Prof. Dr. José Manuel Gaspar Martins  
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Lopes Alves  
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Paulo António dos Santos Silva  
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

A realização deste estágio e a elaboração deste relatório não seria possível sem o auxílio de outras pessoas, e por esta razão não poderia deixar de agradecer a todos os que me apoiaram, ajudaram e encorajaram.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador da Universidade de Aveiro, o professor doutor Paulo António dos Santos Silva, por todo o apoio, ajuda, orientação e disponibilidade.

Em segundo lugar, um agradecimento especial à supervisora de estágio, Dr.<sup>a</sup> Graça Gonçalves pela sua disponibilidade, atenção, por todos os conhecimentos e experiências que me transmitiu e pela amizade demonstrada. Quero ainda agradecer ao senhor presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades – Dr. Luís Vasconcelos, pela oportunidade que me proporcionou, por toda a cooperação prestada durante o período de estágio, assim como ao engenheiro Dr. José Paulo Loureiro. Agradeço ainda a todas as outras pessoas que integram a Unidade Flexível de Planeamento, Urbanismo e Ambiente, que sempre me transmitiram segurança e me proporcionaram uma integração muito agradável na sua equipa.

Não poderia deixar de mostrar a minha gratidão para com a minha família mais próxima, e ao meu namorado, por todo o apoio e motivação que me deram durante o Mestrado e em especial durante o período de estágio e na elaboração deste relatório.

Manifesto a minha gratidão em especial à minha amiga Fátima Correia, que sempre esteve presente em todos os momentos e agradeço igualmente à Belmira Goth, pela sua verdadeira amizade, que mesmo longe sempre me incentivou e deu força para a realização deste relatório.

Obrigada a todos.

## **palavras-chave**

Planeamento Municipal, Instrumentos de Gestão Territorial, Plano Diretor Municipal, Gestão Urbanística e Sistemas de Informação Geográfica

## **resumo**

No presente trabalho relata-se a experiência de estágio integrado numa Unidade de Planeamento, Urbanismo e Ambiente, onde se aborda o Planeamento e Ordenamento do território no contexto de um município – Oliveira de Frades.

O relatório apresenta o enquadramento e contextualização dos instrumentos e ferramentas de gestão territorial, especialmente no que diz respeito ao Planeamento e Ordenamento no contexto da União Europeia e em Portugal; o Plano Diretor Municipal como instrumento de gestão territorial e a sua relação com outros instrumentos, de que é exemplo o Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas, tendo como referência o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor. Outro dos assuntos tratados baseia-se no conceito e importância da ferramenta SIG nas autarquias locais.

Aborda-se ainda os instrumentos de gestão territorial em vigor no município de Oliveira de Frades, incluindo, a revisão do Plano Diretor Municipal, o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga, o Plano Regional do Ordenamento da Floresta de Dão-Lafões e em elaboração o Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas.

Ainda apresenta os impactos resultantes de um empreendimento de aproveitamento hidroelétrico implantado no município, bem como a influência deste aproveitamento nos instrumentos de planeamento territorial municipais.

Relativamente à tarefa central deste relatório, esta baseia-se na minha integração na equipa de revisão do Plano Diretor Municipal onde foi possível o envolvimento no processo de revisão em curso preparando os elementos constituintes do plano, para apresentação em reunião final. Neste âmbito foram atualizados alguns dos elementos que constituem a proposta de alteração do referido plano, nomeadamente a Planta de Ordenamento constituída por diversas plantas temáticas, o conjunto de Plantas de Condicionantes, os elementos que acompanham o plano especialmente, os estudos de caracterização e o programa de intervenções municipais previstas.

Com a análise dos estudos de caracterização, procedeu-se a atualização da matriz SWOT existente.

Outras temáticas abordadas neste relatório são a participação e acompanhamento em tarefas relativas à exclusão da Reserva Ecológica Nacional no âmbito da sua delimitação, a utilização e importância dos Sistemas de Informação Geográfica, a gestão urbanística corrente numa autarquia em que existiu uma participação especial num processo de licenciamento de uma exploração de recursos minerais.

**keywords**

Municipal Plan, Territorial Management Tools, Municipal Master Plan, Urban Management and Geographic Information Systems

**abstract**

In this work it is reported the integrated internship experience in the Planning Unit, Urbanization and Environment, where it addresses the Planning and Spatial planning in the context of a municipality - Oliveira de Frades.

The report presents the framework and context of the instruments and territorial management tools, especially with regard to planning and planning in the context of the European Union and in Portugal; the Master Plan as a land management tool and its relationship with other instruments, as exemplified by the Reservoirs Land Management Plan of the Public Waters, with reference to the Legal Regime of Territorial Management instruments in force. Another of the topics discussed is based on the concept and importance of GIS tool in local authorities.

It still focuses on the land management instruments in the municipality of Oliveira de Frades, including the revision of the Master Plan, the Plan of River Basin Vouga, the Regional Planning Plan of Dão-Lafões Forest and the Reservoirs Land Management Plan of Public Water.

It also presents the resulting impacts of a hydroelectric venture deployed in the city as well as the influence of its use in municipal territorial planning instruments.

In what concerns the activities integrating the review team of the Master Plan, it was possible the involvement in the ongoing review process of preparing the details of the plan, for presentation at the final meeting. In this context it was updated some of the elements of the amendment of the plan, including the Planning plant that consists of several thematic plants, Constraints plants set, the information accompanying the particular plan, studies of characterization and the program provided for municipal interventions.

With the analysis of characterization studies, the existing SWOT analysis was updated.

Other issues addressed in this report are the participation and monitoring tasks on the exclusion of the National Ecological Reserve within its boundaries, the use and importance of Geographic Information Systems, the current urban management in a municipality where there was a cameo in the process of Licensing an exploration of mineral resources.

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Tema e Objetivos do Estágio	1
1.2. Organização do Estágio	4
1.3. Caraterização da Organização de Acolhimento	6
2. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS E FERRAMENTA DE GESTÃO TERRITORIAL	11
2.1. Planeamento e Ordenamento no Contexto da União Europeia	11
2.1.1. Planeamento e Ordenamento no Contexto de Portugal	15
2.2. Plano Diretor Municipal como Instrumento de Gestão Territorial	18
2.3. O Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas como Plano Especial de Ordenamento do Território	21
2.4. Conceito e Importância da Ferramenta SIG nas Autarquias Locais	23
2.5. Síntese Parcial	26
3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES	29
3.1. Caraterização do Concelho	29
3.2. Instrumentos de Gestão Territorial em Vigor no Município	31
3.3. Revisão do PDM de Oliveira de Frades	33
3.4. Empreendimento “Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida”	37
3.5. Influência do Aproveitamento Hidroelétrico nos Instrumentos de Planeamento Territorial	44
3.6. Constrangimentos da Ausência do Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas no Ordenamento	46
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO ESTÁGIO	49
4.1. Tarefas Realizadas na Revisão do PDM	50
4.1.1. Relativamente aos Elementos que Constituem o Plano	50
4.1.2. Relativamente aos Elementos que Acompanham o Plano	64

4.1.3. Relativamente à Delimitação da REN	73
4.2. Gestão Urbanística e Sistemas de Informação Geográfica	76
4.3. Acompanhamento da Tramitação do Processo de Licenciamento de uma Exploração de Recursos Minerais	81
5. REFLEXÃO – A TEORIA E A PRÁTICA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	86
6. CONCLUSÕES	89
ANEXOS	95
BIBLIOGRAFIA	135



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Organigrama dos serviços da Câmara Municipal de Oliveira de Frades .....	8
Figura 2- Organigrama dos serviços da Unidade Flexível de 2º Grau – Planeamento, Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades.....	9
Figura 3 - Localização Administrativa do Concelho de Oliveira de Frades.....	30
Figura 4 - Aspeto geral e localização das Barragens de Ribeiradio e Ermida.....	39
Figura 5 - Exemplo de ficha do portefólio do estudo de caraterização .....	69
Figura 6 - Extrato do levantamento da sinalização rodoviária vertical e horizontal .....	77
Figura 7 - Planta respeitante ao projeto SIG de caraterização industrial .....	78
Figura 8 - Extrato da planta do cadastro SIG dos loteamentos urbanos do município de Oliveira de Frades.....	79
Figura 9- Fotografia da Pedreira de “Monteteso” .....	81

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 – Cronograma das atividades realizadas durante o período de estágio.....	5
Quadro 2 – Inserção Administrativa do Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida .....	37
Quadro 3 – Impactes negativos e medidas propostas na fase de construção do aproveitamento hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida.....	40
Quadro 4 – Impactes negativos e medidas propostas na fase de exploração do aproveitamento hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida.....	41
Quadro 5 – Reclassificação da albufeira de águas públicas de serviço público de Ribeiradio .....	42
Quadro 6 – Classificação da albufeira de águas públicas de serviço público de Ermida .....	42
Quadro 7 – Classes de espaço abrangidos pelo aproveitamento hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida .....	44
Quadro 8 – Categorias de uso do solo rural do PDM de Oliveira de Frades .....	53
Quadro 9 – Categorias de uso do solo urbano do PDM de Oliveira de Frades .....	54
Quadro 10 – Limites de exposição de ruído no município .....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ACT** – Autoridade para as Condições de Trabalho  
**ARS** – Administração Regional de Saúde  
**CAOP** – Carta Administrativa Oficial de Portugal  
**CCDR** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro  
**CTA** – Comissão Técnica de Acompanhamento  
**DGT** – Direção Geral do Ordenamento do Território  
**DL** – Decreto-Lei  
**DRE** – Direção Regional de Economia  
**EDEC** – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário  
**EIA** – Estudo de Impacte Ambiental  
**EN** – Estrada Nacional  
**IGT** – Instrumentos de Gestão Territorial  
**INE** – Instituto Nacional de Estatística  
**LBGPPSOTU** – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo  
**LBOTU** – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo  
**NPA** – Nível de Pleno Armazenamento  
**NUT** – Nomenclatura das Unidades Territoriais  
**OA** – Organização de Acolhimento  
**PARP** – Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística  
**PBHRV** – Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga  
**PDM** – Plano Diretor Municipal  
**PMOT** – Plano Municipal de Ordenamento do Território  
**PNPOT** – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território  
**POAAP** – Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas  
**PP** – Plano de Pormenor  
**PROFDL** – Plano Regional do Ordenamento da Floresta de Dão-Lafões  
**PU** – Plano de Urbanização  
**RAN** – Reserva Agrícola Nacional  
**REN** – Reserva Ecológica Nacional  
**RJIGT** – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial  
**SIG** – Sistemas de Informação Geográfica  
**SWOT** – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

## **1. Introdução**

Este relatório surge no âmbito do estágio curricular para obtenção do grau de mestre em Planeamento Regional e Urbano, da Universidade de Aveiro.

A opção pela realização do estágio curricular prendeu-se com o contexto económico atual, e a dificuldade em encontrar oportunidades de emprego, bem como pela valorização da experiência e aquisição de competências na área da formação académica, as quais, de acordo com o regulamento do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, se “prendem com a análise de situações existentes; identificação dos parâmetros-chave e recolha de informação relevante; reflexão metodológica do processo de tomada de decisão e resolução dos problemas que venham a ser identificados ao longo do período de estágio; avaliação de opções rivais na resolução de tais problemas, e trabalho em grupo ou equipa para lidar com situações existentes ou potenciais”.

O estágio decorreu no Gabinete da Unidade Orgânica Flexível do Planeamento, Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, entre Outubro de 2013 e Maio de 2014, com uma duração de 720 horas.

Assim, ao longo deste relatório far-se-á uma descrição do decorrer do estágio, que devido à diversidade de temas abordados numa autarquia, será organizado em capítulos temáticos, nos quais se pretende dar conhecimento das tarefas executadas e das competências adquiridas face a cada desafio por elas colocado.

### **1.1. Tema e Objetivos do Estágio**

Quanto ao tema do estágio foi proposto, pela organização de acolhimento, um tema ou uma maior diversidade de temas. Embora optar apenas por um tema tornasse a realização do trabalho de estágio mais acessível, chegou-se à conclusão de que seria uma mais-valia, a nível pessoal e profissional, tratar um leque mais diversificado de temas.

A entrada no estágio ocorreu num momento em que, no Gabinete da Unidade Orgânica Flexível do Planeamento, Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, decorria a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), e visto ser uma temática bastante complexa, conclui-se que seria produtivo e benéfico aprofundar os conhecimentos no âmbito desta temática, bem como a integração numa equipa de trabalho.

Deste modo, o tema tratado durante o estágio versou o Planeamento e Ordenamento, no contexto de um município. De, igual forma, foi tratado o Planeamento e Ordenamento quer no contexto da União Europeia, quer em Portugal.

Outra das temáticas abordadas remeteu para o enquadramento e contextualização de dois planos, nomeadamente o PDM, em revisão, como instrumento de gestão territorial, e o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) como plano especial de ordenamento do território.

Outro aspeto tratado prendeu-se com a Gestão Urbanística, tendo por base os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) como ferramenta de gestão territorial, e sua importância nas autarquias locais.

Foram facultados diversos documentos contendo informações e estudos relativos ao tema de Planeamento e Ordenamento do Território, e atendendo a que, no decorrer do estágio se encontrava em construção o empreendimento: Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio – Ermida, foi tomada a iniciativa de contactar, de perto com esta obra, o que sem dúvida, constitui um desafio ao nível do planeamento.

Deu-se, ainda, o acompanhamento da tramitação do processo de licenciamento de uma exploração de recursos minerais, Pedreira de Monteteso.

Subjacente à realização do presente estágio, estiveram subjacentes objetivos gerais, que nortearam toda a ação, nomeadamente:

- 1) Desenvolver competências como técnica superior de planeamento, integrada numa equipa de trabalho;
- 2) Adquirir conhecimentos e métodos de trabalho que facilitem a integração técnica e profissional, na área do Planeamento Regional e Urbano;
- 3) Conhecer a dinâmica de funcionamento de uma autarquia;
- 4) Colocar em prática os conhecimentos adquiridos no âmbito curricular do Mestrado, em Planeamento Regional e Urbano.

De forma a alcançar os objetivos gerais, o presente relatório foi dividido e estruturado em diversos capítulos, que pretenderam desenvolver tarefas em diferentes áreas do planeamento.

Deste modo pretendeu-se:

- Compreender o enquadramento dos instrumentos e ferramentas de gestão territorial destacando-se, inicialmente, a importância de ter o conhecimento

de como o Planeamento e Ordenamento funcionam no contexto da União Europeia e, em Portugal;

- Demonstrar a importância do PDM como instrumento de gestão territorial (IGT) e a sua relação com os outros instrumentos, enquadrado no âmbito nacional, regional e municipal, com base no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), nomeadamente com o POAAP;
- Perceber o conceito e importância da ferramenta SIG para as autarquias locais, destacando-se a função desta ferramenta, benefícios do seu uso, constrangimentos e um exemplo de boas práticas, a nível nacional;
- Obter uma perceção dos instrumentos de gestão territorial, em vigor no município de Oliveira de Frades;
- Ter a noção de quais os impactes resultantes de um aproveitamento hidroelétrico, bem como analisar a sua influência nos instrumentos de planeamento territorial, e os constrangimentos da ausência do POAAP no Ordenamento;
- Acompanhar as tarefas no âmbito da revisão e atualização do PDM nomeadamente a Planta de Ordenamento constituída por diversas plantas temáticas, bem como a Planta de Condicionantes e, as que nesta se integram;
- Proceder à análise e atualização dos elementos que acompanham o PDM nomeadamente os estudos de caracterização bem como o programa de intervenções municipais previstas;
- Compreender a importância da análise SWOT que foi atualizada consoante a análise dos estudos de caracterização;
- Tomar conhecimento do processo de exclusão no âmbito da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN);
- Perceber a importância da gestão urbanística numa autarquia bem como conhecer os procedimentos inerentes ao processo de licenciamento de uma exploração de recursos minerais.

Todas estas tarefas proporcionaram a aquisição de conhecimentos e métodos de trabalho para a integração técnica e profissional na área do Planeamento Regional e

Urbano, contribuindo deste modo para a concretização do segundo objetivo geral, referido anteriormente.

Por fim, pretendeu-se levar a cabo uma reflexão global e fundamentada sobre o período de estágio, tentando adquirir conhecimentos a partir da experiência indo de encontro à componente curricular do Mestrado, como mencionado anteriormente.

## **1.2. Organização do Estágio**

No decorrer do estágio foram realizadas diversas tarefas convergentes no sentido de compreender o Planeamento e Ordenamento, no contexto de ação de um município.

Para esse efeito procedeu-se à consulta de legislação por um lado para poder enquadrar e contextualizar o planeamento e ordenamento no contexto da União Europeia e em Portugal quer por outro para enquadrar os IGT nomeadamente o PDM e o POAAP; consulta de legislação relativa ao município de Oliveira de Frades, nomeadamente, ao nível do regulamento da organização dos serviços municipais; recorreu-se a documentos facultados pela Câmara Municipal, nomeadamente ao volume 3 da proposta de revisão do PDM: Elementos que acompanham o Plano – Relatório; estudos e documentos disponibilizados pela Câmara Municipal; consulta do estudo de impacto ambiental do empreendimento Ribeiradio-Ermida; regulamento do processo de revisão do plano; informação estatística disponível no *site* do Instituto Nacional de Estatística (INE); recorreu-se ao Google Street Maps e ao software SIG para criar informação geográfica para o município; documentos do arquivo da Câmara Municipal e ao contacto com entidades externas.

O trabalho de campo constituiu, igualmente, uma mais-valia no decorrer do estágio, em que ocorreram deslocações ao empreendimento “Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida”, à própria vila de Oliveira de Frades e sua zona industrial e à Pedreira de “Monteteso”. Estas saídas de campo proporcionaram o registo fotográfico e recolha de informação *in loco*.

Todas as tarefas realizadas ao longo dos vários meses que constituíram o período de estágio foram organizadas num cronograma, o qual inclui, numa primeira fase a atualização ao nível de informação e dados dos estudos de caracterização do PDM – caracterização demográfica; edifícios e alojamentos; socioeconómica; património cultural; rede viária, mobilidade e acessibilidade, comunicações e energia e equipamentos e

serviços de apoio à população. No que diz respeito ao património cultural, por iniciativa pessoal, foi acrescentada nova informação e elaborado um portefólio.

Numa segunda fase os elementos que constituem o plano – planta de ordenamento; zonamento acústico; património cultural; equipamentos e infraestruturas; planta de condicionantes; carta de perigosidade; carta de povoamentos florestais percorridos por incêndios; programa de execução das intervenções previstas e meios de financiamento e a delimitação da REN e suas exclusões.

Numa terceira fase a gestão urbanística e a interação com o programa SIG, nomeadamente, o levantamento da sinalização rodoviária horizontal e vertical; preparação do projeto SIG de caracterização industrial e do cadastro SIG dos loteamentos urbanos do município de Oliveira de Frades. Por último e numa quarta fase surge a participação num processo de licenciamento de uma exploração de recursos minerais.

Atividades	Mês							
	out-13	nov-13	dez-13	jan-14	fev-14	mar-14	abr-14	mai-14
<b>Participação na Elaboração dos Estudos de Caracterização</b>								
Caraterização Demográfica								
Caraterização de Edifícios e Alojamentos								
Caraterização Socioeconómica								
Caraterização do Património Cultural								
Caraterização da Rede Viária, Mobilidade e Acessibilidade, Comunicações e Energia								
Caraterização da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio à População								
<b>Participação na Elaboração dos Elementos que constituem o Plano</b>								
Delimitação da REN e suas exclusões								
Planta de Ordenamento								
Planta de Zonamento Acústico								
Planta de Equipamentos e Infraestruturas								
Planta de Património Cultural								
Planta de Condicionantes								
Carta de Perigosidade								
Carta de Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios								
Programa de Execução das Intervenções Previstas e Meios de Financiamento								
<b>Participação na Gestão Urbanística e Interação com o Programa SIG</b>								
Levantamento e identificação de toda a sinalização rodoviária vertical e horizontal								
Realização de uma base de dados com todas as empresas/indústria existentes								
Levantamento dos loteamentos urbanos do município								
<b>Participação em Outros</b>								
Processo de licenciamento de uma exploração de recursos minerais								

Quadro 1 – Cronograma das atividades realizadas durante o período de estágio

### **1.3. Caraterização da Organização de Acolhimento**

No que diz respeito à organização de Acolhimento – Câmara Municipal de Oliveira de Frades (Unidade Flexível de Planeamento, Urbanismo e Ambiente) onde se elaboram e acompanham os IGT, rege-se pelo enquadramento legal para a atribuição de funções aos funcionários da autarquia, que remete para o projeto de regulamento de organização dos serviços municipais (Despacho n.º 857/2011, de 11 de janeiro de 2011).

Este define as competências da Unidade Flexível de Planeamento, Urbanismo e Ambiente, que integra a subunidade orgânica administrativa e três serviços de assessoria (Gabinete de Planeamento, Urbanismo e Informação Geográfica; Gabinete de Obras Públicas e o Gabinete de Ambiente, Saúde Pública e Recursos Naturais).

O despacho referido determina as competências para o profissional de planeamento e ordenamento do território a ele afeto, destacando-se as seguintes para o Gabinete de Planeamento, Urbanismo e Ambiente:

- Dirigir e coordenar os serviços que integram esta unidade;
- Definir objetivos para cada um dos serviços e afetar a cada um deles os meios de que dispõe;
- Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades;
- Administrar todas as obras ou trabalhos de construção, reconstrução, reparação e conservação dos bens imóveis do Município, ou sob a sua administração, programar e executar, quer diretamente quer através de adjudicação a terceiros, bem como superintender nos serviços de saneamento básico, limpeza urbana, de recolha e transporte de resíduos urbanos, de parques, jardins e de equipamentos públicos;
- Realizar e coordenar os procedimentos de elaboração, aprovação, revisão e suspensão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's);
- Elaborar e coordenar projetos, estudos ou ações relacionadas com as Reservas Agrícola e Ecológica Nacionais e com outras servidões e restrições de utilidade pública;
- Desenvolver ou implementar propostas, técnicas e métodos de planificação e gestão do território, incluindo a programação de equipamentos e de

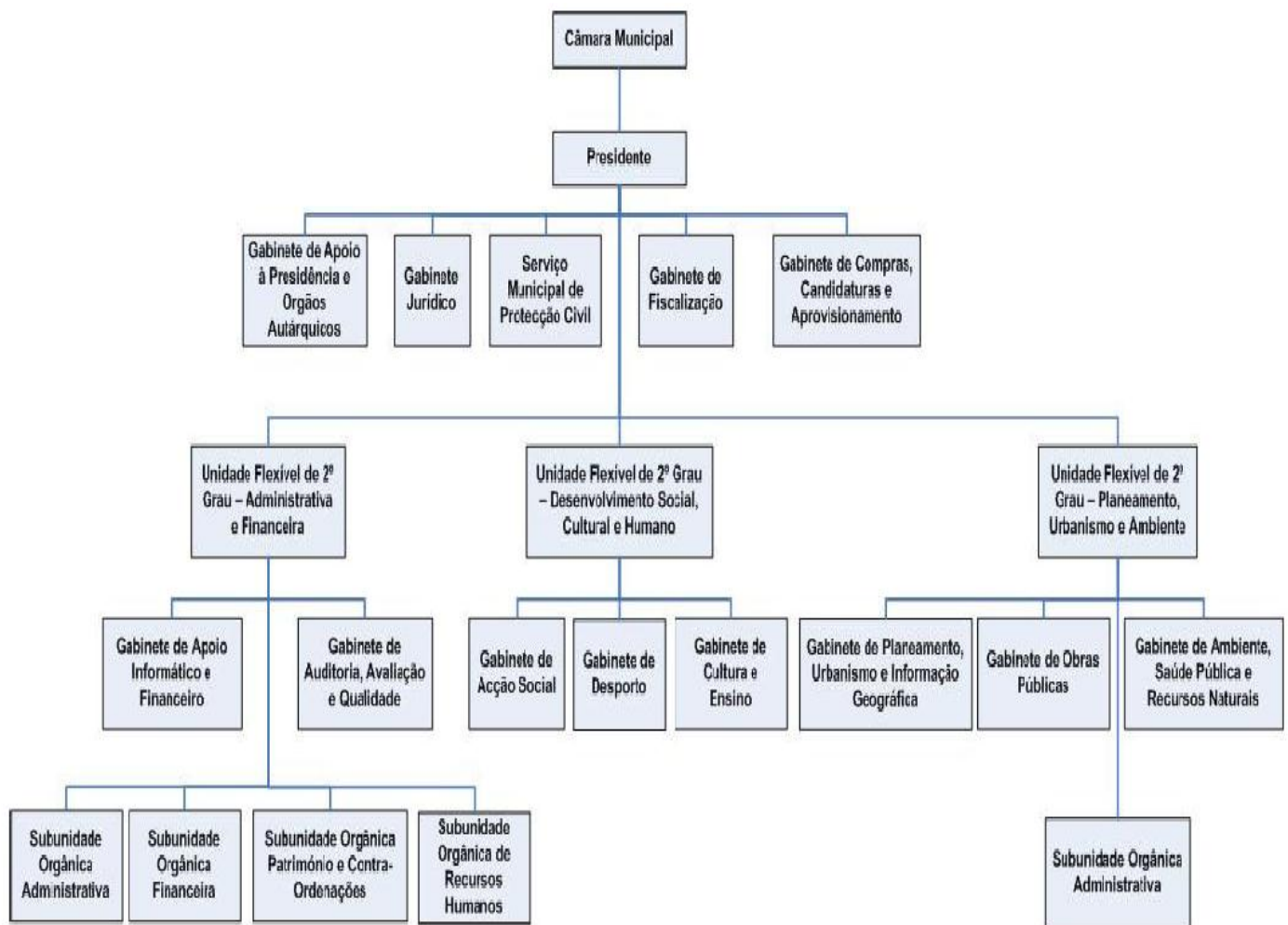


infraestruturas urbanas e a adoção de mecanismos, critérios e instrumentos de perequação;

- Realizar e ou coordenar a elaboração de projetos, estudos e ou ações que visem a proteção e defesa da qualidade ambiental, do património natural e da biodiversidade, bem como a valorização e a requalificação ambiental, paisagística e urbanística dos lugares;
- Emitir pareceres, nos termos da legislação vigente, sobre as temáticas relacionadas com o Planeamento, o Ambiente, o Ordenamento do Território e os Recursos Naturais;
- Colaborar com as outras unidades orgânicas da autarquia de acordo com os objetivos estratégicos, operacionais e com as orientações políticas definidas pelos órgãos municipais;
- Assegurar a tramitação dos pedidos de informação prévia, de licenciamento e de comunicação prévia das operações urbanísticas, tal como definidas pelo regime jurídico aplicável;
- Emitir alvarás e autorizações decorrentes das operações urbanísticas;
- Assegurar o licenciamento industrial, de exploração de inertes e massas minerais;
- Fiscalizar a pesquisa e captação de águas subterrâneas não localizadas em terrenos do domínio público;
- Promover a atividade de fiscalização técnica das obras, solicitando a intervenção do Gabinete de Fiscalização;
- Informar a fiscalização municipal da entrada de processos, disponibilizando-os para consulta e recolha de elementos;
- Zelar pela aplicação dos regulamentos municipais criados em matéria de gestão urbanística;
- Coordenar o processo de atribuição de designações toponímicas;
- Exercer as competências previstas na legislação em vigor, bem como todas aquelas que legalmente forem delegadas ou subdelegadas.

Segundo o mapa de pessoal de 2014, a autarquia de Oliveira de Frades possui 155 postos de trabalho, dos quais 20 são técnicos superiores, em que apenas um possui licenciatura na área de planeamento (Planeamento Regional e Urbano).

A figura seguinte constitui o organigrama dos serviços da Câmara Municipal de Oliveira de Frades.



*Figura 1- Organigrama dos serviços da Câmara Municipal de Oliveira de Frades*

Fonte - Adaptado de Gonçalves (Gonçalves, 2012)

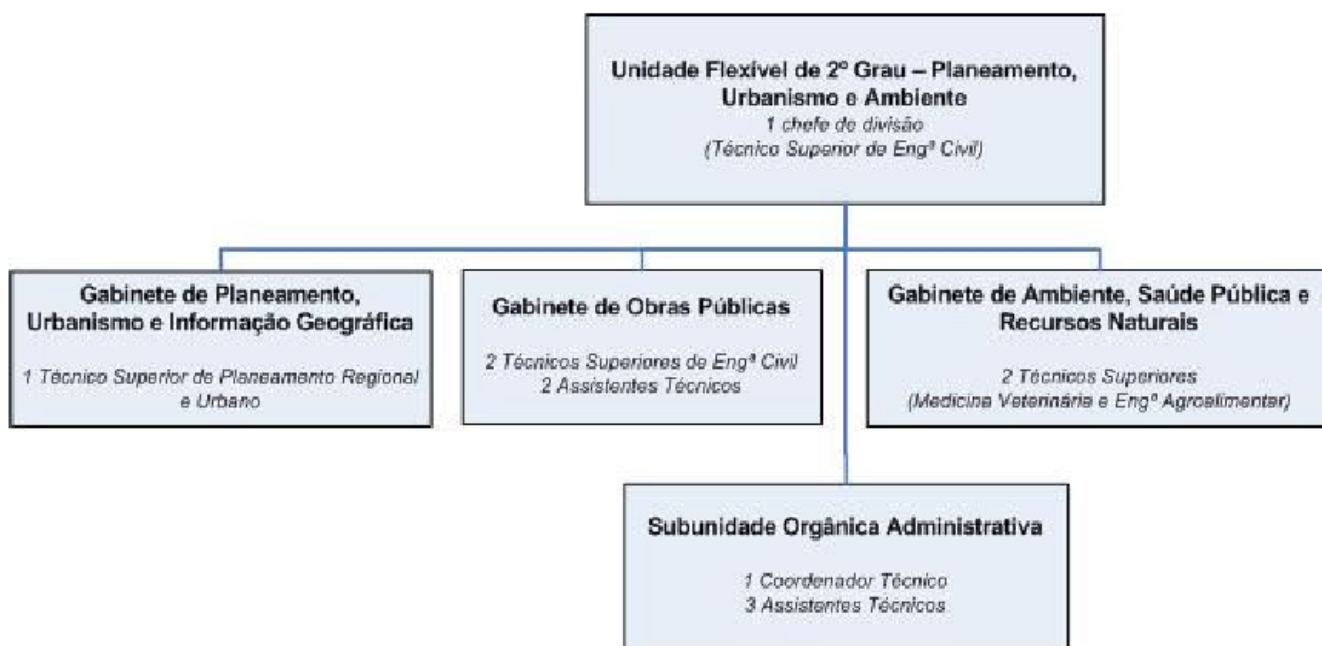
O organigrama apresentado como pudemos verificar é vertical, ou seja, toda a informação parte do presidente e é dividida por vários gabinetes que transmitem essa informação a três unidades flexíveis de 2º grau: Administrativa e Financeira;

Desenvolvimento Social, Cultural e Humano e Planeamento, Urbanismo e Ambiente. A última unidade referida foi onde estive inserida e que muito contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Do que pude observar cada gabinete trabalha individualmente, não querendo dizer no entanto que, se necessário, estas diferentes unidades não possam trabalhar em conjunto.

De facto, na minha opinião seria extremamente vantajoso que houvesse articulação entre as várias unidades, contribuindo dessa forma para um melhor funcionamento da Câmara Municipal e consequentemente de todo o município.

A unidade flexível de 2.º Grau - Planeamento, Urbanismo e Ambiente, têm como se pode verificar na figura seguinte um número específico de funcionários que possuem diferentes especializações. No que diz respeito aos técnicos superiores existem: um técnico de Planeamento Regional e Urbano, três técnicos de Engenharia Civil, um médico Veterinário e um engenheiro Agroalimentar.



*Figura 2- Organograma dos serviços da Unidade Flexível de 2º Grau – Planeamento, Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades*

Fonte - Adaptado de Gonçalves (Gonçalves, 2012)

Este organigrama demonstra que a unidade de Planeamento, Urbanismo e Ambiente está dividida em quatro gabinetes: Gabinete de Planeamento, Urbanismo e Informação Geográfica; Gabinete de Obras Públicas; Gabinete de Ambiente, Saúde Pública e Recursos Naturais e a Subunidade Orgânica Administrativa. Como se pode verificar cada gabinete tem pelo menos dois funcionários, com exceção do gabinete de planeamento, urbanismo e informação geográfica, o que na minha opinião sobrecarrega a técnica superior.

Portanto seria uma mais-valia para a câmara municipal ter um outro coordenador ou assistente nesta área, de forma a agilizar os processos que aqui entram. Embora atualmente as câmaras estejam inibidas de contratar novos funcionários, poderia transferir-se um funcionário de um dos outros gabinetes para este.

Apesar de trabalhar no mesmo espaço físico que os outros funcionários, é um facto que o meu tempo foi sobretudo dividido com a minha orientadora, técnica superior de Planeamento Regional e Urbano, devido às tarefas que tinha a desempenhar e que se prendiam sobretudo com este gabinete.

## **2. Enquadramento e Contextualização dos Instrumentos e Ferramenta de Gestão Territorial**

Este capítulo remeterá para o enquadramento e contextualização dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) onde será apresentada uma breve abordagem ao Planeamento e Ordenamento no contexto da União Europeia e em Portugal. No primeiro caso não existe uma política específica para o ordenamento do território, no entanto, foi desenvolvido nos últimos anos um conjunto de iniciativas relevantes, no caso de Portugal, referem-se os documentos com um maior impacto na sua evolução, o caso da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBPOTU) que foi revogada pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU) e o RJIGT, que contribuem para ter uma noção geral dessa evolução e como esta foi sentida na elaboração dos PDM de 1ª e 2ª geração.

Outro assunto abordado remeterá para o PDM como instrumento de gestão territorial, de âmbito municipal, onde se focará o seu conceito, conteúdo material e documental e ainda uma breve abordagem à relação deste tipo de plano com outros.

Por outro lado, apresentar-se-á o enquadramento legal do POAAP como plano especial de ordenamento do território, com base na legislação vigente, assim como os propósitos e objetivos fulcrais.

Por último, focar-se-á o conceito e importância dos SIG's para as autarquias locais, sendo esta uma ferramenta essencial na gestão territorial.

### **2.1. Planeamento e Ordenamento no Contexto da União Europeia**

No contexto da União Europeia não existe uma política específica para o ordenamento do território, ou seja, não existem normas ou diretivas comunitárias nesta área mas sim, um conjunto de recomendações.

No entanto, foi desenvolvido nos últimos anos um conjunto de iniciativas relevantes para o ordenamento do território, como se defende no Relatório do *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território* (PNPOT), e ainda segundo o doutor João Ferrão, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Ferrão, 2010).

Em 1983, foi assinada a *Carta Europeia do Ordenamento do Território*, fruto de uma iniciativa da Comunidade Europeia, onde se destacam cinco grandes objetivos: desenvolvimento socioeconómico equilibrado das regiões europeias, melhoria da qualidade de vida, gestão cuidada dos recursos naturais, proteção do ambiente e racionalização da utilização do território (Ferrão, 2010).

Em 1988, foi criada a reforma dos fundos estruturais e o conselho consultivo das coletividades regionais e locais. Em 1991, ocorreu a publicação do *Europa 2000* onde pela primeira vez se propõe, cobrindo a totalidade do território comunitário, a constituição de super-regiões europeias, isto é, espaços transnacionais de cooperação inter-regional e de troca de experiências, ainda neste ano ocorreu a criação de um comité para o desenvolvimento espacial (Ferrão, 2010).

Em 1994, ocorreu a publicação do *Europa 2000+*, que enfatiza a necessidade de desenvolver redes transeuropeias de transportes e formas eficazes de cooperação transnacional de base territorial e do documento que serve de base ao *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC) sob o desígnio: “Para um desenvolvimento espacial equilibrado e sustentável do território da União Europeia” e que assenta em três grandes objetivos de política: i) coesão económica e social; ii) preservação do património natural e cultural; e iii) uma competitividade mais equilibrada do território europeu (Ferrão, 2010).

Neste mesmo ano, iniciou-se a campanha para as cidades e vilas europeias sustentáveis, que tem por objetivo encorajar e apoiar as cidades e vilas a tornarem-se sustentáveis (Caeiro, 2013).

Em 1997, foi lançado o programa *TERRA* – Laboratório Experimental do Ordenamento do Território que, em conjunto com os programas *INTERREG II* tinham por objetivo avaliar de que forma as opções políticas propostas pelo *EDEC* são relevantes (Caeiro, 2013).

No ano de 1999, ocorreu o lançamento do *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC), e no ano de 2000 ocorreu a assinatura da *Convenção Europeia da Paisagem* (PNPOT, 2010).

Em 2004, na reunião informal sobre coesão territorial, realizada em Roterdão, os ministros responsáveis pelo ordenamento do território acordaram em criar a *Agenda*

*Territorial da União Europeia* em Leipzig, a qual pretende contribuir para o desenvolvimento económico sustentável e para a criação de empregos (Ferrão, 2010).

Posteriormente, na sequência dos acordos estabelecidos com o *Programa de Ação de Lille* (2000), o *Urban Acquis de Roterdão* (2004) e o *Acordo de Bristol* (2005), os ministros responsáveis pelo desenvolvimento urbano da União Europeia têm cooperado no sentido de uma melhor integração das dimensões económica, social e ambiental nas políticas urbanas. Com a *Carta de Leipzig para as Cidades Europeias Sustentáveis* (2007), acordaram-se um conjunto de linhas orientadoras para o desenvolvimento de políticas integradas de desenvolvimento urbano, suscetíveis de serem aplicadas não só nas áreas urbanas económica e socialmente deprimidas como nas cidades consideradas como um todo. Esta carta reconhece ainda que as políticas de desenvolvimento urbano exigem estratégias holísticas e atuações coordenadas por parte de todas as pessoas e instituições envolvidas no processo de desenvolvimento urbano, cujo âmbito ultrapassa os limites de cada cidade (Caeiro, 2013).

Em 2008, a Comissão Europeia adotou um *Livro Verde* sobre coesão territorial, o que possibilita a análise atualizada das disparidades verificadas no território europeu e inicia o debate sobre a melhor forma de ter em conta a dimensão territorial nas políticas e nos programas da União Europeia. Salientem-se ainda os objetivos preconizados pela Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano, focados na melhoria da qualidade do ambiente urbano, de forma a tornar as cidades locais mais atrativas e saudáveis, para se viver, trabalhar e investir, e reduzir os impactos ambientais negativos originados pelas cidades, por exemplo no nível das alterações climáticas (Caeiro, 2013).

A nova Agenda Territorial da União Europeia, designada *Agenda Territorial 2020*, foi adotada, em 19 de Maio de 2011 e atualiza o documento antecedente, adotado em Leipzig em Maio de 2007, ajustando-o à atual conjuntura económica e social e ao novo contexto resultante do *Tratado de Lisboa* e alinhando-o com a Estratégia *EUROPA 2020* (Ferrão, 2010).

Das iniciativas referidas, anteriormente, destacam-se as que contribuíram para o desenvolvimento do conceito de Coesão Territorial como um novo paradigma do desenvolvimento do espaço europeu; as que se preocupam com o desenvolvimento sustentável e as que têm como objetivo a regeneração urbana que são apresentadas de seguida.

Primeiramente destaca-se que, de uma forma crescente, a dimensão territorial tem vindo a assumir visibilidade na formulação de políticas públicas. A União Europeia, através das políticas da Comissão Europeia e por intermédio da Política Regional e de Coesão, adotou recentemente o princípio de Coesão Territorial como o novo paradigma de desenvolvimento do espaço europeu (Santinha e Marques, 2012).

Este conceito de Coesão Territorial surgiu formalmente em 1997 no *Tratado de Amesterdão*, mas há quatro marcos posteriores onde se destaca a adoção deste princípio do ponto de vista da política pública: a publicação da *Agenda Territorial da União Europeia*, primeiro em 2007 e a versão renovada *Europa 2020* em 2011, o lançamento do *Livro Verde* sobre a Coesão Territorial e a inclusão da Coesão Territorial no *Tratado de Lisboa* (2009) enquanto 3º pilar de atuação a par da Coesão Económica e da Coesão Social (Santinha e Marques, 2012).

Importa sublinhar que o *Tratado de Lisboa* introduziu a dimensão da coesão territorial na agenda das preocupações da União Europeia, onde se identificaram objetivos, como por exemplo aproveitar os pontos fortes de cada território, estabelecer um contacto mais estreito entre os territórios e desenvolver a cooperação (Alves, 2011).

Assim, a coesão territorial é entendida como a procura de se alcançar o “desenvolvimento harmonioso de todos estes territórios e facultar aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles. Nessa medida, a coesão territorial é um fator de conversão da diferença em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável de toda a União Europeia” (Alves, 2011).

Outra das iniciativas que merece destaque é o apelo da União Europeia à necessidade da implementação de estratégias para o desenvolvimento sustentável, em que se destaca a *estratégia comunitária para o desenvolvimento sustentável* (2001). Para isso exige-se um crescimento económico sustentado que apoie o progresso social e respeite o ambiente, uma política social de suporte ao desempenho económico e uma política ambiental economicamente rentável.

No período de 2000-2006 foi definido o *Quadro Comunitário de Apoio III* que representa um dos programas específicos da União Europeia destinados a dar resposta e a apresentar soluções para os principais problemas que afetam as várias regiões da Europa, organizado por iniciativas comunitárias e fundos estruturais, destacando-se o *INTERREG III*, o *URBAN II*, o *LEADER +* e o *EQUAL* (Alves, 2011).



O programa de iniciativa comunitária *INTERREG III* (2000-2006) destaca o contributo que a cooperação transfronteiras, transnacional e inter-regional representa para a integração e o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do território europeu.

O programa *URBAN II* aposta em combater problemas de ordem económica, social e ambiental nos espaços urbanos, bem como a requalificação infraestrutural desses mesmos espaços (Alves, 2011).

Tendo em consideração todas estas iniciativas, conclui-se que a nível europeu há uma enorme preocupação com o equilíbrio do território e com a sua sustentabilidade. Para isso tem-se procurado ter em consideração o desenvolvimento urbano, económico, social e ambiental, estando portanto o planeamento e ordenamento do território ligado indubitavelmente a estas áreas.

### **2.1.1. Planeamento e Ordenamento no Contexto de Portugal**

Portugal, sendo um país europeu e membro da comunidade europeia e embora tendo o seu próprio contexto ao nível do planeamento e ordenamento do território, não esquece as diretrizes divulgadas a nível europeu.

Em Portugal o contexto político teve grande influência no desenvolvimento do Planeamento e Ordenamento do território. Segundo o artigo n.º 9 da Constituição da República Portuguesa, são tarefas fundamentais do Estado: “proteger e valorizar o património cultural, ambiental e natural, e dos recursos naturais proporcionando um bom ordenamento do território, bem como, o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional”.

Após o 25 de abril, em 1977 surge a 1ª Lei das Atribuições e Competências das Autarquias (Lei n.º 79/77, de 25 de outubro, alterada pelo Decreto-Lei (DL) n.º 100/84, de 29 de março e Lei n.º 159/99, de 14 de setembro), que destacou a emergência do poder local e com a definição das competências das autarquias locais, surgiu a necessidade de definição das políticas de intervenção a esse nível, não existindo nenhum instrumento específico para esse efeito.

Nesta fase o planeamento nos municípios era efetuado por engenheiros civis e por arquitetos, numa perspectiva de intervenção física, implementada pela realização de obras públicas (Gonçalves, 2012).

Em 1982, com o DL n.º 208/82, de 26 de maio, foi instituída a figura do PDM, que incide e intervém em todo o território municipal, consistindo num plano territorial que não se limita a regular as atividades dos particulares, debruçando-se sobre questões de uso, transformação e ocupação do solo, tendo um papel preponderante no desenvolvimento social e económico do município.

Contudo, foram poucos os PDM que entraram em vigor até ao final da década de 80 (apenas em 5 municípios), devido ao DL n.º 208/82 apresentar um enquadramento legal que exigia um processo de elaboração moroso e complexo.

Em 1990 foi promulgado o DL n.º 69/90, de 2 de março, que institucionalizou os PMOT constituídos pelos PDM, Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) e procurou incutir uma nova dinâmica na elaboração do PDM, convertendo a sua elaboração como obrigatória (Pereira, 2003).

Este diploma serviu, ainda, de suporte à elaboração de grande parte dos designados PDM de 1ª geração e veio simplificar e acelerar os processos de elaboração dos mesmos, afastando-se um pouco da intervenção a nível social e económico, focando-se mais na componente de ordenamento (Pereira, 2003).

Todavia, foram vários os fatores que levaram à fraca elaboração e implementação dos PDM de 1ª geração, tal como “a escassez de informação de base, insuficiência e desatualização da cartografia e ausência de meios informáticos; longo e complexo faseamento; pouca capacidade das estruturas técnicas municipais para acompanhar a elaboração e, posteriormente, a implementação dos Planos; reduzida experiência dos gabinetes técnicos privados aos quais foi adjudicada a elaboração dos PDM; falta de preparação da Administração Regional e Central para coordenar tão grande número de PDM; ausência de objetivos de desenvolvimento e de ordenamento supramunicipal e regional e limitado esclarecimento dos objetivos e âmbito dos PDM” (Gonçalves, 2009).

Como sublinha Simões (2007), estes planos revelaram-se ser instrumentos com grandes deficiências técnicas, “o contexto da sua realização não foi, obviamente, o melhor: os municípios foram muito mais obrigados que motivados, a Administração Central revelou-se impreparada para acompanhar o processo; os técnicos autores dos planos não tinham, muitas vezes, a necessária formação; a participação quase se resumiu às pressões de alguns interesses fundiários mais atentos”.

Porém, e segundo Pereira (2003), “não obstante os problemas resultantes de todas aquelas vicissitudes e insuficiências, os PDM de 1ª Geração contribuíram, de algum modo, para criar um conjunto de regras de ocupação do solo menos casuísticas e até mais claras e para uma nova consciência pública de cultura de ordenamento e planeamento”.

A 11 de agosto de 1998 foi criada a LBPOTU (Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto e revogada pela atual Lei de Bases n.º 31/2014, de 30 de maio (LBGPPSOTU) que abre um “capítulo novo na história das políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo em Portugal” (Caldeira, 2008).

No seguimento da Lei n.º 48/98, surge o DL n.º 380/99, de 22 de setembro, que define o RJGT em que se “desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial” (art.º 1º, DL n.º 380/99), em vigor atualmente destaca-se o DL n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do RJGT.

Assim, os PDM de “2ª geração” surgem numa conjuntura totalmente distinta, em que o aparecimento do “Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas e de Albufeiras de Águas Públicas, (...) bem como o lançamento da elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território” constituem uma realidade que incidirá no âmbito municipal e na gestão territorial (DL n.º 310/2003, de 10 de dezembro). Estamos, assim, perante novas orientações de natureza estratégica (Pereira, 2011).

Em suma, através da revisão dos PDM de 1ª geração, procura-se “assegurar que os municípios, na elaboração dos PDM de 2.ª geração, não venham a confrontar-se com as disfunções detetadas nos PDM de 1ª geração” (DL n.º 310/2003, de 10 de dezembro).

Assim, os PDM de 2ª geração são desenvolvidos num novo contexto de agilização dos processos de elaboração, alteração e revisão dos vários PMOT’s e numa situação de maior experiência e competência por parte dos gabinetes técnicos, e das próprias autarquias, mais e melhor informação de base e de meios técnicos, bem como de maior esclarecimento das populações.

Com a entrada do processo de revisão dos PDM é necessário ter em conta que tratando-se de um plano contínuo, não se deverá tratar de uma mudança de plano, mas sim de uma transição de um primeiro ciclo de planeamento para um novo ciclo – há autores que não consideram o nome de PDM de 2ª geração o mais adequado, mas sim PDM de transição – implicando um debate e análise dos resultados obtidos com o plano vigente (Pereira, 2003).

## **2.2. Plano Diretor Municipal como Instrumento de Gestão Territorial**

O PDM é considerado um instrumento de gestão territorial de âmbito municipal e faz parte do grupo dos PMOT's, tal como o PU e o PP. Os objetivos definidos na nova lei de bases (LBGPPSOTU) para cada um dos PMOT são:

- PDM - Estabelece, nomeadamente, a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos.
- PU - Desenvolve e concretiza o PDM e estrutura a ocupação do solo e o seu aproveitamento, definindo a localização das infraestruturas e dos equipamentos coletivos principais.
- PP - Desenvolve e concretiza o PDM, definindo a implantação e a volumetria das edificações, a forma e organização dos espaços de utilização coletiva e o traçado das infraestruturas.

Atendendo à importância do PDM é fundamental apresentar a sua definição, bem como o seu conteúdo material e documental, e ainda uma breve referência à relação deste plano com os planos de âmbito nacional e regional.

O PDM “estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal (artigo 84, n.º 1, do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo DL n.º 2/2011, de 6 de janeiro)”, constituindo-se por essa razão, “num instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais de ordenamento do território e para o estabelecimento de

programas de ação territorial, bem como para o desenvolvimento das intervenções sectoriais da administração do Estado no território do município, em concretização do princípio da coordenação das respetivas estratégias de ordenamento territorial (artigo 84, n.º 2, do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo DL n.º 2/2011, de 6 de janeiro) ”.

“A definição do modelo de organização municipal do território assenta no conjunto das matérias identificadas no conteúdo material do PDM, desenvolvendo-se em dois momentos distintos que se complementam entre si, a caracterização/diagnóstico e a proposta. No âmbito da caracterização/diagnóstico, fase que irá sustentar a definição do modelo de desenvolvimento territorial, o desafio que se coloca é a recolha, sistematização e organização da informação necessária para a construção de um modelo de ocupação do território, podendo considerar-se uma das mais importantes do processo, que vai condicionar o resultado final” (Grego e Gabriel, 2012).

Neste âmbito, e uma vez que o conteúdo material do PDM é bastante extenso, este encontra-se em anexo (**Anexo I**), e baseia-se no artigo n.º 85 do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo DL n.º 2/2011, de 6 de janeiro.

Por sua vez, o conteúdo documental do PDM distingue-se entre os elementos que constituem o plano e os elementos que o acompanham, conforme o disposto no artigo n.º 86 do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo DL n.º 2/2011, de 6 de janeiro e nos pontos 1.º e 5.º da portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro.

Os elementos que constituem o plano são o regulamento, a planta de ordenamento e a planta de condicionantes. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86º do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo DL n.º 2/2011, de 6 de janeiro, o regulamento é um dos documentos que constituem o PDM e cumulativamente com a Planta de Ordenamento, estabelece as regras e orientações a que devem obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo no território municipal e os critérios a utilizar na execução do plano; a Planta de Ordenamento representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos e ainda as unidades operativas de planeamento e gestão definidas e a Planta de Condicionantes identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor, que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do território.

Por outro lado, os elementos que acompanham o plano são compostos pelos estudos de caracterização do território municipal; relatório; relatório ambiental; programa de execução; planta de enquadramento regional; planta da situação existente; relatório ou planta de compromissos urbanísticos; carta da estrutura ecológica municipal; relatório de ponderação de discussão pública; ficha de dados estatísticos; mapa de ruído e cartografia de risco de incêndio.

É, ainda, fundamental e, segundo os n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo n.º 24 do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, focar a relação que existe entre os instrumentos de âmbito nacional, regional e municipal.

- 1) “O programa nacional da política de ordenamento do território e os planos regionais definem o quadro estratégico a desenvolver pelos planos municipais de ordenamento do território e, quando existam, pelos planos intermunicipais de ordenamento do território;
- 2) Os planos municipais de ordenamento do território definem a política municipal de gestão territorial de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo programa nacional da política de ordenamento do território, pelos planos regionais de ordenamento do território e, sempre que existam, pelos planos intermunicipais de ordenamento do território;
- 3) Os planos municipais de ordenamento do território e, quando existam, os planos intermunicipais de ordenamento do território, devem acautelar a programação e a concretização das políticas de desenvolvimento económico e social e de ambiente, com incidência espacial, promovidas pela administração central, através dos planos sectoriais;
- 4) Os planos especiais de ordenamento do território prevalecem sobre os planos intermunicipais de ordenamento do território, quando existam, e sobre os planos municipais de ordenamento do território”.

Em suma, o PDM constitui-se como um instrumento mais operativo com vista à execução, incluindo o modelo de organização municipal, apoiando-se em diversos documentos sectoriais de apoio à tomada de decisão, e o seu enquadramento em programas de execução.

Sendo o único PMOT realizado à escala do município, com a característica de vincular os particulares, e ao definir o modelo de organização municipal do território (conteúdo previsto na lei), estabelece objetivos de desenvolvimento para essa unidade territorial podendo, igualmente, constituir um tipo de plano utilizado na promoção da equidade e coesão territorial.

### **2.3. O Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas como Plano Especial de Ordenamento do Território**

Sendo importante, para o presente trabalho, considerar o POAAP, vale a pena fazer o levantamento da legislação mais relevante no contexto deste plano especial de ordenamento do território que se apresenta de seguida.

O regime jurídico de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público foi inicialmente consagrado no DL n.º 502/71, de 18 de novembro, com o objetivo de assegurar a harmonização das atividades secundárias que se desenvolvem nas albufeiras bem como as finalidades principais que estiveram na génese da construção das respetivas barragens.

O Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro, que procedeu à regulamentação do DL referido anteriormente, definiu os diversos tipos de classificação das albufeiras de águas públicas de serviço público (protegidas, condicionadas, de utilização limitada e de utilização livre); as atividades secundárias não permitidas e permitidas; a adequação da largura da zona de proteção instituída na envolvente das albufeiras bem como a criação, dentro desta, da zona reservada, assim como as atividades proibidas nestas zonas.

Com a entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 37/91, de 23 de julho, que alterou o Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro, estabeleceu-se que o ordenamento de cada albufeira de águas públicas de serviço público classificada seria realizado através de um plano de ordenamento, com vocação para definir princípios e regras de utilização das águas públicas e de ocupação, uso e transformação do solo da zona de proteção adjacente.

A LBPOTU, aprovada pela Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, recentemente revogada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (LBGPPSOTU) e, posteriormente, o RJIGT, aprovado pelo DL n.º 380/99, de 22 de setembro, vieram prever e enquadrar os planos de ordenamento das albufeiras de águas públicas, classificando-os como planos especiais de ordenamento do território.

Já em 2002, através do Decreto Regulamentar n.º 3/2002, de 4 de fevereiro, procedeu-se à classificação de um número muito significativo de albufeiras de águas públicas.

Os diplomas mencionados constituíram, até à data, o enquadramento legal para a classificação de um conjunto significativo de albufeiras de águas públicas de serviço público e para a elaboração e aprovação dos respetivos planos de ordenamento.

Recentemente, a Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, procedeu à transposição da Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, que estabelece um quadro de ação comunitário no domínio da política da água e tem como objetivo principal criar um enquadramento para a proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas.

A referida diretiva estabelece, em particular, a obrigação de os Estados membros adotarem, a nível nacional, medidas que, de forma eficaz e numa perspetiva preventiva, evitem e impeçam a degradação e a poluição dos recursos hídricos, nomeadamente das massas de água compostas pelas albufeiras, lagoas e lagos de águas públicas.

Mais recentemente, surge um novo regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público estabelecido pelo DL n.º 107/2009, de 15 de maio, que define o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público, bem como do respetivo território envolvente, após a sua classificação que consoante as suas características podem ser: albufeira de utilização protegida, albufeira de utilização condicionada e albufeira de utilização livre.

No que diz respeito ao zonamento surge uma faixa que corresponde à zona terrestre de proteção, que é medida na horizontal, com uma largura de 500 m, como regra geral, com a possibilidade de a mesma ser ajustada para uma largura máxima de 1000 m - contados a partir da linha do Nível de Pleno Armazenamento (NPA), nos casos em que seja elaborado um plano especial de ordenamento do território. Integrada na zona terrestre de proteção surge uma zona reservada que é medida na horizontal, com a largura de 100 m, contados a partir da linha do NPA.

Esta zona terrestre de proteção abrange, ainda, uma faixa de 500 m a jusante da barragem, contados desde a linha limite do coroamento da referida infraestrutura, que inclui a zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira, cuja largura pode ser ajustada no âmbito de plano especial de ordenamento do território.



Em síntese, e como defendem Ventura e Almeida nas atas do XII Colóquio Ibérico de Geografia da Faculdade de Letras do Porto (2010), “a legislação, que nesta matéria foi sendo produzida, teve como finalidade a prossecução dos objetivos, inicialmente, estabelecidos e, em função da crescente procura das massas de água para atividades secundárias, do aumento da sua utilização no abastecimento público, da pouca eficácia obtida com a implementação dos planos de ordenamento entretanto concluídos e do crescente interesse estratégico destas massas de água no contexto do atual cenário de mudança climática, procurou regulamentar as utilizações secundárias e a ocupação das áreas de proteção e de reserva, de modo a preservar a qualidade da água e, ainda, a adaptar a legislação atual ao novo quadro legal que rege os recursos hídricos no final desta primeira década do século XXI”.

#### **2.4. Conceito e Importância da Ferramenta SIG nas Autarquias Locais**

Os SIG's surgiram no ano de 1960 mas o seu desenvolvimento foi muito lento pois eram suportados por um equipamento sem capacidade para o processamento requerido para o manuseamento da informação geográfica, o que constituía um grande impeditivo à sua utilização. Apenas na década de 90 o hardware se adequou às necessidades exigidas (Matos, 2001).

Um Sistema de informação Geográfica (SIG) ou GIS – Geographic Information System, pode definir-se como uma plataforma de hardware e software capazes de desempenhar funções diversas, nomeadamente, a captura, organização, manipulação, análise, modelação e apresentação de dados espacialmente referenciados e destinando-se a resolver problemas complexos de planeamento e de gestão (Machado, 2000).

Particularmente as funções de um SIG, passam por:

- **Recolha de dados:** disponibilizar métodos para a introdução de dados geográficos (georreferenciados) e tabulares (atributos);
- **Armazenamento:** os dados geográficos podem ser armazenados no modelo vetorial e no modelo matricial;
- **Consulta:** os atributos dos dados geográficos podem ser consultados nas bases de dados;

- **Análise:** capacidade de responder a questões relacionadas com a interação das relações espaciais de vários dados;
- **Visualização:** permite a identificação visual de relacionamentos espaciais de vizinhança, conexão e proximidade. É importante na análise exploratória de dados.
- **Saídas:** os resultados podem ser apresentados como mapas, relatórios e gráficos.

Segundo Severino (2006), os benefícios resultantes do uso dos SIG, são:

- Introduzir qualidade no desempenho funcional da organização pela rapidez, precisão e o menor consumo de recursos na execução de tarefas aumentando a produtividade, a eficiência e a qualidade dos resultados;
- O facto de se poder criar uma base de apoio à decisão e permitir calcular os efeitos das estratégias e opções e definir prioridades;
- Redução da redundância e dos conflitos resultantes da heterogeneidade dos métodos de trabalho existentes na organização;
- Maior precisão dos dados e a atualização dinâmica dos mesmos, permitindo aos utilizadores ter acesso à informação mais atualizada;
- Proporcionar ao utilizador o acesso mais rápido aos dados, a integração de dados de diferentes fontes e a flexibilidade de representação dos mesmos;
- Permitir a integração com aplicação através da componente espacial;
- Facilitar a gestão da informação;
- Benefícios não claramente quantificáveis mas que se traduzem numa maior motivação por parte dos utilizadores;
- Possibilidade de efetuar estudos sobre o sistema, nomeadamente históricos, estatísticos e temáticos;
- Possibilidade de disponibilização de cartografia digital para outros fins;
- Uniformização dos fluxos de informação.

As vantagens do SIG enunciadas anteriormente encaixam perfeitamente no interesse das autarquias para a gestão dos dados e recursos resultantes quer da ação humana, quer do processo de planeamento e ordenamento do território e na gestão racional e sustentável dos recursos.

Só uma ferramenta com as capacidades apresentadas permite aos gestores municipais efetuarem as suas tarefas de gestão do território, capacidade de manuseamento, estruturação, análise e circulação de elevados volumes de informação variada. Esta ferramenta possibilita um melhor conhecimento do território, melhor comunicação entre técnicos, políticos, munícipes e agentes económicos que interferem na história do município.

Assim, ao ser encarada como uma ferramenta de apoio à decisão, a implementação dos SIG nas autarquias permitirá a modernização de processos na administração do território (Almeida e Santos, 2006).

No entanto, a implementação desta ferramenta de trabalho constitui um elemento de mudança que também pode ter algumas implicações negativas para as autarquias. Os SIG colocam metas e desafios que envolvem uma alteração dos métodos e processos de trabalho habituais, o que pode tornar este processo moroso. A aquisição dos recursos tecnológicos e humanos necessários para um bom funcionamento desta ferramenta traz consigo problemas financeiros, uma vez que nem todas as autarquias têm os recursos económicos necessários para adquirir os programas fundamentais e para dar a formação que os técnicos necessitam.

A Câmara Municipal de Oliveira de Frades, já tinha implementado a ferramenta SIG há algum tempo e usava-a internamente com sucesso. Contudo, a acessibilidade ao exterior ainda estava numa fase embrionária, pelo que é difícil saber se o acesso do público está ou não a ser um sucesso.

Contudo, alguma pesquisa deu a conhecer um caso bem-sucedido e onde os SIG funcionam de forma satisfatória. De acordo com Almeida e Santos (2006), a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim apostou na implementação dos SIG como uma ferramenta de apoio à modernização de sistemas e processos na administração do território e como suporte à tomada de decisão, garantindo uma gestão mais eficaz do território e uma atualização permanente da informação disponível, permitindo o ajuste de políticas e decisões. Esta autarquia está agora a trabalhar para que os SIG sejam partilhados por todos os utilizadores internos e externos e para que haja uma gestão mais eficiente dos dados potenciando o valor da informação.

## **2.5. Síntese Parcial**

Ao nível da União Europeia, não existe uma política específica para o ordenamento do território no entanto e sobretudo nos últimos anos, têm sido desenvolvidas diversas iniciativas a este nível.

Portugal, sendo um país europeu e membro da comunidade europeia e embora tendo o seu próprio contexto ao nível do planeamento e ordenamento do território, não esquece as diretrizes divulgadas a nível europeu.

Após o 25 de abril, em 1977 surge a 1ª Lei das atribuições e competências das autarquias (Lei n.º 79/77, de 25 de outubro, alterada pelo DL n.º 100/84, de 29 de março e Lei n.º 159/99, de 14 de setembro), que destacou a emergência do poder local e com a definição das competências das autarquias locais, surgiu a necessidade de definição das políticas de intervenção e esse nível, não existindo nenhum instrumento específico para esse efeito.

Em 1982, o DL n.º 208/82, de 26 de maio, foi o primeiro grande passo no planeamento, já que definiu “ as linhas mestras do regime que permitirá a plena utilização do plano diretor municipal como instrumento do ordenamento do território” (Preâmbulo, DL 208/82).

Os primeiros PDM, designados de PDM de 1ª geração, exigiam um trabalho bastante complexo e moroso, uma vez que havia falta de informação, de cartografia e de experiência dos gabinetes técnicos, levando a que poucos municípios os conseguissem elaborar dentro do tempo previsto. Apenas com o DL n.º 69/90, de 2 de março, se conseguiu uma cobertura quase total do território nacional com PDM. Contudo, este foi um processo bastante lento, faltando ainda uma abordagem estratégica e uma preocupação com as questões ambientais.

Em 1998, a LBPOTU (Lei n.º 48/98, de 11 de agosto) criou um quadro de referência para a prática do ordenamento do território e urbanismo e adotou uma nova visão e novos conceitos que, seguindo uma lógica de desenvolvimento estratégico, defendia a coesão social e territorial, a qualidade de vida dos cidadãos, a equidade e imparcialidade e a salvaguarda e proteção do património natural e cultural. Mais tarde o RJIGT (DL n.º 380/99, de 22 de setembro) veio hierarquizar os instrumentos de planeamento territorial e delimitar as responsabilidades que cabem ao Estado, às autarquias e aos privados, de forma a simplificar e clarificar as ações e responsabilidades de cada um.

Para além disto este diploma também criou um modelo de ordenamento territorial que distinguia o solo rural do urbano e definia as condições de uso do solo e a criação de mecanismos de programação e execução do plano. Assim surgiram os PDM de 2ª geração, desenvolvidos num novo contexto de agilização dos processos de elaboração, alteração e revisão dos vários PMOT`s e numa situação de maior experiência e competência por parte dos técnicos.

O PDM é portanto um instrumento de gestão territorial de âmbito municipal, que faz parte do grupo dos PMOT`s e que, de acordo com a nova lei de bases (LBGPPSOTU), estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, um modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos.

Já o POAAP, como plano especial de ordenamento do território e segundo o artigo n.º 44 do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, estabelece o regime de salvaguarda de recursos e de valores naturais fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.

O regime jurídico de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público consagrou-se inicialmente no DL n.º 502/71, de 18 de novembro, com o objetivo de assegurar a harmonização das atividades secundárias que se desenvolvem nas albufeiras bem como as finalidades principais que estiveram na génese da construção das respetivas barragens.

Recentemente surge um novo regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público estabelecido pelo DL n.º 107/2009, de 15 de maio, que define o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público, bem como do respetivo território envolvente.

Assim, no que diz respeito ao zonamento surge uma faixa que corresponde à zona terrestre de proteção, que é medida da horizontal, com uma largura de 500 m, integrada nesta zona surge a zona reservada com uma largura de 100 m contados a partir da linha do NPA. A zona terrestre de proteção abrange, ainda, uma faixa de 500 m a jusante da barragem contados desde a linha limite do coroamento da referida infraestrutura.

Por fim, os SIG constituem ferramentas essenciais de apoio ao planeamento urbano e à gestão dos serviços públicos. É esperado que as administrações municipais estabeleçam como prioridade a utilização destas tecnologias de forma adequada, criando uma política

de informação urbana que estabeleça mecanismos de manutenção, integração e partilha da base de dados geográfica, mantendo esta tecnologia atualizada, sobretudo na área de gestão municipal.

Embora esta ferramenta seja um recurso fundamental para uma partilha da informação geográfica de todas as autarquias, ainda existem alguns entraves à sua implementação, os quais se prendem sobretudo com a morosidade do processo pelas alterações a nível laboral e pelas questões financeiras associadas aos recursos tecnológicos e humanos necessários.

Autarquias como a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim são um exemplo de como esta ferramenta está a ser utilizada com sucesso, abrindo assim caminho para que outras se predisponham também a utilizar os SIG e dessa forma a facilitar a recolha, análise e circulação da informação.

Em suma, instrumentos como o PDM e o POAAP são fundamentais na gestão territorial, uma vez que vão de encontro às diretrizes fornecidas pela União Europeia no que diz respeito ao ordenamento do território e ao desenvolvimento urbano, económico, social e ambiental mais sustentável.

### **3. Instrumentos de Gestão Territorial no Município de Oliveira de Frades**

Este capítulo remeterá para uma breve caracterização do concelho de Oliveira de Frades, bem como, abordar os IGT em vigor, nomeadamente, o PDM, Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga (PBHRV) e o Plano Regional do Ordenamento da Floresta de Dão-Lafões (PROFDL) e fazer uma breve abordagem a um plano que se encontra em processo de elaboração o POAAP.

Ainda neste capítulo, apresentar-se-á uma breve descrição sobre o processo de revisão do PDM de Oliveira de Frades, onde se refere as principais circunstâncias justificativas para a revisão, as necessidades detetadas e algumas considerações sobre os procedimentos de revisão e a descrição das entidades representantes que compõem a Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) do plano.

Atendendo a que no decorrer do estágio se encontrava em construção o empreendimento: Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida, e como esta obra constitui um desafio ao nível do planeamento e sendo um assunto que despertou bastante interesse da minha parte, esta temática tem ainda destaque neste capítulo.

Assim, desejar-se-á apresentar uma descrição do empreendimento, focando os principais impactes negativos e medidas propostas na fase de construção e na fase de exploração, bem como a classificação ou reclassificação das respetivas albufeiras; a sua influência nos instrumentos de planeamento territorial e os constrangimentos da ausência da aprovação do POAAP no ordenamento.

#### **3.1. Caracterização do Concelho**

“O concelho de Oliveira de Frades localiza-se na Região Centro (NUT II), pertence ao distrito de Viseu e insere-se na sub-região de Dão-Lafões (NUT III).

Possui 145,4 Km<sup>2</sup> (2011) de área, segundo a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), e integra 8 freguesias, em que a União de Freguesias de Arca e Varzielas se encontra separada do núcleo mais extenso e está inserida entre os concelhos de Vouzela, a norte, e de Tondela, a sul. O concelho confina ainda, a nordeste, com Vale de Cambra, a sul com Vouzela, Águeda e Tondela, a leste, com S. Pedro do Sul e Tondela e a oeste com Sever do Vouga.

É atravessado pelo rio Vouga cujo vale é enquadrado, a sul, pelas Serras do Caramulo e das Talhadas e, a norte, pela Serra da Gralheira, sendo estas, predominantemente graníticas, aflorando, no entanto, algumas manchas de xisto nas freguesias de Varzielas/Arca e S. João da Serra. Ao nível dos seus recursos hídricos, destacam-se o rio Vouga e o Alfusqueiro.

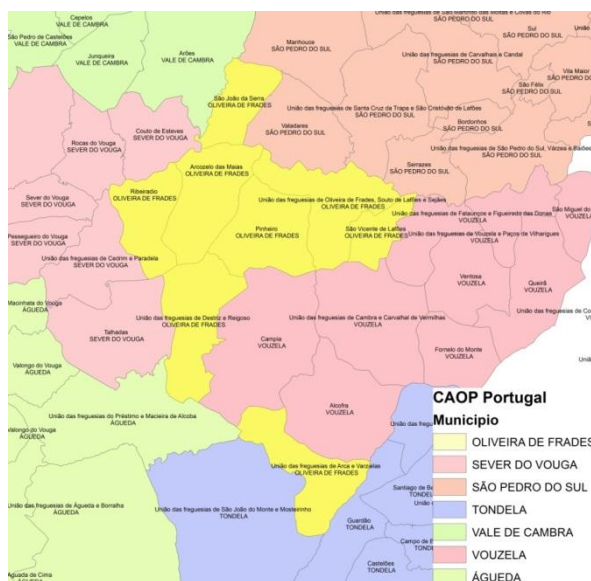
O Concelho é atravessado pela A25, que constitui uma via estruturante e que proporciona uma boa acessibilidade ao porto marítimo de Aveiro, à fronteira de Vilar Formoso, a Viseu e, ainda, às cidades do Porto e Coimbra, através da ligação proporcionada pela A1.

Outra via que se destaca é a Estrada Nacional (EN) 16 que serve muitos dos aglomerados populacionais mais povoados e funciona como “corredor” de ligação entre as outras vias que permitem o acesso às restantes povoações do concelho.

É um concelho com características rurais, onde existe uma componente muito forte de agropecuária, especialmente de criação, abate e comercialização de carne de aves que se encontra dispersa por todo o concelho, e a prática agrícola numa lógica de produção de pequena dimensão e para consumo familiar.

Relativamente ao setor industrial existem empresas de áreas diversificadas que incluem: estruturas metálicas, tratamento de granito, madeiras e mobiliário, farmacêutica, construção civil, energias renováveis, oficinas, pastelaria, (...).”

(Adaptado do Volume 3: Elementos que acompanham o Plano – Relatório)



*Figura 3 - Localização Administrativa do Concelho de Oliveira de Frades*



Contudo, ressalva-se o facto do município apresentar uma população muito envelhecida, que se pode constatar no estudo de caracterização demográfica, apresentado neste relatório, mais adiante.

### **3.2. Instrumentos de Gestão Territorial em Vigor no Município**

O estágio na Câmara Municipal de Oliveira de Frades proporcionou o acompanhamento da gestão territorial da autarquia bem como a análise dos IGT, com aplicação na área do município que se encontram em vigor, nomeadamente a revisão do PDM, o PBHRV, o PROFDL, e em processo de elaboração, o POAAP.

O PDM de Oliveira de Frades, foi elaborado em conformidade com o DL n.º 69/90, diploma que, como já referido, institucionalizou os PMOT, e procurou incutir uma nova dinâmica à elaboração dos PDM. O PDM de Oliveira de Frades entrou em vigor em 1994 e, o seu processo de revisão, encontra-se numa fase bastante avançada.

O Plano de Bacia Hidrográfica consiste num plano setorial que, assentando numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais e, envolvendo os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica do Vouga, em articulação com o ordenamento do território e, a conservação e proteção do ambiente.

Visou-se, através do presente PBHRV - aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2002, de 14 de março, apresentar um diagnóstico da situação existente nesta bacia hidrográfica, definir os objetivos ambientais de curto, médio e longo prazos; delinear propostas de medidas e ações, bem como estabelecer a programação física, financeira e institucional das medidas e ações selecionadas, tendo em vista a prossecução de uma política coerente, eficaz e sustentável da gestão dos recursos hídricos.

No âmbito dos referidos propósitos de gestão racional dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Vouga, o PBHRV tem em vista, em particular, identificar os problemas mais relevantes da bacia, prevenindo a ocorrência de futuras situações potencialmente problemáticas, bem como definir as linhas estratégicas da gestão integrada dos recursos hídricos.

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal são "instrumentos setoriais de gestão territorial" que estabelecem as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais, encontrando-se previstos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto) e regulados pelo DL n.º 16/2009, de 14 de janeiro.

O PROFDL, abrange os municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela e, é enquadrado pelos princípios orientadores da política florestal, tal como consagrados na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto), é definido como plano setorial no sistema de gestão territorial estabelecido no âmbito do DL n.º 380/99, de 22 de setembro.

Este plano é constituído por um regulamento e um mapa síntese que identifica: as sub-regiões homogéneas; as zonas críticas do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios e da conservação da natureza; a mata modelo que integrará a rede regional das florestas; os terrenos submetidos a regime florestal bem como os corredores ecológicos.

O presente PROFDL apresenta um diagnóstico da situação atual da região, com base numa ampla recolha de informação necessária ao planeamento florestal e, efetua uma análise estratégica que permite definir objetivos gerais e específicos, delinear propostas de medidas e ações tendo em vista a prossecução de uma política coerente e eficaz, bem como definir normas de intervenção para os espaços florestais e modelos de silvicultura, aplicáveis a povoamentos tipo, com vista ao cumprimento dos objetivos enunciados.

Em processo de elaboração, encontra-se o POAAP (artigo 9.º do DL n.º 107/2009 e artigo 42.º, n.º 3 do RJIGT), que identifica os recursos hídricos a proteger e a respetiva zona terrestre de proteção e, estabelece os regimes de salvaguarda, e de gestão compatíveis com a sua utilização sustentável.

A sua elaboração compete à Autoridade Nacional da Água pronunciar-se no procedimento de classificação das albufeiras de águas públicas (artigo 8.º, n.º 1 do DL n.º 107/2009, de 15 de maio), e promover o ordenamento adequado dos usos das águas através da elaboração dos POAAP (artigo 10.º do DL n.º 107/2009, de 15 de maio e alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro).

Compete, ainda, às Administrações de Região Hidrográfica elaborar ou colaborar na elaboração dos POAAP nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do DL n.º 107/2009 e da alínea f) do n.º 6 do artigo 9.º da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), e autorizar os pedidos relativos a atividades condicionadas nos termos do regime jurídico da proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público. Relativamente às normas técnicas de referência, a observar na elaboração deste plano, estas devem ser as que se apresentam no anexo II do DL n.º 107/2009, de 15 de maio.

Em suma, e tendo em conta o artigo 23.º do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, existe uma relação entre os instrumentos de âmbito nacional (inclui os planos setoriais e especiais) e, regional (planos regionais), em que o programa nacional da política de ordenamento do território, os planos setoriais e os planos regionais de ordenamento do território estabelecem os princípios e as regras orientadoras da disciplina, a definir por novos planos especiais; o programa nacional da política de ordenamento do território implica a alteração dos planos especiais que com o mesmo não se compatibilizem; a elaboração dos planos setoriais é condicionada pelas orientações definidas no programa nacional da política de ordenamento do território que desenvolvem e concretizam, devendo assegurar a necessária compatibilização com os planos regionais e os planos regionais de ordenamento do território que integram as opções definidas pelo programa nacional da política de ordenamento do território e pelos planos setoriais pré-existent.

Ainda, e tendo em conta o artigo 24.º do DL, referido anteriormente, existe uma relação entre os instrumentos de âmbito nacional ou regional, e os de âmbito municipal (PDM), em que o programa nacional da política de ordenamento do território e os planos regionais definem o quadro estratégico a desenvolver pelos planos municipais de ordenamento do território; os planos municipais definem a política municipal de gestão territorial de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo programa nacional da política de ordenamento do território, pelos planos regionais de ordenamento do território e, ainda, importa referir que os planos especiais de ordenamento do território prevalecem sobre os planos municipais.

### **3.3. Revisão do PDM de Oliveira de Frades**

No presente ponto, apresenta-se uma descrição sobre o processo de revisão do PDM de Oliveira de Frades, focando-se as principais circunstâncias justificativas para a

sua revisão, as necessidades detetadas e algumas considerações sobre os procedimentos de revisão bem como a descrição das entidades representantes que compõem a CTA do plano.

O PDM de Oliveira de Frades, em vigor, foi ratificado através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 71/94, publicada em Diário da República n.º 193/94, I Série B, de 22 de agosto de 1994.

Em reunião ordinária da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, realizada no dia 14 de outubro de 1997, foi deliberado proceder-se à revisão do PDM (Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes), atendendo à necessidade de adaptação, revisão e adequação, correção de erros presentes no plano vigente, e atualização da realidade do município ao seu plano regulador.

De seguida, apresentam-se as novas circunstâncias existentes à data, transcritas do Volume 3 da proposta de revisão do PDM: Elementos que acompanham o Plano – Relatório:

- “A existência de uma nova estratégia industrial para o concelho, a qual se poderá resumir nas seguintes medidas: criação de quatro zonas industriais localizadas nas seguintes áreas geográficas: Arca /Varzielas; Ribeiradio, Arcozelo das Maias e São João da Serra e, a necessidade de proceder ao aumento da Zona Industrial de Oliveira de Frades, situada a 2 km da sede de concelho, com a consequente alteração do uso do solo que estava previsto na Planta de Ordenamento do PDM;
- A construção da Barragem de Ribeiradio, pela importância que terá na regularização do Baixo Vouga e no reforço do abastecimento de água do Sistema do Carvoeiro, implica que se reveja o PDM, pelas seguintes razões: alterações a perímetros urbanos existentes, alterações ao nível da rede viária, novas condições para a vida das populações, criação de condições para o aproveitamento agroturístico da albufeira, destacando-se as atividades turísticas compatíveis com a sua classificação, novas condições para as demais atividades económicas afetadas ou suscitadas e ainda a anulação do solo submergido;

- O ramal de Viseu da linha do Vale do Vouga, que não tem atualmente exploração ferroviária;
- A alteração da política de saneamento básico no que respeita ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos (adesão ao Sistema do Planalto Beirão) implica que seja alterada a planta de ordenamento para disponibilizar para outros fins os terrenos afetos ao tratamento de resíduos sólidos;
- A criação de zonas de atividade pecuária, nomeadamente avícola;
- A implantação de novas infraestruturas, não previstas no PDM atual, relacionadas com o sistema de abastecimento de água ao concelho e concretamente: o sistema de abastecimento em alta a partir da Barragem das Cainhas - Estação de tratamento de água, adutoras e reservatórios principais e ainda ligações intermunicipais previstas; os subsistemas de abastecimento a partir dos açudes da Vessada do Salgueiro e de Lameiro Longo, tornando-se necessário considerar as respetivas áreas de proteção, derivadas destas novas utilizações;
- Ajuste das disposições regulamentares à nova legislação, entretanto publicada;
- Tratamento regulamentar de diversas questões em que o plano era omissivo, nomeadamente: melhor definição de usos compatíveis;
- A possibilidade de desenvolver os estudos sobre cartografia à escala 1:10 000, tendo em vista uma gestão corrente mais eficaz.”

Deste modo, a revisão efetuada que se iniciou no ano de 1999, identificou como objetivo fundamental a adequação do plano, quer às novas políticas setoriais (integrando nos elementos do plano respostas às novas circunstâncias já citadas), quer aos novos

meios, entretanto, disponíveis (cartografia digital à escala 1:10 000), de modo a permitir uma futura gestão urbanística mais eficiente.

Foram identificados, os princípios de base, para os procedimentos de revisão consoante o relatório do plano, apresentados de seguida:

- “Promover a recolha de participações/sugestões dos cidadãos e de associações;
- Fornecimento de documentação e informação completa a quem a solicitar bem como resposta adequada às questões levantadas;
- Utilização de mecanismos tecnológicos para difundir e recolher informação - mecanismos inovadores para participação pública e disponibilização via Internet;
- Promover o debate de ideias e propostas;
- Criação de estudos setoriais complementares que sustentem a proposta adotada;
- Considerar os Planos de nível superior.”

Relativamente à CTA, esta foi aprovada pelo despacho n.º 11592/98 (2ª. série), de 19 de junho, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, para a revisão do PDM de Oliveira de Frades, integrando representantes das seguintes entidades:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- Direção-Geral do Território;
- Direção Regional do Ambiente da Região Centro;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Delegação Regional do Centro do Ministério da Economia;
- Instituto Português do Património Arquitectónico;
- Turismo de Portugal, I.P.;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
- Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;
- Instituto da Água;
- EP – Estradas de Portugal, SA.

### 3.4. Empreendimento “Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida”

O aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida localiza-se no Rio Vouga, importante rio da Região Centro, que nasce na serra da Lapa, a uma altitude de 930 m e desagua na ria de Aveiro. Este empreendimento abrange os concelhos e freguesias, que constam no quadro seguinte.

Região	Sub-região	Concelho	Freguesia
<b>RIBEIRADIO</b>			
<b>NORTE</b>	Entre Douro e Vouga	Vale de Cambra	Arões
<b>CENTRO</b>	Baixo Vouga	Sever do Vouga	Couto Esteves
	Dão Lafões	Oliveira de Frades	Arcozelo das Mais
			Oliveira de Frades
			Ribeiradio
			S. João da Serra
		S. Pedro do Sul	Valadares
<b>ERMIDA</b>			
<b>CENTRO</b>	Baixo Vouga	Sever do Vouga	Pessegueiro do Vouga
			Sever do Vouga
			Rocas do Vouga
			Cedrim
	Dão Lafões	Oliveira de Frades	Ribeiradio

Quadro 2 – Inserção Administrativa do Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida

Fonte – Anexos do Estudo de Impacte Ambiental (2008)

Este empreendimento destina-se a aproveitar o potencial hidroelétrico deste importante rio.

O projeto consiste na construção de duas barragens – Ribeiradio e Ermida, e respetivas centrais hídricas, com a finalidade fundamental de produção de energia hidroelétrica.

A execução deste aproveitamento hidroelétrico foi promovida pela Greenvouga (empresa detida pela EDP – Gestão de produção de energia, S.A, e pela Martifer Renewables, S.A. - empresa do grupo Martifer), que confinou à COBA (consultores de engenharia e ambiente) proceder ao desenvolvimento de todos os estudos e projetos do empreendimento, incluindo o estudo de impacte ambiental (EIA).

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) é a entidade responsável pelo licenciamento porém, esta competência passa para a Administração de Região Hidrográfica do Centro, quando esta entrar em funções efetivas.

Como se trata de um empreendimento que interessa a duas regiões (Norte e Centro), a autoridade a quem compete coordenar o procedimento de avaliação de impacto ambiental é a Agência Portuguesa do Ambiente.

O aproveitamento dos recursos hídricos do rio Vouga tem sido analisado ao longo das últimas três décadas, no âmbito de diferentes estudos, nomeadamente no Plano Geral do Aproveitamento Hidráulico do Rio Vouga (1975), Estudo de Caracterização e Perspetivas de Desenvolvimento e de Gestão dos Recursos Hídricos na Região do Rio Vouga (1989/1990) e no PBHRV (2002). A partir destes estudos foram identificados alguns problemas associados à bacia do Vouga, nomeadamente a falta de capacidade de armazenamento de água disponível na bacia do Vouga bem como as dificuldades de regularização do seu caudal.

Este empreendimento teve, igualmente, objetivos que se prenderam com a criação de uma reserva de água na bacia do Vouga, a que se alia o cumprimento dos objetivos nacionais e comunitários relativos à redução de consumo e dependência face aos combustíveis fósseis, incrementando a quota de energias renováveis.

Contribui, ainda, em caso de necessidade para o apoio ao abastecimento público; ao combate a incêndios; à redução da exploração de águas subterrâneas, bem como à redução dos problemas de cheias que afetam as zonas próximas do rio e, em particular na foz, entre outros.

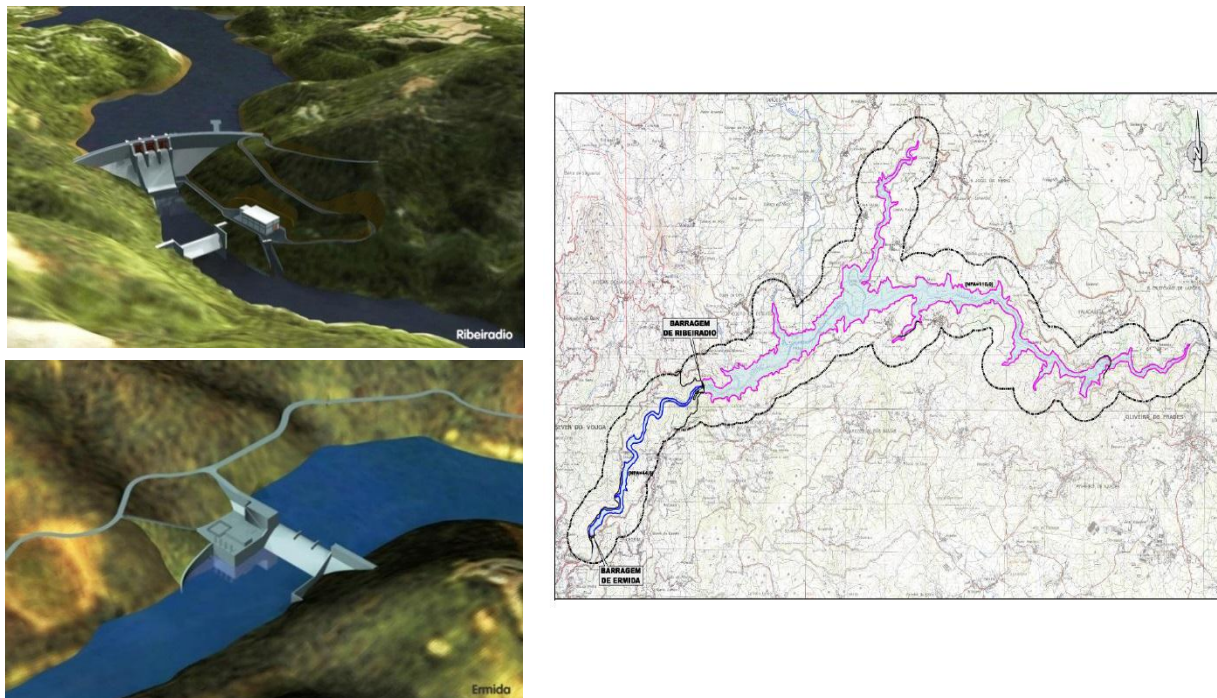
Este extenso plano de água criado pela albufeira poderá, ainda, conduzir a uma valorização da região sob o ponto de vista turístico contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento social e económico da área onde se insere.

Deste modo, em 2007, reconsiderou-se a importância do aproveitamento de Ribeiradio-Ermida como o local mais favorável para a criação das duas barragens com capacidades de armazenamento significativas, sendo que a barragem de Ermida tem como principal objetivo minimizar os impactos causados a jusante pelo processo de turbinagem em Ribeiradio.

Assim, o aproveitamento hidroelétrico é composto pela Barragem de Ribeiradio (**Anexo II**) que terá aproximadamente 75m de altura e um Nível de Pleno Armazenamento



(NPA), à cota de 110m, e a Barragem da Ermida (**Anexo III**) que terá cerca de 35m de NPA, à cota de 44m.



*Figura 4 - Aspeto geral e localização das Barragens de Ribeiradio e Ermida*

Fonte - Peças desenhadas do EIA

Apesar dos benefícios decorrentes deste aproveitamento, também ocorrem impactes negativos sendo que, a sua identificação é essencial, pois com o seu conhecimento é mais fácil criar medidas de minimização e controlo de modo a evitar ou minimizar os impactes negativos, bem como potenciar/reforçar os impactes positivos originados durante as fases de construção e exploração.

De seguida, serão referenciados sob a forma de quadro, alguns dos principais impactes negativos referenciados no EIA, esperados nas fases de construção e exploração, bem como as possíveis medidas propostas minimizadoras para cada uma das fases referidas de forma a reduzir a perturbação associada à obra, por um lado, e por outro, as implicações nos sistemas ecológicos e hídricos afetados pela existência do aproveitamento hidroelétrico.

Na fase de construção, os impactes negativos (**Anexo IV**) e as medidas de minimização propostas foram analisados ao nível dos seguintes aspetos: geologia e geomorfologia, ecologia, qualidade do ambiente/recursos hídricos e paisagem, bem como aspetos socioeconómicos, património arqueológico e construído, e ocupação do solo.

Aspetos	Principais Impactes	Principais Medidas Propostas
Geologia e Geomorfologia	Escavações expressivas na zona da barragem o que irá implicar perturbações expressiva no decurso da obra;	Controlo da erosão; Escavações e utilização controlada de explosivos;
Ecologia	Submersão de habitats de valor ecológico associados ao rio Vouga, ex.: azevinho; carvalhais e galeria ripícola;	Transplante por exemplo do azevinho do estrato herbáceo;
	Construção de uma barreira irreversível para a ictiofauna;	Recolha periódicas de espécies;
Qualidade do Ambiente, Recursos Hídricos e Paisagem	Degradação relevante no decurso da obra na zona das barragens e centrais, escombrelas e estaleiros;	Acompanhamento e gestão ambiental da obra; Reabilitação dos locais afetados pela obra;
Socioeconómicos	Afetação de habitações (algumas de residência permanente); Afetação de equipamentos (ex.: praias fluviais); Afetação de Infraestruturas (energia; troços de estradas; aviários);	Indeminizações aos proprietários de terrenos, edifícios habitacionais, e de apoio à atividade agrícola; Recriação de equipamentos afetados (praias fluviais);
Património Arqueológico e construído	Afetação da Ponte Luís Bandeira; Afetação de Alminhas (Sejães e Fornelo);	Registo documental e fotográfico dos elementos patrimoniais a submergir; Devem ser trasladadas para locais definidos pelas autoridades competentes;
Ocupação do solo	Ocupação de solos com aptidão agrícola sendo que cerca de 6,7% é RAN.	Indeminizações apropriadas aos proprietários dos terrenos afetados.

*Quadro 3 – Impactes negativos e medidas propostas na fase de construção do aproveitamento hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida*

Fonte – Adaptado do EIA

Na fase de exploração, os impactes e as medidas de minimização propostas foram analisados ao nível dos seguintes aspetos: ecologia, qualidade dos recursos hídricos e paisagem, bem como ao nível de aspetos socioeconómicos.

<b>Aspetos</b>	<b>Principais Impactes</b>	<b>Principais Medidas Propostas</b>
<b>Ecologia</b>	Grande variação de níveis na albufeira de Ermida; Precárias condições para a manutenção de espécies aquáticas; Afetação da ictiofauna (montante/jusante); Interposição de barreira no rio Vouga;	Criação de ilhas e habitats artificiais na albufeira de Ermida; Monitorização da ictiofauna e dos habitats;
<b>Qualidade dos Recursos Hídricos</b>	Degradação da qualidade ecológica da água;	Desmatação das albufeiras; Monitorização da qualidade ecológica da água;
<b>Paisagem</b>	Novo elemento na paisagem com descaraterização no caso de Ermida;	Gestão controlada do corte da vegetação nas margens e reforço da vegetação em alguns troços;
<b>Socioeconómicos</b>	Barreira Norte/Sul no rio Vouga sobretudo no concelho de Oliveira de Frades.	Substituição das praias fluviais por estruturas de recreio e lazer de características semelhantes nas margens da albufeira de Ribeiradio; Vedação controlada da albufeira de Ermida para minimizar o risco de acidente.

*Quadro 4 – Impactes negativos e medidas propostas na fase de exploração do aproveitamento hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida*

Fonte – Adaptado do EIA

No que se refere à classificação das albufeiras de águas públicas estabelecem-se três tipos de classificação, consoante as suas características: Albufeira de utilização protegida, de utilização condicionada, e de utilização livre.

Neste sentido, e no que diz respeito às albufeiras em questão, surge o Decreto Regulamentar n.º 3/2002, de 4 de fevereiro, que apresenta em anexo a classificação das

albufeiras onde a Barragem de Ribeiradio se apresenta como albufeira de utilização protegida.

Mais tarde surge o DL n.º 107/2009, de 15 de maio, que determina a reclassificação (por Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio), da albufeira classificada de Ribeiradio, existente à data da sua entrada em vigor, com o objetivo de adequar a sua classificação ao disposto no novo regime, mas pode verificar-se no quadro abaixo que esta manteve o seu estatuto de albufeira de utilização protegida, ou seja, “aquelas que se destinam a abastecimento público ou se prevê que venham a ser utilizadas para esse fim” (alínea a) do artigo n.º 7, do DL n.º 107/2009, de 15 de maio).

<b>Designação</b>	<b>Região Hidrográfica (artigo 6.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro)</b>	<b>Bacia Hidrográfica</b>	<b>Classificação anterior</b>	<b>Reclassificação</b>
<b>Ribeiradio</b>	Vouga/Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste	Vouga	Protegida	Protegida

*Quadro 5 – Reclassificação da albufeira de águas públicas de serviço público de Ribeiradio*

Fonte – Adaptado do Anexo da Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio

No que diz respeito à Barragem de Ermida, a sua classificação está presente na Portaria n.º 91/2010, de 11 de fevereiro, que a classifica como albufeira de utilização condicionada, ou seja, “aquelas que estejam sujeitas a variações significativas ou frequentes de nível” (alínea b) do artigo n.º 7, do DL n.º 107/2009, de 15 de maio).

<b>Designação</b>	<b>Região Hidrográfica (artigo 6.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro)</b>	<b>Bacia Hidrográfica</b>	<b>Classificação</b>
<b>Ermida</b>	<b>Vouga/Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste</b>	<b>Vouga</b>	<b>Condicionada</b>

*Quadro 6 – Classificação da albufeira de águas públicas de serviço público de Ermida*

Fonte – Adaptado do Anexo da Portaria n.º 91/2010, de 11 de fevereiro

Em suma, este estudo contribuiu para compreender a complexidade de um processo desta envergadura, em que é necessário: contactar várias entidades externas; fazer uma análise aprofundada dos resultados da consulta pública; analisar os vários impactes que decorrem da fase de construção, e da fase de exploração, para se proceder à elaboração da Declaração de Impacte Ambiental.

Deste modo, os objetivos da declaração enunciada, baseiam-se em:

- Avaliar, de forma integrada, os possíveis impactes ambientais significativos, diretos e indiretos, decorrentes da execução dos projetos e das alternativas apresentadas, tendo em vista suportar a decisão sobre a viabilidade ambiental dos mesmos;
- Definir medidas destinadas a evitar, minimizar ou compensar tais impactes, auxiliando a adoção de decisões ambientalmente sustentáveis;
- Instituir um processo de verificação, *à posteriori*, da eficácia das medidas adotadas através da monitorização dos efeitos dos projetos avaliados;
- Garantir a participação pública e a consulta dos interessados na formação de decisões que lhes digam respeito, privilegiando o diálogo e o consenso no desempenho da função administrativa.

Relativamente ao aproveitamento, este garantirá os volumes necessários para o abastecimento público, industrial e rega, a partir das albufeiras que serão criadas (Ribeiradio e Ermida).

Apesar dos impactes causados durante as fases de construção e exploração destacam-se, porém, os aspetos positivos deste empreendimento, expressos num excerto de uma notícia, publicada no *site* da EDP, referente à Barragem de Ribeiradio-Ermida:

"Vê-se que é uma aposta tecnológica e um trabalho detalhado em todos os aspetos de proteção ambiental. É um regozijo ver o avanço deste plano hidroelétrico, fundamental para Portugal", afirmou Vital Moreira, eurodeputado do PS, em declarações à imprensa, no decurso da visita realizada. Outro dos participantes, o também eurodeputado do PS, Correia de Campos, ressaltou "a quantidade de trabalho e o investimento realizado pela EDP para produzir energia elétrica sem emissão de CO<sub>2</sub>" (Lisboa, 7 de setembro de 2011).

### 3.5. Influência do Aproveitamento Hidroelétrico nos Instrumentos de Planeamento Territorial

Como o referido no quadro n.º 2, o aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio - Ermida abrange o território do concelho de Oliveira de Frades, estando por isso sujeito às disposições constantes no respetivo PDM, que surge como o único instrumento de planeamento territorial.

Um dos objetivos de destaque para a revisão do PDM foi a construção da Barragem de Ribeiradio, atendendo a: solo submergido pelo NPA; alterações de perímetros urbanos e rede viária existentes; novas condições para a vida das populações dos aglomerados mais afetados e, pela criação de condições para o aproveitamento da albufeira.

Deste modo, e no âmbito do PDM, pretende-se identificar para o município as classes de espaço, as condicionantes e as servidões administrativas, bem como outras restrições de utilidade pública no uso do solo, afetas ao aproveitamento.

Segundo a Planta de Ordenamento do PDM, a área prevista para a Barragem de Ribeiradio abrangia território classificado como Zonas Florestais. A partir da análise do quadro seguinte pode verificar-se as classes de espaço abrangidas, os artigos que remetem para o regulamento do PDM, bem como os usos e restrições de cada espaço.

Classes	Regulamento	Usos e restrições
Aglomerados	Art.º31º	Destinadas à habitação e equipamento complementar. Na área da albufeira identificam-se por exemplo as localidades de Muro, Sejães, Vau, entre outros.
Zona de Interesse Turístico	Art.º34º	Destinadas a equipamentos vocacionados para lazer de caráter turístico, essencialmente exterior. Na área da albufeira identifica-se a área de recreio e lazer de Sejães.
Zonas Florestais	Art.º38º	Destinadas à produção de material lenhoso, resina e outros produtos florestais. Na área da albufeira as zonas florestais são as que apresentam maior representatividade.
Zonas Agrícolas	Art.º37º	Destinadas à atividade agrícola e desenvolvimento pecuário tendo em conta as suas características morfológicas. Na área abrangida pela albufeira, as zonas agrícolas localizam-se nas imediações de Virela, Pedre, Bispeira, Fornelo, entre outros.
Zonas conservação da natureza	Art.º39º	Destinam-se a permitir a salvaguarda da estrutura biofísica. Na área da albufeira identifica-se uma faixa com cerca de 70m de largura, numa extensão de cerca de 640m, paralela ao rio Vouga, na freguesia de Arcozelo das Maías.

Quadro 7 – Classes de espaço abrangidos pelo aproveitamento hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida

Fonte – Adaptado dos anexos do EIA

Encontram-se legalmente definidas diversas condicionantes ao uso do solo, assim como servidões e restrições de utilidade pública, cujos objetivos consistem na preservação dos recursos naturais e culturais, no estabelecimento de continuidades ecológicas e na qualidade de vida das populações, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e equilibrado.

No caso do município de Oliveira de Frades destacam-se as áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN), abrangidas pela barragem e correspondente albufeira, que correspondem aos Leitos dos Cursos de Água e a Áreas com Risco de Erosão, em que de acordo com o DL n.º 180/2006 de 6 de setembro - Anexo IV - “a produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis, constitui uma ação insuscetível de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas afetadas à REN, estando no entanto sujeita a autorização da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional competente.”

Contudo, e de acordo com o n.º 3, do artigo 8.º do DL n.º 225/2007, de 31 de maio, a emissão da Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada, determina que não é necessária a emissão da referida autorização.

Por outro lado, surge a Reserva Agrícola Nacional (RAN), que apesar da localização da barragem não abranger áreas RAN, a sua albufeira abrange pequenas áreas em algumas localidades, nomeadamente, Sejães (no vale do rio Vouga), Pedre (na margem esquerda do rio Vouga), e Muro (na margem direita do rio Vouga), entre outros.

No caso da RAN, e de acordo com o artigo 8.º, n.º 2, alínea c) do regulamento do PDM, “podem ser permitidas utilizações não agrícolas de solos integrados em RAN quando se trate de vias de comunicação ou construções de interesse público, desde que não haja alternativa técnica, estando porém sujeitas a um parecer prévio favorável da Comissão Regional de Reserva Agrícola.”

Para além destas reservas, cuja predominância no território lhes confere elevado estatuto e valor de proteção, existem outras condicionantes no uso do solo com justificação natural, de proteção aos investimentos, ou ainda, os sistemas de proteção a infraestruturas visando a sua salvaguarda e que constituem, no geral, faixas mais ou menos alargadas de servidão, a redes de abastecimento e/ou acessibilidades (distribuição de energia, gás, água ou rede viária).

Deste modo, destacam-se as servidões da rede elétrica e rodoviárias. Relativamente às servidões da rede elétrica há a destacar que, a montante da barragem de Ermida, existe uma linha de transporte de energia elétrica que atravessa a área da futura albufeira.

De referir que, os condicionamentos às linhas elétricas constam da legislação em vigor, tendo que respeitar o Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas (Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro), particularmente a distância de segurança entre a linha e o plano de água da albufeira. Por sua vez, nas servidões rodoviárias observa-se que a albufeira de Ribeiradio submergirá uma parte da estrada nacional EN 333-3 que liga Oliveira de Frades a Valadares e Covelo, a norte de Sejães, no local da Ponte Luís Bandeira, sobre o rio Vouga, assim, e de acordo com o DL n.º 13/94, de 15 de janeiro, a faixa de servidão a observar tem a largura de 20 m para cada lado do eixo da estrada e a largura mínima de 5 m em relação a plataforma da estrada.

Por último, surgem as disposições regulamentares expressas no artigo 6.º do regulamento do PDM, que traduzem as orientações para o uso e ocupação do solo nas zonas de proteção das albufeiras de águas públicas classificadas como protegidas (faixa terrestre contígua adjacente às margens da albufeira com a largura de 500 m medidos na horizontal a partir do NPA).

Em suma, apesar da albufeira de Ribeiradio se encontrar classificada/reclassificada como protegida nos termos do Decreto Regulamentar n.º 3/2002, de 4 de fevereiro, esta ainda não cumpre o “dever” de dispor de Plano de Ordenamento, o qual incidirá sobre o correspondente Plano de Água e Zona de Proteção, que é designado por POAAP.

### **3.6. Constrangimentos da Ausência do Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas no Ordenamento**

O grande constrangimento que surge aquando da revisão do PDM, encontrando-se este numa fase bastante avançada, é ainda não se ter aprovado o POAAP, facto que acarretará inúmeras implicações para o PDM, uma vez que no seu processo de revisão não é possível abordar este plano com o devido rigor.



Deste modo, a entidade competente para o processo de revisão do PDM, terá que ter ciente a possibilidade de um processo moroso de uma alteração significativa do PDM, após a aprovação deste Plano Especial de Ordenamento do Território.

Com a ausência do POAAP, surgem constrangimentos para as albufeiras de águas públicas de serviço público, nomeadamente a inexistente definição dos regimes de salvaguarda, proteção e gestão, estabelecendo usos preferenciais, condicionados e interditos do plano de água e da zona terrestre de proteção a falta de articulação entre os regimes referidos, anteriormente, com a classificação atribuída à albufeira em causa; ausência de compatibilização e articulação, na respetiva área de intervenção, entre as medidas constantes dos demais instrumentos de gestão territorial, e dos instrumentos de planeamento de águas, designadamente, o Plano Nacional da Água, os planos de gestão de bacia hidrográfica e os planos específicos de gestão de águas. É de salientar, ainda, a falta da aplicação das medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos, nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e na Lei da Água.

Outro aspeto importante refere-se aos perímetros urbanos, é que na ausência do POAAP não se colocam as restrições necessárias para aplicar na zona reservada da zona terrestre de proteção das albufeiras de águas públicas.

Segundo o n.º 4 do artigo 24.º do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, os planos especiais de ordenamento do território prevalecem sobre os planos intermunicipais de ordenamento do território, quando existam, e sobre os planos municipais de ordenamento do território.

Com a aprovação do POAAP, este determinará a adequação dos planos municipais de ordenamento do território aos usos nele previstos para o plano de água, e zona de proteção (zona terrestre com a largura de 500 m medidos na horizontal a partir do NPA).

Salienta-se, igualmente, que de acordo com o estabelecido no artigo n.º 97.º do DL n.º 316/2007, de 19 de setembro, a alteração dos PDM dos concelhos abrangidos pelo Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida decorreria da entrada em vigor do POAAP, conforme previsto no n.º 1, alínea a) do artigo 97.º.

Em suma, e de acordo com o DL n.º 107/2009, de 15 de maio, na ausência de POAAP, aplica-se às albufeiras de águas públicas de serviço público e respetivas zonas de proteção, o regime de proteção consagrado no referido DL que define um conjunto de atividades interditas e condicionadas, nas albufeiras e respetivas zona reservada e zona

terrestre de proteção, que foram identificadas como aquelas que mais contribuem para a degradação dos recursos hídricos.

## **4. Atividades Desenvolvidas no Âmbito do Estágio**

Este capítulo prender-se-á com as tarefas realizadas durante o período de estágio, em que foram estabelecidas três fases que se apresentam de seguida.

A primeira fase remeterá para as tarefas realizadas na revisão do PDM, em que foram atualizados os elementos que constituem o plano, nomeadamente a Planta de Ordenamento que se desdobra na Planta de Zonamento Acústico, Património Cultural e Equipamentos e Infraestruturas. A Planta de Condicionantes que contempla a Carta de Perigosidade e a Carta de Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios.

Os elementos que acompanham o plano, e que foram alvo de revisão prendem-se com os estudos de caraterização, nomeadamente: demográfica; edifícios e alojamentos; socioeconómica; património cultural; rede viária, mobilidade e acessibilidade, comunicações e energia bem como equipamentos e serviços de apoio à população.

No âmbito dos estudos de caraterização, atualizados, destaca-se o do património cultural, no qual participei ao nível da proposta de classificação do património tendo sido, de minha iniciativa, elaborar um portefólio composto por diversas fichas relativas a cada um dos elementos.

Neste âmbito, e com as conclusões retiradas da análise de cada um dos estudos de caraterização, procedeu-se, por minha iniciativa, à atualização da matriz SWOT existente.

Atualizou-se, igualmente, o processo de exclusões desenvolvido para a delimitação da REN municipal e o programa de intervenções municipais previstas.

A segunda fase remeterá para a Gestão Urbanística e SIG em que se procedeu ao levantamento da sinalização rodoviária horizontal e vertical; à preparação do projeto SIG de caraterização industrial bem como ao cadastro SIG da caraterização dos loteamentos urbanos do concelho de Oliveira de Frades e das indústrias implantadas, quer nas zonas industriais, quer dispersas pelo concelho.

Estes estudos, apesar de não estarem contemplados no PDM, constituem elementos fundamentais para a caraterização do município, em estudo.

A terceira fase remeterá para o acompanhamento de um processo de licenciamento de uma exploração de recursos minerais devido ao meu interesse relativamente a este domínio, e de modo a diversificar/enriquecer as atividades realizadas durante o período de estágio.

Salienta-se o facto de que para a primeira fase identificada, anteriormente, existiram reuniões internas no âmbito do acompanhamento e organização dos vários elementos que constituem e acompanham o plano. Relativamente à segunda fase, foi necessário proceder a saídas de campo para se proceder à observação e registo de informação da realidade existente.

#### **4.1. Tarefas Realizadas na Revisão do PDM**

De acordo com o artigo n.º 86.º do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, e sucessivas alterações, e com a Portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro, o conteúdo documental do PDM de Oliveira de Frades é constituído pelos elementos que constituem o plano e pelos elementos que acompanham o plano que se apresentam de seguida.

##### **4.1.1. Relativamente aos Elementos que Constituem o Plano**

A elaboração das peças gráficas que integram o PDM é feita em suporte digital e formato vetorial, sendo a informação gráfica e alfanumérica, sempre que possível, estruturada em SIG, como recomendado pela legislação (Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio).

Devem ser adotados procedimentos técnicos que assegurem a conservação das características de qualidade da cartografia de referência nomeadamente, em termos de exatidão posicional e de consistência interna da informação. O mesmo se aplica à integração de informação geográfica proveniente de diferentes fontes. Deve, igualmente, ser tida em consideração a escala de representação pretendida para a reprodução em suporte analógico (igual ou superior à escala 1:25 000) e a precisão posicional nominal pretendida nessa reprodução.

Segundo, o Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio, as peças gráficas que integram os IGT devem:

- “Ser georreferenciadas no sistema de referência oficial em vigor, cujos parâmetros se encontram publicados pelo Instituto Geográfico Português;

- Conter uma quadrícula com indicação das coordenadas que lhe estão associadas, num dos sistemas de coordenadas utilizado na cartografia topográfica oficial do país.”

Estas devem, ainda, conter uma legenda com a seguinte informação mínima:

- “Indicação do tipo de plano e respetiva designação, em moldes que permitam a sua identificação inequívoca, tendo por referencia a tipologia dos instrumentos de gestão territorial estabelecidos na lei;
- Designação da peça gráfica, em moldes que estabeleçam o seu tipo e conteúdo, tendo por referência o conteúdo documental da figura de plano tal como é estabelecido na lei;
- Identificação da entidade pública responsável pelo plano;
- Identificação da cartografia de referência utilizada (entidade proprietária, entidade produtora e data de edição, série cartográfica, data e nº de homologação, entidade homologadora, sistema de referência, exatidão posicional e temática);
- Indicação da escala de representação para a reprodução em suporte analógico e da precisão posicional nominal nessa reprodução;
- Data de edição e número de ordem da peça gráfica no conjunto das peças que integram o plano.”

Deste modo, no caso de Oliveira de Frades, os limites do concelho considerados nas plantas constantes do PDM estão de acordo com os limites administrativos fornecidos pela Direção-Geral do Território, responsável pela execução e manutenção da CAOP. A versão da CAOP utilizada é a de 2013 com o sistema de coordenadas PT – TM06/ETRS 89.

A cartografia de base utilizada como referência é propriedade do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), entidade que a produziu e editou. O Sistema de referência, em que foi elaborada é o *Datum Lisboa*, e foi pedida a projeção cartográfica para o sistema PT-TM06/ETRS89 - *European Terrestrial Reference System 1989*, no formato *dgn* e posteriormente convertida para formato *shapefile*, ambas as conversões foram efetuadas pelo IGeoE.

De seguida, surgem enunciadas as plantas que foram atualizadas: Planta de Ordenamento, constituída por diversas plantas temáticas, nomeadamente, a de Zonamento Acústico; Património Cultural e, Equipamentos e Infraestruturas. A Planta de Condicionantes e as que nesta se integram, nomeadamente, a Carta de Perigosidade e a Carta de Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios.

### **- Planta de Ordenamento**

Nos termos do disposto do n.º1 do artigo 86.º do RJIGT, a Planta de Ordenamento representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e, a classificação e qualificação dos solos bem como as unidades operativas de planeamento e gestão definidas.

Com base no Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio, o conceito de classificação do solo “traduz a opção de planeamento territorial que determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre as classes de solo rural e de solo urbano.”

Conforme o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio, “a classificação do solo como rural visa proteger o solo como recurso natural escasso e não renovável, salvaguardar as áreas afetas a usos agrícolas e florestais à exploração de recursos geológicos ou à conservação da natureza e da biodiversidade e enquadrar adequadamente outras ocupações e usos incompatíveis com a integração em espaço urbano ou que não confirmam o estatuto de solo urbano.”

Na proposta de revisão do regulamento do PDM de Oliveira de Frades a qualificação do solo em função da sua utilização dominante, neste caso solo rural, apresenta as seguintes categorias: espaço agrícola, florestal de produção, conservação, exploração de recursos geológicos, natural, edificação dispersa e de infraestruturas, como se pode verificar no quadro seguinte.

Categorias de solo rural	Caraterização	Usos
Espaço agrícola	São os que pelas suas características morfológicas (tipo de solo, declives, etc.) devam destinar-se à atividade agrícola e desenvolvimento pecuário.	São permitidos: anexos agrícolas, edificações destinadas a habitação do agricultor, instalações pecuárias e agropecuárias, entre outros.
Espaço florestal de produção	Define-se, segundo o PROFDL, como a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas. Estes espaços são destinados prioritariamente à produção de madeira, cortiça, biomassa para energia, entre outros.	São permitidos: edificação para habitação; edificação para equipamentos de interesse social, turístico; infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios.
Espaço florestal de conservação	Destinados prioritariamente ao enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos, enquadramento de equipamentos de animação turística, de recreio e lazer, entre outros.	São permitidos: edificação para habitação; edificação para equipamentos de interesse social, cultural, desportivo, entre outros.
Espaço de exploração de recursos geológicos	Integra as áreas onde foram identificados recursos geológicos com boas condições de exploração, bem como explorações já existentes.	Nestes espaços, poderão ser licenciadas as explorações de recursos geológicos nos termos da legislação em vigor.
Espaço natural	Destinam-se a garantir a salvaguarda da estrutura biofísica. Estes espaços estão englobados na zona terrestre de proteção das albufeiras de Ribeiradio, Ermida e Cainhas, com uma área de proteção de 500 metros o qual será aferido de acordo com o DL n.º 107/2009, de 15 de maio.	É permitida a instalação de centros de interpretação ambiental e observação de aves e ações que visem melhorar as condições paisagísticas e biofísicas locais.
Espaço de edificação dispersa	São espaços existentes em que se verifica um uso misto de habitação dispersa, agrícola, agropecuária ou florestal, devendo ser promovido o seu ordenamento.	São permitidos: habitação; equipamentos desportivos, culturais, recreativos; comércio; empreendimentos turísticos com as tipologias TER.
Espaço de infraestruturas	É constituído pelo aeródromo da Pedra da Broa e respetiva ampliação.	São permitidos: infraestruturas associadas às atividades aeronáuticas, infraestruturas rodoviárias e infraestruturas de apoio às atividades de apoio à defesa da floresta.

Quadro 8 – Categorias de uso do solo rural do PDM de Oliveira de Frades

Fonte – Adaptado da proposta de revisão do regulamento do PDM de Oliveira de Frades

Conforme o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio, “a classificação do solo como urbano visa a sustentabilidade, a valorização e o pleno aproveitamento das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais”.

Na proposta de revisão do regulamento do PDM a qualificação do solo em função da sua utilização dominante, neste caso solo urbano, apresenta as seguintes categorias: espaço central, espaço de atividades económicas, espaço urbano de baixa densidade, espaço de atividades industriais, espaço verde, espaço de urbanização programada e espaço de urbanização programada – industrial, como se pode verificar no quadro seguinte.

Categorias de solo urbano	Caraterização	Usos
Espaço central	Encontra-se no perímetro do aglomerado urbano de Oliveira de Frades onde se encontram instaladas as funções que conferem centralidade à sede do concelho, tais como as funções terciárias, constituindo zonas estruturadas e consolidadas.	São permitidos: habitação unifamiliar e coletiva, comércio, infraestruturas urbanas e todos os tipos de equipamentos urbanos, empreendimentos turísticos entre outros. São adaptadas a este espaço operações de qualificação do espaço público (circulação; estacionamento automóvel).
Espaço de atividades económicas	Encontra-se no perímetro do aglomerado urbano de Oliveira de Frades onde se encontram instaladas diversas funções e atividades económicas que conferem centralidade à sede do concelho, tais como as funções terciárias, constituindo zonas estruturadas e consolidadas.	São permitidos: habitação unifamiliar e coletiva, comércio, infraestruturas urbanas e todos os tipos de equipamentos urbanos, empreendimentos turísticos entre outros. São adaptadas a este espaço operações de qualificação do espaço público (circulação; estacionamento automóvel).
Espaço urbano de baixa densidade	É constituído por zonas onde existem ou se prevê a existência de infraestruturas urbanas.	São permitidos: habitação, equipamentos desportivos, culturais, recreativos e sociais, comércio e empreendimentos turísticos.
Espaço de atividades industriais	Zona industrial da Vila de Oliveira de Frades; zona industrial de Reigoso; zona industrial de Varzielas; zona industrial de São Vicente; zona industrial de Sobreiro e zona industrial de Porto Ferreira.	Destinado à instalação de edifícios industriais, bem como de comércio, serviços, armazéns, estaleiros e armazenamento ao ar livre.
Espaço verde	Encontra-se incluído em perímetro urbano e engloba as áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental do espaço urbano.	Neste espaço podem ser construídos equipamentos para recreio e lazer, desporto e cultura; São permitidos os usos agrícolas existentes.
Espaço de urbanização programada	Zonas onde se reconhece vocação para ocupação com fins urbanos, mas em que o previsível crescimento demográfico, a ausência de infraestruturas urbanísticas ou as deficientes condições de acessibilidade não justificam a sua urbanização imediata.	São permitidos: infraestruturas urbanas, habitação unifamiliar e coletiva, equipamentos de utilização coletiva, empreendimentos turísticos, indústria e armazéns compatíveis com a habitação, operações de limpeza e proteção da floresta.
Espaço de urbanização programada – industrial	São os correspondentes a novas zonas industriais e à expansão da Zona Industrial de Reigoso.	São permitidos: Áreas destinadas à implantação de armazéns, oficinas, depósitos, escritórios, locais de exposição e de natureza recreativa e social ligados à atividade industrial, empreendimentos turísticos, etc.

Quadro 9 – Categorias de uso do solo urbano do PDM de Oliveira de Frades

Fonte – Adaptado da proposta de revisão do regulamento do PDM de Oliveira de Frades

De seguida, apresenta-se a lista dos elementos que constam na Planta de Ordenamento da proposta de revisão do PDM do Município de Oliveira de Frades (**Anexo V**):

- Estrutura ecológica municipal;
- Albufeira (albufeira classificada/albufeira não classificada);



- Solo Rural (classes de solo rural);
- Solo Urbano (classes de solo urbano);
- Rede rodoviária;
- Património cultural (proposta de classificação do património);
- Ações propostas (Ciclovía);
- Ações prioritárias (Piscina Municipal, Parque Urbano e Aeródromo da Pedra da Broa);
- Unidades operativas de planeamento e gestão.

Em suma, e com a análise desta planta, destaca-se a importância da classificação e qualificação do solo. Deste modo, “a classificação do solo como urbano visa a sustentabilidade, a valorização e o pleno aproveitamento das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo, e dos demais recursos territoriais”, ([http://www.dgterritorio.pt/glossario/ordenamento\\_e\\_cidades/conceitos\\_igt/solo\\_urbano/](http://www.dgterritorio.pt/glossario/ordenamento_e_cidades/conceitos_igt/solo_urbano/)) e a classificação do solo como rural “visa proteger o solo como recurso natural escasso e não renovável, salvaguardar as áreas afetas a usos agrícolas e florestais, à exploração de recursos geológicos ou à conservação da natureza e da biodiversidade.” ([http://www.dgterritorio.pt/glossario/ordenamento\\_e\\_cidades/conceitos\\_igt/solo\\_rural/](http://www.dgterritorio.pt/glossario/ordenamento_e_cidades/conceitos_igt/solo_rural/)).

De acordo com o Relatório de proposta de revisão do PDM, relativamente, à qualificação do solo, destaca-se que a área urbana de Oliveira de Frades e Souto de Lafões corresponde a cerca de 30 % da área urbana total do concelho. Com a revisão dos perímetros urbanos resultou um aumento da área de solo urbano de cerca de 4,7% na União de Freguesias de Oliveira de Frades, Sejães e Souto de Lafões, devido à integração em área de reserva urbana de áreas de espaço agrícola e florestal do Plano Diretor Municipal de 1994, e nas restantes freguesias do concelho verificaram-se decréscimos das áreas urbanas.

## - Planta de Zonamento Acústico

A Planta de Zonamento Acústico (**Anexo VI**) constitui um instrumento de planeamento, de nível municipal, que delimita as áreas sensíveis e mistas de acordo com o Regulamento Geral do Ruído anexo ao DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo DL n.º 278/2007, de 1 de agosto.

A sua elaboração ocorreu com base nos elementos da revisão do PDM, principalmente na Planta de Ordenamento, conjuntamente com o Mapa de Ruído do concelho (datado de 2006), e tendo presente a localização de equipamentos escolares, equipamentos de saúde ou similares e, de espaços de lazer.

O regulamento referido estabelece limites de ruído para dois tipos de zonas acústicas de acordo com o artigo n.º3, alíneas v) e x):

- A zona mista: “a área definida em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afeta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível”;
- A zona sensível: “a área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período noturno”.

Nas zonas sensíveis e mistas devem ser respeitados os valores de limite superior de exposição do ruído estabelecidos no n.º1 do artigo 11.º do regulamento que correspondem aos valores do quadro seguinte:

	<b>Período diurno (07h.00 e as 20h.00) <math>L_{den}</math></b>	<b>Período noturno (23h.00 e as 07h.00) <math>L_n</math></b>
Zonas sensíveis	LAeq de 55 dB(A)	45 dB(A)
Zonas mistas	LAeq de 65 dB(A)	55 dB(A)

*Quadro 10 – Limites de exposição de ruído no município*

Fonte – Adaptado do Regulamento Geral do Ruído

Em suma, e com a análise desta planta, foram classificadas como zonas sensíveis as áreas urbanas ou destinadas a habitação, e com outras utilizações diversas em que não existem ou estão previstas utilizações ruidosas, bem como as áreas de espaço verde que estão inseridas em espaços urbanos, tendo por isso potencialidades para constituírem áreas de qualidade paisagística fundamentais para atividades de recreio e lazer, de apoio ao aglomerado onde se inserem.

A área urbana da vila de Oliveira de Frades, tem diversos usos em simultâneo com a habitação, comércio, serviços e equipamentos escolares, de saúde, de desporto e de lazer. Face a esta diversidade de usos foi definida a divisão de zona sensível/zona mista no aglomerado urbano da vila, tendo em conta as necessidades de controlar os níveis acústicos nos locais onde se inserem os equipamentos de saúde, escolares ou zonas residenciais.

Com base no mapa de ruído e a identificação das principais fontes de ruído rodoviário e industrial, foi possível ao município identificar as situações de níveis de ruído superiores aos limites legais, e consequentemente identificar as zonas de intervenção. Assim, foi identificado como “área problema” em resultado dos níveis de tráfego rodoviário, a envolvente da A25 onde se verificam no período diurno valores superiores a 75 dB(A), ultrapassando em 10 dB(A) o nível de ruído permitido em zona mista. No período noturno, a situação repete-se sendo também ultrapassados os valores permitidos.

## **- Planta do Património Cultural**

A Planta do Património Cultural (**Anexo VII**) surgiu da identificação/levantamento dos elementos patrimoniais existentes no concelho de Oliveira de Frades.

Por razões de simplificação e tendo em conta a diversidade de património procedeu-se à identificação, seleção, e classificação enquadrando-o nas seguintes tipologias:

- Património cultural e natural classificado: monumentos nacionais – Anta Pintada de Antelas (Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17/07/1990; Decreto n.º 45/93, DR, I Série B, n.º 280, de 30/11/1993) e Anta de Arca (Decreto de 16/06/1910, DG n.º136, de 23/06/1910); dois imóveis de interesse público – Pelourinho de Oliveira de Frades (Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11/10/1933) e a Igreja de São João Baptista, paroquial de Souto de

Lafões (Portaria n.º 286/2013, DR, 2.ª Série, n.º 92, de 14/05/2013); uma árvore classificada - *Quercus Robur L.* (DR n.º 154 II.ª Série de 06/07/95, processo n.º KNJ 1/268) e um imóvel em vias de classificação – Igreja Paroquial de Pinheiro de Lafões e respetivo adro (Anúncio n.º 17/2013, DR, 2.ª Série, n.º 12, de 17/01/2013).

- Património cultural não classificado: sítios arqueológicos; arte pública; igrejas; capelas; pontes; miradouros; casas de brasileiro; casas apalaçadas; imóveis notáveis; escolas desativadas; estradas romanas; locais de interesse arquitetónico; de interesse urbanístico e os núcleos urbanos.
- Património cultural proposto para classificação: nesta tipologia e uma vez que é muito importante a proteção e valorização do património para a compreensão, permanência e construção da identidade identificaram-se locais, núcleos urbanos, monumentos, insculturas, estelas que se propõem para classificação.
- Património natural: albufeiras; afloramentos rochosos; perímetros florestais; arvoredos; locais de interesse geomorfológico; margens de rios ou ribeiros e jardim urbano.

Ainda, no contexto desta planta, foram identificadas as zonas de proteção do património classificado, nomeadamente a zona especial de proteção de imóveis; zona geral de proteção de imóveis; zona especial de proteção provisória de imóveis e zona de proteção de árvore classificada.

Em suma, e com a análise desta planta, verificou-se que o concelho de Oliveira de Frades é rico em património cultural.

## **- Planta de Equipamentos e Infraestruturas**

A Planta de Equipamentos e Infraestruturas (**Anexo VIII**) surge da identificação/levantamento dos principais equipamentos e infraestruturas existentes no concelho de Oliveira de Frades.

Deste modo, nesta planta estão contemplados os seguintes equipamentos e infraestruturas:

- Equipamentos coletivos e serviços públicos (hotelaria, farmácia, cemitério, equipamentos coletivos e igrejas e locais de culto);
- Abastecimento e drenagem de água (conduta adutora, conduta adutora prevista, coletor de águas residuais e coletor de águas residuais previsto);
- Recolha de resíduos sólidos (ecocentro, ecoponto, contentor de 800 litros e contentor de 360 litros);
- Energia (rede elétrica, linha elétrica proposta, posto de abastecimento de combustíveis, posto de transformação de eletricidade e locais de produção de energia);
- Mobilidade e transportes (ciclovía proposta e circuitos de transporte público);
- Outras infraestruturas (antenas de telecomunicações, barragens e açudes e caminhos florestais).

A partir da análise desta planta consegue-se ter a noção de que o concelho de Oliveira de Frades encontra-se “coberto” por equipamentos e infraestruturas.

## **- Planta de Condicionantes**

Nos termos do disposto do n.º1 do artigo 86º do RJIGT, a Planta de Condicionantes (**Anexo IX**) identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer zona específica de aproveitamento.

Deste modo, apresenta-se a lista das servidões e restrições ao nível do património natural, património cultural e infraestruturas.

### ✓ Património natural

- REN;
- Domínio hídrico - cursos de água e respetivos leitos e margens, albufeiras e as zonas ameaçadas pelas cheias;
- RAN;
- Áreas submetidas ao regime florestal parcial obrigatório (Perímetro Florestal de São Pedro do Sul; Perímetro Florestal do Vouga; Perímetro Florestal do Ladário; Perímetro Florestal de Préstimo (Destriz); Perímetro Florestal de Arca e o Perímetro Florestal do Caramulo;
- Áreas com povoamentos florestais percorridos por incêndios florestais nos últimos dez anos;
- Arvoredo classificado de interesse público: *Quercus Robur L.*;
- Áreas de aproveitamentos hidroagrícolas e áreas submetidas à legislação de fomento hidroagrícola;
- Proteção ao sobreiro e azinheira;
- Proteção ao azevinho espontâneo.

### ✓ Património cultural

Identificado na Planta de Ordenamento – Património cultural, listado no Anexo I do regulamento:

- Imóveis classificados como monumentos nacionais: Anta Pintada de Antelas e Anta de Arca;
- Imóveis classificados como imóveis de interesse público: Pelourinho de Oliveira de Frades;

- Imóveis classificados como monumento de interesse público: Igreja Paroquial de Souto de Lafões e seu património integrado;
- Imóveis em vias de classificação: Igreja Paroquial de Pinheiro de Lafões e respetivo adro;
- Património arqueológico.

✓ Infraestruturas

- Captações de água subterrânea, destinada ao abastecimento de fontenários públicos;
- Açudes e Barragens - Barragem das Cainhas no Rio Alfusqueiro; Barragem de Ribeiradio no Rio Vouga (em construção) e Barragem da Ermida no Rio Vouga (em construção);
- Linhas elétricas;
- Postos de transformação;
- Rede rodoviária nacional - Rede nacional fundamental e Rede nacional complementar;
- Estradas regionais;
- Estradas nacionais desclassificadas, sob jurisdição da EP, SA;
- Caminhos florestais;
- Postos de vigia: Caramulo, Arca e Ladário;
- Marcos geodésicos, de rede geodésica nacional, no sistema de coordenadas e de referência PT-TM06/ETRS89.

Com a análise da planta de condicionantes, identificaram-se as servidões e restrições de utilidade pública, em vigor, que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer zona específica de aproveitamento, ao nível do património natural, cultural e infraestruturas.

Da planta de condicionantes e, em matéria de risco de incêndio, regulada pelo DL n.º 124/2006, de 28 de junho, e suas alterações, relativo às Zonas Percorridas por Incêndios, no âmbito do PDM deve ser apresentada a seguinte cartografia de risco de incêndio: Carta de Perigosidade e a Carta de Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios.

## **- Carta de Perigosidade**

A Carta de Perigosidade (**Anexo X**) baseia-se na identificação dos modelos de combustível verificados no terreno, e na sua classificação em termos de perigosidade, obtendo-se os níveis de Muito Baixo a Muito Alto. A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com risco de incêndio das classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas redes de defesa da floresta contra incêndios.

As novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, as regras definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios respetivo ou, se este não existir, a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m bem como a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e, à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.

A partir da análise desta carta, é possível localizar os locais do concelho de Oliveira de Frades onde a carga de combustível é mais elevada, ou seja, onde o perigo de incêndio é mais elevado.

## **- Carta de Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios**

Na Carta de Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios (**Anexo XI**), são identificadas, temporalmente e geograficamente, as áreas florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos.

Nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios não incluídos em espaços classificados em planos municipais de ordenamento do território como urbanos, urbanizáveis ou industriais, ficam proibidas, pelo prazo de 10 anos, as seguintes ações:

- A realização de obras de construção de quaisquer edificações;
- O estabelecimento de quaisquer novas atividades agrícolas, industriais, turísticas ou outras que possam ter um impacto ambiental negativo;



- A substituição de espécies florestais por outras desadequadas;
- O lançamento de águas residuais industriais ou de uso doméstico ou quaisquer outros efluentes líquidos poluentes;
- O campismo fora de locais destinados a esse fim.

Portanto, as alterações ao uso do solo, ocorridas após um incêndio florestal, terão que ser salvaguardadas a fim de preservar os recursos florestais. O levantamento cartográfico anual, dos povoamentos florestais percorridos por incêndios é da responsabilidade da Autoridade Florestal Nacional em colaboração com a Câmara Municipal. É necessário ter presente que esta planta fica automaticamente desatualizada todos os anos, não só por novas áreas ardidas, como pelo levantamento da restrição imposta quando ultrapassados 10 anos.

Para a elaboração das peças gráficas referidas anteriormente, no caso do Município de Oliveira de Frades obedeceu-se às regras referidas no DR n.º 10/2009, de 29 de maio, que fixa a cartografia a utilizar nos IGT, bem como na representação de quaisquer condicionantes. Contudo a Direção Geral do Território possui normas técnicas sobre a estruturação em SIG que integra os IGT, bem como sobre a simbologia e as convenções gráficas a utilizar na representação do conteúdo regulamentar dos instrumentos de planeamento territorial, mas que neste Município serviram apenas de guia, ou seja, não se cumpriram todos os requisitos estabelecidos nas normas técnicas.

As plantas de Ordenamento e de Condicionantes têm por base um regulamento municipal que segue diretrizes do PDM e da Gestão Territorial. Este regulamento fornece todos os elementos que serão utilizados na elaboração das plantas e como tal, se se verificar alguma alteração em relação a qualquer elemento, também o regulamento terá que ser alterado. Por exemplo, a construção da Barragem de Ribeiradio-Ermida veio trazer algumas mudanças ao nível dos perímetros urbanos, o que levou a uma alteração do regulamento municipal e do ordenamento municipal. Assim sendo, sempre que o PDM e o Ordenamento Municipal forem alvo de transformações, o regulamento, como documento integrante do PDM, terá obrigatoriamente de sofrer alterações.

A atualização das plantas facilita a consulta por parte dos utilizadores internos e externos e assim permite uma melhor compreensão da gestão territorial. Contudo, o uso do programa SIG nesta atualização revelou algumas dificuldades, dado que tinha tido

apenas um contacto teórico com esta ferramenta. A nível prático os SIG têm inúmeras funcionalidades que se tornam mais acessíveis com a utilização frequente do programa.

#### **4.1.2. Relativamente aos Elementos que Acompanham o Plano**

Estes elementos, referidos anteriormente, fazem parte do conteúdo documental do PDM, e são compostos pelos estudos de caracterização: demográfica; edifícios e alojamentos; socioeconómica; património cultural; rede viária, mobilidade e acessibilidade, comunicações e energia; rede de equipamentos e serviços de apoio à população, e pelo programa de execução das intervenções previstas e meios de financiamento, que se apresentam de seguida.

##### **- Demográfica**

Na maior parte do território do concelho a população aglomera-se em pequenos núcleos. Destacam-se a freguesia de Oliveira de Frades com 305 hab./km<sup>2</sup>, bem como as freguesias de São Vicente de Lafões e Souto de Lafões, sendo que estas se aproximam dos 100 hab./km<sup>2</sup>.

Estas freguesias têm registado, na última década, um aumento de população residente, em que as freguesias de Oliveira de Frades e São João da Serra são as que apresentam, na atualidade, uma estrutura etária mais jovem.

Relativamente à população residente mais envelhecida verifica-se que esta coincide com as áreas mais afastadas da sede do Concelho e da EN16.

A conjugação da descida das taxas de natalidade e de mortalidade são responsáveis pela observância de um crescimento natural negativo, na generalidade do concelho.

Esta tendência de envelhecimento da população tem sido, ligeiramente, minimizada pela chegada de novos residentes. Entre 1995 e 2011, fixaram-se no concelho cerca de 6% dos atuais 10 261 habitantes, facto que se prende com o regresso de emigrantes e de naturais das ex-colónias portuguesas.

Relativamente à projeção da população residente para 2016, pode concluir-se que a taxa bruta de natalidade sofrerá uma quebra acentuada como consequência do declínio da

fecundidade que se tem vindo a verificar, enquanto que a taxa bruta de mortalidade tende a aumentar devido ao envelhecimento da população. Assim, assiste-se a um duplo envelhecimento da população residente.

Deste modo, prevê-se uma diminuição dos contingentes populacionais dos grupos etários mais jovens, e uma estabilização dos idosos (**Anexo XII**).

No estudo demográfico foram utilizados os dados dos Censos no período compreendido entre 1911 e 2011, devidamente identificados, tendo sido analisadas variáveis relacionadas com a população residente, estrutura etária, taxas de natalidade, mortalidade e crescimento natural, famílias bem como a estimativa da população residente para 2016.

Esta caracterização teve como objetivo fundamental o diagnóstico demográfico do concelho, de forma a detalhar o perfil da população residente e delinear tendências, que ajudam a perspetivar e equacionar um modelo de desenvolvimento concelhio.

#### **- Edifícios e Alojamentos**

No concelho de Oliveira de Frades, na década de 60, o número de alojamentos diminuiu, praticamente, em todo o concelho. A partir de 1970 tem vindo, globalmente, a aumentar tendo-se evidenciado, nas últimas três décadas, um acréscimo significativo, mais acentuado nos anos 80. Cerca de 30% dos alojamentos existentes no concelho, em 2011, foram construídos nas últimas três décadas.

Em relação ao censo de 2011, verifica-se uma diminuição do número de edifícios com alguma expressividade nas freguesias de Arcozelo das Maias e Pinheiro de Lafões, contrastando com as restantes freguesias, onde se verifica um aumento do número de edifícios.

Nos últimos anos foram construídos, no concelho, alguns edifícios para habitação social sendo que, dos 70 fogos construídos, atualmente existe somente um disponível que se localiza em Pereiras, tendo os restantes sido vendidos. A curto prazo, não está prevista a construção de novos fogos.

Em 2011, 63,5% dos 5,669 alojamentos existentes no concelho encontravam-se ocupados como residência habitual, e cerca de 500 alojamentos desocupados.

As freguesias com percentagem acima da média de alojamentos vagos são as de Destriz, Oliveira de Frades, Ribeiradio, Reigoso, São Vicente de Lafões e Varzielas.

Em 2011, no concelho de Oliveira de Frades, registavam-se deficiências nas condições de habitabilidade dos fogos existentes, que incidem sobretudo na ligação às redes públicas de esgotos e água canalizada (**Anexo XIII**).

Neste estudo recorreu-se aos resultados definitivos publicados pelo INE e, foram utilizados os dados dos censos do período compreendido entre 1960 e 2011, devidamente identificados, sendo analisadas variáveis relacionadas com edifícios e alojamentos, nomeadamente a evolução do número de alojamentos familiares, habitação social construída no concelho, alojamentos com carências (...).

Este estudo teve como objetivo a perceção da realidade do concelho ao nível dos edifícios e alojamentos possibilitando a análise das possíveis necessidades da área de intervenção.

#### **- Socioeconómica**

Relativamente à caracterização socioeconómica da população do concelho de Oliveira de Frades pode concluir-se que, a taxa de atividade no concelho é inferior à verificada no País bem como na Região Centro. Esta situação relaciona-se com a diminuição da taxa de atividade das mulheres, entre 1991 e 2001, que pelo contrário, aumentou naquelas unidades territoriais.

A percentagem da população empregada no setor primário é, predominantemente, constituída por homens, e é muito superior à que se verifica na região Centro e no país. O setor secundário é bastante mais representativo no concelho comparativamente às outras unidades territoriais.

No que diz respeito à caracterização das atividades económicas podemos concluir que a população agrícola abrange cerca de 25% da população residente.

Quanto à utilização das terras, estão presentes em quase todas as explorações: hortas familiares; culturas temporárias (cereais para grão); prados temporários e culturas forrageiras.

Na década de 60 do séc. XX, assistiu-se à instalação de numerosas empresas avícolas. Atualmente, cerca de 500 aviários produzem, em média, 1 744 449 aves por

semana, o que representa aproximadamente cerca de 50% dos níveis de rendimento provenientes das atividades agropecuárias.

Atualmente, existe um elevado número de indústrias, instaladas nas zonas industriais de Oliveira de Frades, Reigoso e Arcozelo das Maias, que dão emprego a cerca de 3 500 trabalhadores.

A abertura do IP5/A25, a política de incentivos locais levados a cabo pela autarquia e, respetiva divulgação em eventos especializados explicam este dinamismo empresarial observável no concelho.

Quanto ao setor terciário, conclui-se que a vila de Oliveira de Frades centraliza diversas funções que dão reposta a grande parte das preferências da população, quer ao nível da aquisição de bens, quer de usufruto de serviços. O concelho apresenta boas condições para o desenvolvimento do turismo, já que dispõe de um vasto património paisagístico, de praias fluviais, parques de lazer, monumentos e de uma ótima gastronomia (**Anexo XIV**).

Neste estudo, foram utilizados os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação, do período compreendido entre 1991 e 2011 e, ainda, dados do PORDATA. Foram analisadas as variáveis relacionadas com a caracterização socioeconómica da população bem como a caracterização das atividades económicas. Foi, igualmente, alvo de análise as taxas de atividade e desemprego por sexo no concelho; população residente empregada segundo o setor de atividade económica; população agrícola; efetivo animal; indústria e serviços existentes no concelho, entre outras.

A partir da análise/estudo da distribuição da população ativa por setores de atividade com maior expressão, torna-se possível identificar potenciais áreas de intervenção.

## **- Património Cultural**

O município de Oliveira de Frades apresenta um património cultural diversificado, quer ao nível arquitetónico, quer arqueológico.

Para este estudo, e depois do levantamento de todo o património cultural existente no concelho, foi fundamental a iniciativa de fazer um portefólio para retratar as características dos vários tipos de património cultural, nomeadamente o arquitetónico, arqueológico, religioso e natural.

Relativamente ao património cultural arqueológico existem vários exemplos no concelho bem como aldeias com valor patrimonial, quer pelo conjunto arquitetónico do tecido, quer pela malha urbana que mantêm características próprias da vivência rural tradicional.

Como património cultural arqueológico classificado surge a Anta Pintada de Antelas e a Anta de Arca. Para além deste património encontram-se dispersos pelo município outros valores tais como: Rasto dos Mouros (Sejães); Pedra das Ferraduras Pintadas (Benfeitas); Dólmén da Vessada do Salgueiro, entre outros.


Do património cultural religioso existente encontra-se classificado, ou em vias de classificação, a Igreja de São João Batista – Paróquia de Souto de Lafões, incluindo o seu património classificado bem como a Igreja Paroquial de Pinheiro de Lafões e, respetivo Adro.

Relativamente ao património arquitetónico encontra-se classificado o pelourinho de Oliveira de Frades.

Em relação ao Património Natural encontram-se importantes manchas de *Quercus Robur L.*; Perímetros Florestais (São Pedro do Sul – São João da Serra; Vouga; Ladário; Préstimo; Arca e Caramulo); Carvalheda da Gândara; Rio Vouga, e Albufeiras das Barragens das Caínhas, Pereiras, Vessada do Salgueiro, Rio Águeda e Ribeiradio.

Nesta caracterização procedeu-se, ainda, à proposta de classificação do património, nomeadamente ao levantamento de todos os elementos fundamentais, tendo sido elaborado um portefólio composto por várias fichas que ilustram os respetivos elementos (**Anexo XV**).

A imagem seguinte ilustra um exemplo de uma ficha relativa a um elemento do património de Oliveira de Frades - Anta de Arca.

Ficha do Portefólio do Património n.º2		
Designação	Anta da Arca	
Classificação	Monumento Nacional – Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910. Dispõe de zona geral de proteção de 50m.	
Cronologia	Monumento megalítico - Século IV	
Descrição	Situada na localidade de Paranho na freguesia de Arca, entre Águeda e o Caramulo, a Anta de Arca é um monumento megalítico classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de Junho de 1910, este é constituído por uma câmara poligonal com quatro esteios e que ainda hoje mantém a cobertura, não tem vestígios de corredor e é desprovida de mamoa. Erguida sob três esteios de forma aproximadamente vertical é encimada por uma laje que cobre o seu espaço interior. Possui 2,65 metros de altura, 4,50 de comprimento e 3,75 de largura, a sua câmara é poligonal e de formas irregulares. Outra designação para este monumento megalítico é «Pedra dos Mouros», esta designação está intimamente relacionada com as lendas, que abordam uma ligação dos mouros ao dólmen.	

*Figura 5 - Exemplo de ficha do portefólio do estudo de caracterização*

Fonte - Elaboração Própria

O estudo de caracterização do património cultural pretendeu garantir a integração do património e torná-lo num elemento de valorização do território, para o qual foi analisada a legislação para o património classificado, e em vias de classificação. Constituiu, igualmente, uma mais-valia a criação do portefólio com todos os elementos do património cultural.

## **- Rede Viária, Mobilidade e Acessibilidade, Comunicações e Energia**

Relativamente à rede viária, o concelho dispõe de quatro níveis de hierarquia, assinalados de acordo com a classificação do Plano Rodoviário Nacional. Como estrada nacional desclassificada surge a EN16 desde Ribeiradio até ao perímetro urbano da Vila de Oliveira de Frades.

Os serviços, equipamentos e infraestruturas existentes no concelho encontram-se dispersos pelo território havendo, contudo, uma maior concentração na sede de concelho, principalmente ao nível dos serviços públicos, tais como serviço de táxis, central de camionagem, entre outros.

A A25 constitui o elemento mais marcante do sistema viário concelhio, já que possibilita novas acessibilidades através de ligações ao litoral e à Europa, via fronteira de Vilar Formoso.

A rede de transportes públicos do concelho é considerada deficiente, ou seja, neste domínio há necessidade de introduzir mais autocarros; diversificar os horários e possibilitar uma melhor ligação das freguesias à sede do concelho.

Quanto às comunicações, conclui-se que a rede de televisão por cabo existe apenas em algumas áreas do concelho, tal como a rede de fibra ótica, sendo que estas se encontram em expansão.

Os postos de abastecimento de combustível têm localização próxima da sede do concelho, nomeadamente em Conlela, Pinheiro de Lafões, Cajadães e Oliveira de Frades (**Anexo XVI**).

A atualização deste estudo permitiu ter a perceção de como o concelho está “servido” por estes elementos.



## **- Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio à População**

O município encontra-se dotado de uma rede de equipamentos desportivos que incluem um diversificado leque de atividades, disponíveis para as diferentes classes etárias.

No concelho destacam-se os equipamentos turísticos ligados ao Turismo Rural, nomeadamente a Casa da Aldeia. Porém, ao nível de hotéis a oferta é pouco diversificada, já que no concelho existe somente um hotel de três estrelas: Hotel Ulveira.

Relativamente ao ensino, devido à redução do número de alunos, algumas escolas do pré-escolar e do ensino básico foram desativadas. O ensino secundário e cursos tecnológicos são assegurados pela EB2,3/S de Oliveira de Frades.

Ao nível de equipamentos e infraestruturas sociais destaca-se a instituição - Misericórdia de Nossa Senhora dos Milagres, de apoio a crianças e idosos.

Por último, a dinâmica associativa assume no município um papel estratégico a vários níveis, gerando dinâmicas de animação sociocultural, cultural, desportiva e recreativa, sendo exemplos ilustrativos: Grupo Desportivo de Oliveira de Frades (GDOF) e Nova Geração – Grupo Cultural e Recreativo de Arcozelo das Maias (**Anexo XVII**).

A atualização deste estudo permitiu averiguar a diversidade dos elementos existentes bem como estão distribuídos no território de Oliveira de Frades, sendo de destacar a importância das visitas *in loco*, tendo como objetivo a recolha de informação escrita e fotográfica.

Em suma, os estudos de caracterização desenvolvidos nas diversas vertentes da realidade do território têm como fim poder avaliar e definir as orientações estratégicas para o desenvolvimento social, cultural e económico do concelho.

Com a atualização destes estudos pretendeu-se, ainda, de forma sintética identificar os principais pontos-chave de cada estudo, no sentido de permitir, de uma maneira sumária, avaliar as principais conclusões e possibilitar a definição de estratégias a seguir no plano. Sem prejuízo do recurso a outros métodos, considerou-se fundamental atualizar a matriz **SWOT** existente (**Anexo XVIII**). Esta constitui um exercício de síntese do diagnóstico, para elencar os pontos fortes (Strengths), e pontos fracos (Weaknesses) do território, bem como as oportunidades (Opportunities), e ameaças (Threats) que possam surgir do exterior.

Deste modo, o diagnóstico centrou-se na análise retrospectiva e prospetiva dos elementos determinantes para o município, sendo que, nesta perspetiva, o diagnóstico é uma etapa decisiva para estruturar a visão estratégica para o município.

### **- Programa de Execução das Intervenções Previstas e Meios de Financiamento**

De acordo com o artigo n.º 86 do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, relativo ao conteúdo documental do PDM, este é acompanhado por um programa de execução, contendo designadamente disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.

No âmbito da revisão do PDM, procedeu-se à elaboração de um programa de execução, no qual se identificam, de acordo com as informações disponíveis à data, as intervenções previstas propostas pelo plano em diversas áreas de atuação, nomeadamente: rede viária, redes de saneamento, equipamentos coletivos, planeamento e gestão urbanística, proteção civil, ambiente e património.

Foi elaborado um quadro síntese com as intervenções propostas, e para as quais se identifica a estimativa orçamental, a fonte de financiamento prevista e o grau de prioridade atribuído. As estimativas orçamentais apresentadas têm por base projetos já executados, idênticos, ou os respetivos projetos. Relativamente ao financiamento foram identificadas três possibilidades: Câmara Municipal, Fundo Comunitário ou Outro. Os níveis de prioridade foram classificados em 1 – Alto, 2 – Médio e 3 – Baixo.

Constam deste programa as ações prioritárias indicadas na Planta de Ordenamento do PDM, e listadas no respetivo regulamento. Neste programa constam, igualmente, as propostas da Carta Educativa e do Plano Municipal de Defesa das Floresta Contra Incêndios.

Em suma, o PDM, enquadrado no modelo de organização municipal do território que define, tem que estabelecer um “Programa contendo disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas bem como sobre os meios de financiamento das mesmas” (Artigo 86.º do RJIGT). Neste contexto as autarquias, desde logo, têm a necessidade de identificar e programar cenários de atuação com recurso a

apoios de financiamento, cada vez mais limitados pelo Orçamento de Estado, contrapondo a um âmbito/campo de intervenção, e de responsabilização do município cada vez mais abrangente.

Deste modo, exige-se das autarquias um maior rigor na programação e financiamento das intervenções, definindo as prioridades, quer pela sua importância e contributo na concretização do modelo, quer da estratégia municipal de desenvolvimento preconizado para o seu território.

#### **4.1.3. Relativamente à Delimitação da REN**

A REN é concebida como uma estrutura de enquadramento e proteção dos espaços produtivos, agrícolas e urbanos, destinada a garantir a permanência de determinadas ocorrências físicas, e um mínimo de atividade biológica de acordo com o DL n.º 239/2012, de 2 de novembro.

A proposta de revisão da delimitação da REN, em vigor, para a área do concelho de Oliveira de Frades, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/95, surgiu no sentido de aproveitar a oportunidade da revisão do PDM para introduzir as necessárias correções à sua delimitação.

A CCDRC, neste contexto, contribuiu de forma mais relevante, avançando com propostas de maior profundidade e rigor técnico, e aplicando a partir das definições dos sistemas biofísicos da REN previstas no Anexo III do DL n.º 93/90, de 19 de março, critérios mais objetivos de delimitação.

Este propósito é fundamental para a requalificação e legitimação da REN, na medida em que permite dotá-la de uma maior racionalidade, transformando este instrumento numa base científica adequada.

Deste modo, e para efeitos de redefinição dos limites da REN do concelho, foram delimitados os seguintes sistemas biofísicos (**Anexo XIV**): Leitos dos Cursos de Água; Zonas Ameaçadas pelas Cheias; Albufeiras de Faixa de Proteção; Cabeceiras das Linhas de Água; Áreas de Máxima Infiltração; Áreas com Riscos de Erosão, e Escarpas e Faixa de Proteção.

Em resultado da redefinição da REN registou-se uma grande modificação na localização desta condicionante, o que gerou alguns conflitos entre as existências legalizadas e a proposta de ordenamento, entretanto criada.

Verificou-se, assim, o surgimento da necessidade de uma nova proposta de exclusões de áreas da REN, justificadas pelas propostas de ordenamento bem como pela salvaguarda de ocupações existentes, atualmente realizadas ao abrigo da REN, em vigor.

Desta forma, elaborou-se uma proposta de exclusão que constituiu, maioritariamente, a ponderação de exclusão de áreas legalmente construídas ou de construção já autorizada, sendo que existe apenas uma mancha considerada de satisfação das carências existentes em termos de habitação, equipamentos e infraestruturas.

A elaboração da proposta de exclusão de áreas da REN, foi submetida à Comissão Nacional da REN instruída com os seguintes elementos:

- ✓ Memória descritiva e justificativa (descrição da proposta de delimitação e justificação das opções tomadas), que integrou:
  - Explicitação da metodologia e dos critérios utilizados para a identificação das áreas efetivamente já comprometidas (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas);
  - Demonstração, face à estratégia municipal e ao resultado da avaliação do plano em vigor, da necessidade das áreas a excluir para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas, incluindo fundamentação objetiva da exclusão e justificação da inexistência de alternativas;
  - Imagens aéreas atualizadas com a representação dos limites das áreas a excluir;
  - Quadro no qual se identificam as áreas a excluir, efetivamente, já comprometidas;
  - Quadro em que se identificam as áreas a excluir para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas;
  - Quadro síntese das áreas, efetivamente, já comprometidas, assim como das áreas que se pretendem excluir para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas.
- ✓ Carta da REN em vigor ou extrato, à escala 1: 25 000.

Com a elaboração e análise dos quadros referidos verificou-se que as manchas que constituem a proposta de exclusão são no total cinquenta e cinco, em que deste total, cinquenta e quatro são áreas já comprometidas (encontram-se numeradas pela letra C) e, apenas, uma remete para área a excluir para satisfação de carências existentes (que se encontra numerada pela letra E).

Ainda é de salientar que existem manchas que recaem sobre mais do que uma tipologia de REN, sendo que outras foram redefinidas após reunião com a Comissão Nacional da REN, destacando-se, igualmente, três manchas que não estiveram sujeitas à apreciação, e que resultam da recente alteração da faixa de proteção às albufeiras de 50 m para 100 m, facto que se refletiu na afetação de áreas urbanas consolidadas nos lugares de Casal e Sejães (**Anexo XX**).

Para além do quadro que se encontra no Anexo XX, as propostas de exclusão foram, igualmente, representadas em extratos de localização sobre fotografia aérea, e enquadramento com a proposta de ordenamento, contendo ainda informação sobre o uso atual e o seu uso proposto.

## **4.2. Gestão Urbanística e Sistemas de Informação Geográfica**

No âmbito da gestão urbanística, da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, pretendeu-se desenvolver um levantamento da sinalização rodoviária, bem como realizar um projeto SIG de caracterização industrial e dos loteamentos urbanos do município. Com esta tarefa pretendeu-se apoiar a gestão municipal através do desenvolvimento dos SIG, facto que permitiu a estruturação, o armazenamento e a disponibilização da informação aos diversos serviços, da própria Câmara, e aos seus munícipes.

### **- Levantamento da Sinalização Rodoviária**

No âmbito do levantamento da sinalização rodoviária, recorreu-se à informação existente no SIG municipal e intermunicipal, e o seu procedimento centrou-se na identificação da sinalização horizontal (passadeiras; tipologia de vias, entre outros) e vertical (semáforos, entre outros) existente no concelho, tendo como auxílio o programa Google Street Maps e, atendendo à complexidade deste inventário foram necessárias deslocações a vários locais de modo a se proceder ao levantamento *in loco*.

Este levantamento acarretou benefícios para a própria caracterização do território de Oliveira de Frades, e para o desenvolvimento dos SIG, facto que irá facilitar o acesso a esta informação pelos técnicos camarários.

A partir da análise da figura seguinte, pode verificar-se um extrato do levantamento da sinalética realizado.



*Figura 6 - Extrato do levantamento da sinalização rodoviária vertical e horizontal*

Fonte - Elaboração Própria



## - Preparação do projeto SIG de caraterização industrial

Para a realização deste projeto SIG de caraterização industrial, recorreu-se ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira de Frades de modo a proceder-se à identificação quer dos lotes, quer das indústrias existentes. Deste modo, realizou-se uma atualização da listagem de empresas existentes, que se encontrava desatualizada, recorrendo-se a informações de diversas fontes e a visitas de campo. De seguida é apresentado um extrato do projeto.

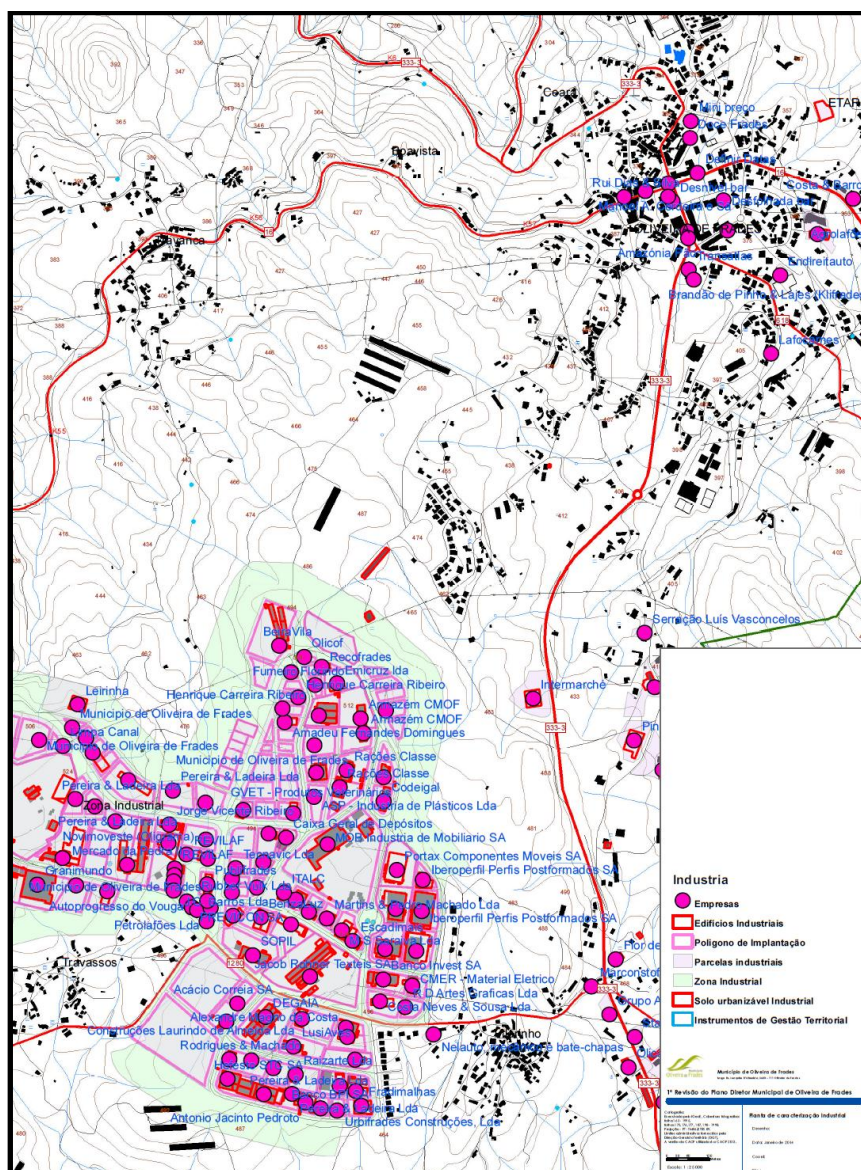


Figura 7 - Planta respeitante ao projeto SIG de caraterização industrial

Fonte - Realização Própria



## - Cadastro SIG dos loteamentos urbanos do município de Oliveira de Frades

A elaboração da planta do cadastro SIG dos loteamentos urbanos do município centrou-se na identificação e georreferenciação dos limites de loteamento e respetivos lotes. Para tal, recorreu-se aos projetos de licenciamento dos loteamentos do arquivo da Câmara, em formato de papel e, de difícil leitura.

Deste modo, a atualização desta informação para suporte SIG permitiu melhorar o acesso e a leitura da mesma.

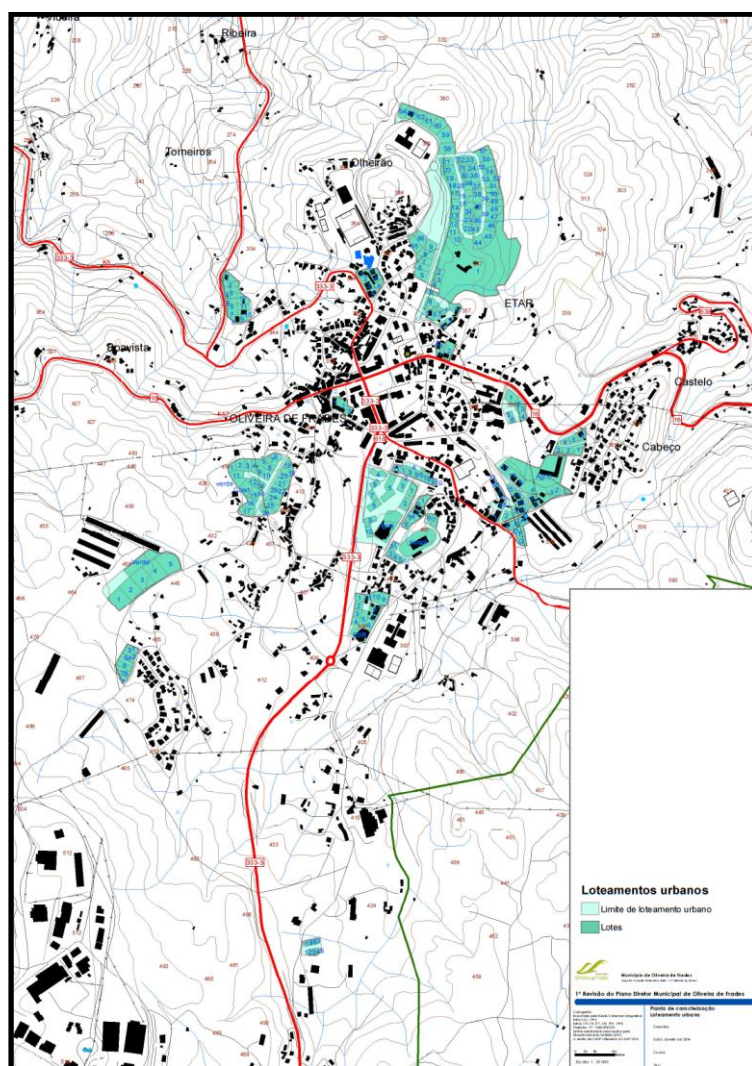


Figura 8 - Extrato da planta do cadastro SIG dos loteamentos urbanos do município de Oliveira de Frades

Fonte - Elaboração Própria

Assim, é fundamental, cada vez mais, disponibilizar a informação de uma forma acessível e igual para todos os cidadãos, sendo que os SIG apresentam-se como uma peça fundamental a integrar nas autarquias, constituindo um elemento de mudança, definindo metas e desafios, que envolvem uma alteração dos métodos e processos de trabalho habituais.

A aproximação entre as autarquias e os seus munícipes através do aumento da eficácia e eficiência dos processos, e a disponibilização de informação e serviços, via Internet, constituiu igualmente uma das suas mais-valias, obtendo-se uma participação mais ativa dos cidadãos no desenvolvimento e transformação do território que partilham.

A participação nestes procedimentos de gestão urbanística foi bastante enriquecedora, já que a Câmara Municipal de Oliveira de Frades, com a ajuda da ferramenta SIG, colocou à disposição dos utilizadores informação que, até ao momento, estava apenas disponível em documentos.

#### **4.3. Acompanhamento da Tramitação do Processo de Licenciamento de uma Exploração de Recursos Minerais**

No âmbito deste aspeto pretendeu-se apresentar as principais etapas e passos da tramitação dos processos efetuados, no decorrer do licenciamento de uma pedreira, de acordo com o estabelecido na legislação, em vigor, nomeadamente o DL n.º 340/2007, de 12 de outubro (Licenciamento de Exploração de Massas Minerais - Pedreiras), que alterou e republicou o DL n.º 270/2001, de 6 de outubro.

O licenciamento, em estudo, aplicou-se a uma pedreira de calçada e de laje denominada “Monteteso” que se localiza na União de Freguesias de Arca e Varzielas – concelho de Oliveira de Frades. A figura que se segue, bem como as que se encontram no **Anexo XXI**, proporcionam várias perspetivas do espaço, a ser explorado.



*Figura 9- Fotografia da Pedreira de “Monteteso”*

Fonte - Elaboração própria

Esta pedreira é uma exploração a céu aberto, com uma área inferior a 5 ha (13 570 m<sup>2</sup>), tem menos de 10 metros de profundidade, uma produção anual da ordem das 3 000 toneladas/ano, podendo empregar entre 3 a 5 trabalhadores, pelo que se enquadra numa pedreira de classe 4, de acordo com o artigo 10.º-A do DL n.º 340/2007, de 12 de outubro.

No âmbito deste licenciamento observou-se que a localização da pedreira está no PDM, condicionada pela REN. No que concerne aos usos e ações compatíveis com a REN

o DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, introduziu importantes alterações, aprovado pelo DL n.º 166/2008, de 22 de agosto. Uma das alterações consistiu na eliminação da figura de controlo prévio, na modalidade de autorização, e deste modo, acentua-se a responsabilidade dos particulares bem como o sistema de fiscalização sucessiva, sendo que neste caso, as ações e usos que não ficaram isentos de controlo prévio, de acordo com o anexo II do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, passam a ser objeto de mera comunicação prévia.

Deste modo, o requerente terá que efetuar uma comunicação prévia, no âmbito do Regime Jurídico da REN à CCDRC. Analisada a comunicação, a CCDRC informa o requerente que a pretensão se encontra deferida, por reunir as condições para a sua viabilização, enquadrando-se nos usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental, e de prevenção de riscos naturais. Estes objetivos e requisitos são os previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º do DL n.º 166/2008, de 22/2008, alterado pelo DL n.º 239/2012, de 2/2011, e os constantes da alínea d) do ponto VI relativa a prospeção e exploração de recursos geológicos, do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, que se refere a novas explorações ou ampliação de explorações existentes.

A primeira etapa deste processo de licenciamento exige, um parecer prévio de localização favorável, de acordo com o n.º 1, 2, 4 e 5 do artigo 9.º do DL n.º 340/2007, já que nenhum processo de licenciamento pode ser iniciado sem este parecer.

Este pedido de parecer prévio de localização é solicitado à CCDRC (entidade competente para a aprovação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística - PARP) pelo requerente, tendo sido entregues todos os documentos necessários para a instrução do pedido, nomeadamente a planta de localização à escala de 1:25 000; planta cadastral à escala existente; planta com a delimitação da área da pedreira bem como os limites da área da pesquisa/exploração, e da área de defesa.

A CCDRC deve emitir a certidão de localização após a apresentação do pedido de parecer, que neste caso, foi emitido a 6 de fevereiro de 2014, sendo que foi favorável à localização da pedreira, fazendo-se acompanhar pela respetiva certidão de localização.

A segunda etapa da tramitação do procedimento baseia-se no n.º 8 do artigo 28.º, em que a entidade licenciadora é a Câmara Municipal de Oliveira de Frades, que efetuou alguns procedimentos para efetuar esta tramitação.

Dando seguimento à tramitação a Câmara Municipal enviou, a 13/02/2014, à CCDRC e à DRE a certidão de localização, bem como o plano de pedreira - “documento técnico composto pelo plano de lavra e pelo PARP” – conforme artigo n.º 2 do DL n.º340/2007, de 12 de outubro, para efeito de emissão de apreciação e aprovação do plano de pedreira. A DRE emitiu, a 27/02/2014, um parecer favorável do plano de lavra, desde que seja dado cumprimento às condições do “Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e nas Pedreiras”. Por sua vez, a CCDRC comunicou a, 19/03/2014, que o PARP inerente ao processo de licenciamento da Pedreira foi aprovado, por despacho condicionado ao cumprimento de diversas condições, nas quais se incluem o valor de caução a prestar pelo explorador.

Outros pareceres foram, igualmente, solicitados a 02/04/2014, ao abrigo da alínea c) do n.º 8 do artigo 28.º, nomeadamente à ARS e à ACT.

A ACT emitiu a, 21/04/2014, um parecer favorável desde que, para além do previsto no referido plano de pedreira, em matéria de segurança e saúde no local de trabalho, sejam também asseguradas as condições ao nível da exploração, equipamentos, instalações sociais entre outros.

A ARS não emitiu parecer até 06/05/2014, dia em que perfazia 20 dias de prazo máximo definido por lei para ser emitido o parecer, conforme a alínea c) do n.º 8 do artigo 28.º, assim sendo, o parecer foi considerado favorável. Este parecer foi, posteriormente, recebido no dia 12/05/2014, mostrando-se favorável, desde que seja observada a indicação inclusa na alínea a) - “Na pedreira e em local de fácil acesso, deverão existir instalações sanitárias/balneários para os trabalhadores, devendo existir também um local de abrigo adequado, podendo eventualmente e considerando o tipo e o local de exploração, ser utilizado um sistema de contentores amovíveis preparados para o efeito”.

Foi sugerido, igualmente, ao requerente a consideração do conteúdo deste parecer, que por ser emitido após o prazo, não foi considerado relevante para efeito de procedimento de licenciamento.

Contudo, é fundamental verificar e recorrer à definição de deferimento tácito, mecanismo que considera o silêncio destas entidades, por um período de tempo superior a um determinado prazo definido em cada caso pela legislação aplicável (20 dias neste caso), como um consentimento implícito, traduzindo-se no parecer favorável ao pedido efetuado.

Finalizada a consulta das entidades, já descrita, a Câmara Municipal dispôs de um prazo de 20 dias para análise de todos os elementos sobre o pedido de licenciamento, e elaborou uma informação final decorridos seis dias, a 13 de maio.

Findos os procedimentos relativos à tramitação, será necessário proceder à atribuição da licença conforme o artigo 29.º do DL n.º 340/2007, de 12 de outubro. A primeira fase consistiu na notificação do requerente, por parte da Câmara, para que no prazo de 20 dias aceite por escrito as condições da mesma, dando cumprimento às recomendações efetuadas pelas entidades consultadas nomeadamente, a CCDRC, a DRE e a ACT. Após esta notificação este informa a Câmara se aceita ou não as condições.

A partir deste momento o requerente, dentro do prazo máximo de seis meses, comprova a prestação da caução a favor da CCDRC, e procede ao pagamento das devidas taxas recebendo, assim, a Licença de exploração.

Não foi possível, dada a duração do estágio curricular, acompanhar as restantes fases deste processo, nomeadamente a aceitação ou não do requerente das condições, do valor da caução e atribuição final da Licença de exploração da pedreira.

Após a atribuição final da Licença de exploração da pedreira, existem procedimentos que não foram possíveis acompanhar, atendendo à duração do estágio curricular, que poderiam ser levados a cabo pela Câmara Municipal, com vista à fiscalização do decorrer das atividades da mesma, e o cumprimento de algumas obrigações que o explorador tem à sua responsabilidade.

As obrigações referidas, anteriormente, referem-se à vistoria da exploração (coordenada pela entidade licenciadora, que convoca obrigatoriamente as entidades competentes para a aprovação do plano de lavra e do PARP), e os relatórios técnicos relativos ao plano de pedreira (mapa estatístico relativo à produção verificada no ano anterior bem como o relatório técnico elaborado pelo responsável da exploração, do qual devem constar os elementos para a apreciação do progresso verificado nos trabalhos desenvolvidos no ano anterior em execução do programa trienal, decorrente do plano de pedreira).

Neste processo, o papel da Câmara Municipal e do seu profissional de planeamento foi, até ao momento do término do estágio, seguir os trâmites definidos no regime jurídico do setor de atividade, fazendo para além de entidade licenciadora, de intermediário entre o

requerente e as entidades envolvidas no processo, prevendo-se na fase final uma análise cuidada, da qual resultará a emissão da licença de exploração.

Em suma, a participação neste procedimento de licenciamento foi bastante enriquecedor, pois com esta experiência destacou-se a importância de seguir o estabelecido na legislação, em vigor, em que se verificou que a Câmara Municipal, por um lado, é a entidade licenciadora mas por outro, tem igualmente o papel de intermediário entre o requerente e as entidades externas envolvidas, com grande destaque neste processo.

Estes conhecimentos adquiridos serão importantes para o futuro, uma vez que, inerente a este procedimento de licenciamento de uma pedreira, todos os outros processos têm tal como este, leis e regras de enquadramento relativas a documentação exigida, prazos, consultas de entidades, acompanhamento e apoio ao requerente, a serem cumpridas.

É fundamental constatar que a entidade licenciadora não “trabalha” sozinha nestes processos, atendendo à existência de entidades externas, que são necessárias consultar.

Outro aspeto relevante é a necessidade de cumprir as condições e prazos estabelecidos na lei aplicáveis aos requerentes, ao município ou a outras entidades que estejam envolvidas, para que os processos decorram com normalidade em todas as fases do processo.

Devido à duração do estágio não foi possível acompanhar os procedimentos finais inerentes a este processo de licenciamento, nomeadamente a aceitação ou não, por parte do requerente, das condições impostas pelas entidades contactadas, e a atribuição final da licença de exploração. Após esta fase existiriam, igualmente, os procedimentos de vistoria à exploração por parte da entidade licenciadora, da DRE bem como da CCDRC, bem como a elaboração dos relatórios técnicos relativos ao plano de pedreira.

Das fases que não foram acompanhadas destaca-se a vistoria à exploração como uma das mais interessantes, pois esta iria permitir comprovar o cumprimento ou não das condições impostas pelas entidades contactadas, bem como o sentido de responsabilidade do próprio requerente.

## **5. Reflexão – A Teoria e a Prática do Ordenamento do Território**

Após terminar o estágio é tempo de refletir sobre os ensinamentos que se podem retirar da experiência, e fazer a articulação do trabalho desenvolvido com a componente curricular do Mestrado.

Em termos gerais, contribuiu para que tivesse uma visão mais realista do contexto de trabalho, e das competências que são esperadas e exigidas aos profissionais, nomeadamente: o poder comunicativo; a flexibilidade e polivalência; a capacidade de resolução de problemas; a capacidade de aprendizagem; a capacidade de trabalhar em equipa, entre outros.

Para a realização do estágio, foram importantes os conhecimentos transmitidos em algumas unidades curriculares que integraram o primeiro e segundo anos do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, destacando-se a unidade curricular de Legislação e Administração Urbanística; Técnicas de Apoio ao Planeamento; Sistemas Ambientais e Sustentabilidade; Sistemas e Políticas de Planeamento bem como o Planeamento Estratégico Territorial.

Durante as aulas de Legislação e Administração Urbanística, proporcionou-se o contacto bastante profundo com a legislação bem como a sua interpretação, o que foi bastante enriquecedor para aplicar durante o período de estágio, nomeadamente no capítulo II do presente relatório relativo ao enquadramento e contextualização dos IGT's, em que se procedeu ao enquadramento legal do PDM e do POAAP.

A unidade curricular de Técnicas de Apoio ao Planeamento proporcionou a aprendizagem da importância de quando nos deparamos com um problema, sermos capazes de realizar recolha de dados e analisar os resultados de modo a solucionar esse problema.

Esta aprendizagem foi importante, no âmbito do estágio, no que diz respeito à visão sobre o empreendimento “Aproveitamento hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida”, nomeadamente na capacidade de identificar os principais impactes resultantes da fase de construção, da fase de exploração do próprio aproveitamento e a capacidade de enumerar possíveis medidas minimizadoras desses impactes.



Ainda, no âmbito do empreendimento, destaca-se a importância da unidade curricular de Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, em que foram analisadas e colocadas à discussão algumas questões ambientais relevantes, em particular as que se referem à incidência nas questões de planeamento e ordenamento do território, como foi o caso do empreendimento estudado.

Relativamente à unidade curricular de Sistemas e Políticas de Planeamento, esta proporcionou: a reflexão sobre a atividade de planeamento do território; a discussão das suas limitações face aos novos desafios da sociedade/território, e o equacionamento de novos caminhos para a prática do planeamento. Esta aprendizagem foi importante, pois num contexto de uma autarquia de pequena dimensão, existe uma elevada diversidade de tarefas a serem realizadas, pelo número reduzido de técnicos. Para dar cumprimento às suas atribuições, o mesmo funcionário executa tarefas diversas tornando a sua atividade pouco rotineira, facto que aumenta as exigências a nível de conhecimentos e de competências do profissional, para fazer face a todas as necessidades do serviço.

A unidade curricular de Planeamento Estratégico Territorial teve como objetivo propiciar a oportunidade de adquirir conhecimento sobre os desafios, que se podem associar à construção e implementação de estratégias de desenvolvimento de base territorial. Os conhecimentos adquiridos nesta unidade curricular foram determinantes para a atualização da análise SWOT, baseada na atualização dos estudos de caracterização.

Na esfera profissional foi possível desenvolver competências de: capacidade de iniciativa; decisão; trabalho em equipa; autonomia na realização de tarefas; detenção de competências em novas tecnologias de informação, nomeadamente, com os SIG's, bem como sensibilidade para a análise da legislação, entre outras.

Das competências referidas, destaca-se a capacidade de iniciativa, que se proporcionou no estudo de caracterização do Património Cultural, e uma vez que o concelho apresenta um património diversificado propôs-se a realização de um portefólio que permitiu uma análise mais pormenorizada de todos os elementos fundamentais, no âmbito de cada tipo de património cultural.

Por vezes, surgiram dúvidas na concretização das tarefas mas essas situações foram sempre superadas com o apoio da técnica com quem se trabalhou durante o estágio e, desse modo, muito contribuiu para o próprio crescimento profissional e mesmo pessoal.

Em suma, o estágio revelou-se muito motivador e enriquecedor, atendendo ao contacto com vários assuntos despoletados por uma autarquia, neste caso, Câmara Municipal de Oliveira de Frades.

## **6. Conclusões**

O Ordenamento e o Planeamento do Território são competências do Estado Português, tendo este que exercer e criar condições para que possam ser exercidas a várias escalas geográficas, que têm evoluído ao longo dos últimos anos.

Com a entrada em revisão dos PDM de 1ª geração espera-se o surgimento dos PDM de 2ª geração, elaborados ao abrigo de um novo quadro legislativo, numa situação de maior experiência e competência por parte dos gabinetes técnicos e das próprias autarquias.

Em contexto da primeira geração de PDM eram poucos os IGT em vigor, apresentando-se em muitos municípios o PDM como o único instrumento existente ao nível local e regional.

A elaboração do capítulo referente ao enquadramento e contextualização dos IGT`s, revelou-se uma experiência enriquecedora, pois proporcionou a leitura de documentos legais nomeadamente, para compreender a evolução do Planeamento e Ordenamento no contexto da União Europeia e em Portugal e a evolução legal do PDM e do POAAP. Esta abordagem à legislação será importante para o futuro, pois permite ter a noção de como é importante seguir as recomendações apresentadas e a complexidade dos assuntos. Ainda dentro deste capítulo foi-me proporcionado o contacto com os IGT`s em vigor dentro do município de Oliveira de Frades, em que foi importante ter a noção dos planos existentes e perceber o seu tipo (setorial, regional, especial e municipal) e relação entre eles. De salientar ainda a existência de um plano que se encontra em elaboração – POAAP, e a necessidade de se conhecer a legislação para se perceber os objetivos e procedimentos do plano em questão.

Outra experiência muito positiva foi o processo de revisão do PDM, tarefa que nunca me tinha sido facultada, sendo importante perceber as suas necessidades, destacando-se a necessidade de adaptação dos elementos fundamentais do plano, nomeadamente o regulamento, a planta de ordenamento e a planta de condicionantes a novas circunstâncias existentes, destacando também a constituição e objetivos da CTA.

A elaboração do capítulo referente ao empreendimento hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida foi bastante enriquecedor e motivador, pois constituiu um desafio ao planeamento devido à necessidade de várias adaptações.

A pesquisa efetuada para este capítulo contribuiu para perceber a complexidade de um processo desta envergadura, em que é necessário: contactar várias entidades externas, fazer

uma análise aprofundada dos resultados da consulta pública, analisar os vários impactes que decorrem da fase de construção e da fase de exploração. Contudo, o município de Oliveira de Frades não teve qualquer ação no processo de avaliação ambiental da albufeira, pois foi o promotor da obra que contratou uma empresa para o fazer e submeter à entidade competente para o avaliar e passar a declaração ambiental. Neste processo a câmara só tomou conhecimento e deu um parecer sobre o estudo.

Outro aspeto importante foi o conhecimento das implicações na definição de classes de espaço, das condicionantes e das servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública ao uso do solo devidas ao aproveitamento hidroelétrico. A aquisição destes conhecimentos será importante profissionalmente no futuro, já que poderá facilitar a adoção de uma metodologia numa situação semelhante.

Apesar da albufeira de Ribeiradio se encontrar classificada/reclassificada como protegida nos termos do Decreto Regulamentar n.º 3/2002, de 4 de fevereiro, esta ainda não cumpre o “dever” de dispor de Plano de Ordenamento, o qual incidirá sobre o correspondente Plano de Água e Zona de Proteção, que é designado por POAAP.

Este assunto despoletou um interesse pessoal em perceber quais os constrangimentos desta situação para o município de Oliveira de Frades já que a revisão do PDM se encontra numa fase bastante avançada, e ainda não foi elaborado o POAAP. Isto poderá trazer inúmeras implicações para o PDM, pois no seu processo de revisão não se conseguirão integrar disposições para a sua área de intervenção, e naturalmente, após a elaboração do POAAP, será necessário promover a adaptação do PDM.

As tarefas realizadas no âmbito da integração na equipa de revisão do PDM, mostraram-se bastante positivas e enriquecedoras. Assim, com a tarefa de elaboração dos elementos que constituem o plano, destaca-se a importância de, nas plantas, serem adotados procedimentos técnicos que assegurem a conservação das características de qualidade da cartografia de referência e da informação geográfica temática, nomeadamente em termos de exatidão posicional e de consistência interna da informação.

Com a análise da planta de ordenamento, destaca-se a importância da classificação e qualificação do solo da proposta de revisão do PDM, em conjunto com as disposições do regulamento, principalmente com o estabelecimento das classes de solo rural e solo urbano.

A análise da planta de condicionantes proporcionou a identificação das servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos devido à presença de património natural, cultural e infraestruturas.

O manuseamento destas plantas proporcionou uma experiência enriquecedora para o futuro, já que foram elaboradas e preparadas com recurso ao programa SIG, uma ferramenta cada vez mais útil e que se mostra cada vez mais importante para o futuro quer dos municípios, quer para nível pessoal.

No que diz respeito à elaboração dos elementos que acompanham o plano, os estudos de caracterização desenvolvidos nas diversas vertentes da realidade do território tiveram como fim poder avaliar e definir as orientações estratégicas para o desenvolvimento social, cultural e económico do concelho. Foi-me dada a tarefa de atualizar os dados para o período censitário mais recente com recurso aos dados dos Censos de 2011 e outros dados estatísticos, a qual me deu a noção de que para além da informação contida em cada um dos estudos realizados importa saber como esta foi obtida, analisada e como se retiraram conclusões a partir destes.

Com a elaboração dos estudos de caracterização, pretendeu-se identificar os principais pontos-chave dos diversos estudos de caracterização realizados, no sentido de permitir, de uma maneira sumária, avaliar as principais conclusões e possibilitar o estabelecimento de estratégias a seguir no plano. Com isto, e sem prejuízo do recurso a outros métodos, considerou-se a atualização da matriz SWOT existente, que por domínios estratégicos constitui um exercício de síntese do diagnóstico, dos pontos fortes (Strengths) e pontos fracos (Weaknesses) do território, bem como as oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) que vêm do exterior.

A atualização da matriz SWOT foi extremamente positiva, já que no futuro pode facilitar a realização de uma síntese de diagnóstico de um território, sendo uma etapa decisiva para estruturar a visão estratégica para o município.

O processo de delimitação da REN e suas exclusões foi bastante útil, apesar de ser um processo complexo. Para este processo, a Câmara Municipal colaborou com a CCDRC no sentido de apresentar uma proposta de exclusões à Comissão Nacional da REN.

Estes conhecimentos mostram-se importantes para o futuro, pois, inerente a este processo de delimitação e exclusões, houve uma colaboração facilitadora do processo entre entidades.

Relativamente à gestão urbanística e aos SIG, revelou-se uma tarefa essencial, já que estes constituem elementos fundamentais para a caracterização do município em estudo e para um futuro profissional.

Por último, a participação no procedimento de licenciamento foi bastante enriquecedor, pois, com esta experiência destacou-se a importância de seguir o estabelecido na legislação em vigor, em que se verificou que a Câmara Municipal por um lado é a entidade licenciadora, mas que por outro também tem o papel de intermediário entre o requerente e as entidades externas envolvidas neste processo. Estes conhecimentos adquiridos serão importantes para o futuro, pois, inerente a este procedimento de licenciamento de uma pedreira, todos os outros processos, têm, tal como este, leis e regras de enquadramento, relativas a documentação exigida, prazos, consultas de entidades, acompanhamento e apoio ao requerente, que se têm que seguir e cumprir.

Foi também importante ter a noção que a entidade licenciadora nestes processos consulta entidades externas relacionadas com a utilização que se licencia. Outro aspeto relevante é a necessidade de cumprir as condições e prazos estabelecidos na lei aplicáveis aos requerentes, ao município ou a outras entidades que estejam envolvidas, para que os processos decorram com normalidade em todas as fases necessárias.

Devido à duração do estágio não foi possível acompanhar os procedimentos finais inerentes ao processo de licenciamento desta pedreira, que se constituíam a aceitação ou não por parte do requerente das condições impostas pelas entidades envolvidas, e a atribuição final da licença de exploração, tal como as fases de vistoria à exploração por parte da entidade licenciadora e pela DRE e CCDRC, e a elaboração dos relatórios técnicos relativos ao plano de pedreira. Contudo, foi possível conhecer a tramitação completa deste tipo de licenciamento.

Todas as tarefas desempenhadas no estágio enquadraram-se com a parte curricular do Mestrado, destacando-se, as unidades curriculares de Legislação e Administração Urbanística; Técnicas de Apoio ao Planeamento; Sistemas Ambientais e Sustentabilidade; Sistemas e Políticas de Planeamento e Planeamento Estratégico Territorial que foram extremamente úteis neste estágio, uma vez que os conhecimentos aqui transmitidos foram essenciais para que eu pudesse desenvolver da melhor forma as tarefas que me foram propostas e as que eu me propus fazer. Sem estes conhecimentos certamente que se tornaria mais difícil concluir este estágio de forma satisfatória.

Portanto, a junção entre a parte teórica e a parte prática são fundamentais para que os formandos possam integrar da melhor forma o mercado de trabalho e tornar-se profissionais competentes.





## **ANEXOS**

Anexo I – Conteúdo Material do PDM	96
Anexo II - Barragem de Ribeiradio	98
Anexo III - Barragem de Ermida	99
Anexo IV- Impactes negativos da fase de construção (antes e depois)	100
Anexo V - Planta de Ordenamento	101
Anexo VI – Planta de Zonamento Acústico	102
Anexo VII – Planta do Património Cultural	103
Anexo VIII - Planta de Equipamentos e Infraestruturas	104
Anexo IX - Planta de Condicionantes	105
Anexo X - Carta de Perigosidade	106
Anexo XI - Carta de Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios	107
Anexo XII – Extrato do Estudo de Caraterização Demográfica	108
Anexo XIII – Extrato do Estudo de Caraterização de Edifícios e Alojamentos	110
Anexo XIV – Extrato do Estudo de Caraterização Socioeconómica	112
Anexo XV – Extrato do Estudo de Caraterização do Património Cultural	116
Anexo XVI – Extrato do Estudo de Caracterização da Rede Viária, Mobilidade e Acessibilidade, Comunicações e Energia	119
Anexo XVII – Extrato do Estudo de Caraterização da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio à População	120
Anexo XVIII - Análise SWOT	121
Anexo XIX - Sistemas Biofísicos que compõem a REN de Oliveira de Frades	126
Anexo XX - Delimitação da REN de Oliveira de Frades – Proposta de exclusão	127
Anexo XXI - Pedreira de “Monteteso”	134

## **Anexo I – Conteúdo Material do PDM**

Segundo o artigo n.º 85 do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo DL n.º 2/2011, de 6 de janeiro, o PDM deve conter:

- a) A caracterização económica, social e biofísica, incluindo da estrutura fundiária da área de intervenção;
- b) A definição e caracterização da área de intervenção, identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;
- c) A definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal;
- d) Os objetivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis e as ações propostas;
- e) A referenciação espacial dos usos e das atividades nomeadamente através da definição das classes e categorias de espaços;
- f) A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- g) A definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis;
- h) A identificação e a delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal;
- i) A definição de programas na área habitacional;
- j) A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;
- k) A definição de unidades operativas de planeamento e gestão, para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo para cada uma das mesmas os respetivos objetivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;
- l) A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas;
- m) A identificação de condicionantes, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como das necessárias à concretização dos planos de proteção civil de carácter permanente;
- n) As condições de atuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral;
- o) As condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;

- p) A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respetivas regras de gestão;
- q) Os critérios para a definição das áreas de cedência, bem como a definição das respetivas regras de gestão;
- r) Os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nos instrumentos de planeamento previstos nas unidades operativas de planeamento e gestão;
- s) A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis;
- t) O prazo de vigência e as condições de revisão.

## **Anexo II - Barragem de Ribeiradio**



Fonte: Elaboração Própria (4 de Maio de 2014)

### **Anexo III - Barragem de Ermida**



Fonte: Elaboração Própria (4 de Maio de 2014)



**Anexo IV- Impactes negativos da fase de construção (antes e depois)**

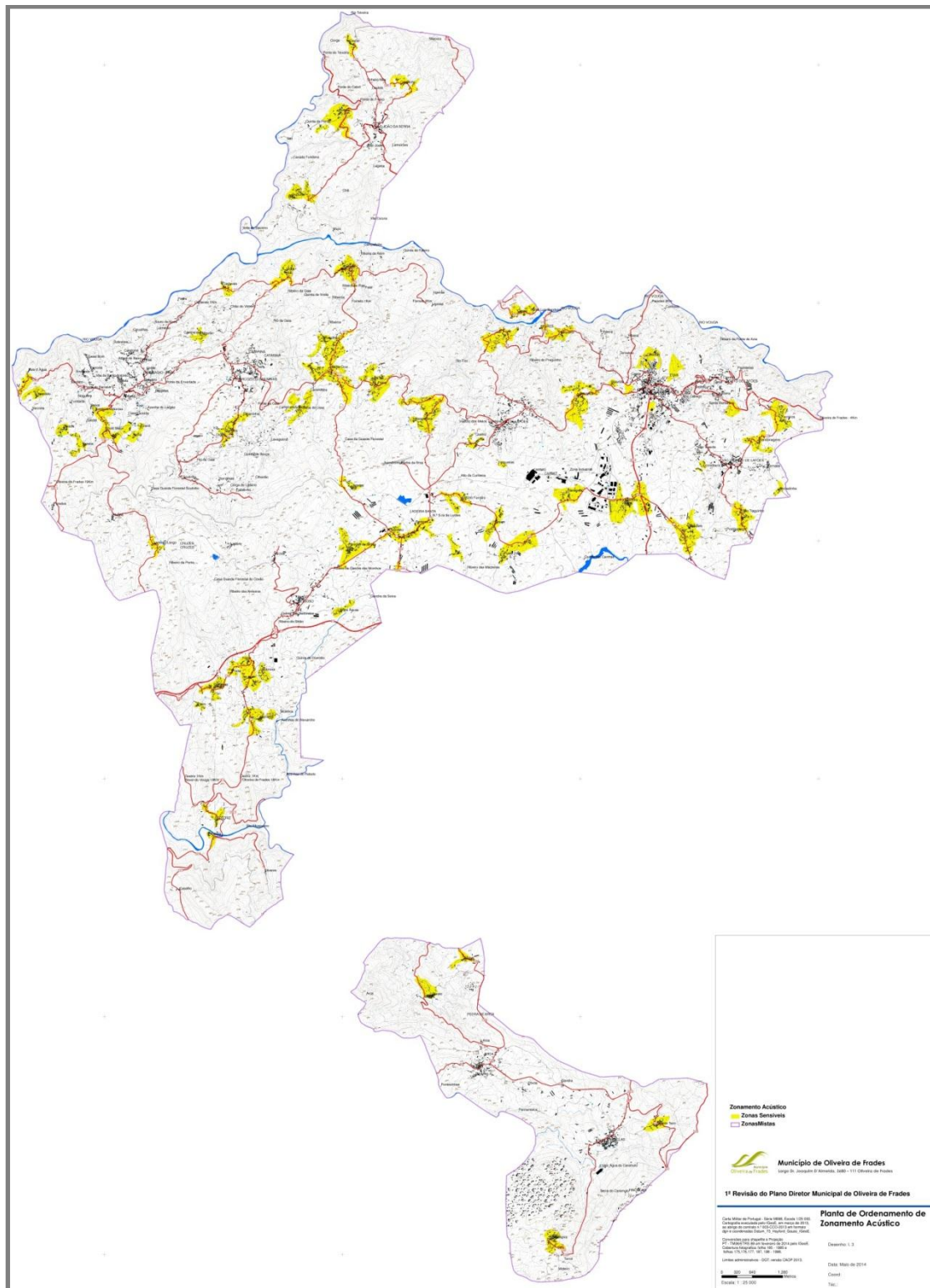


Fonte: Elaboração Própria e a primeira fotografia do último par adaptada do Estudo de Caracterização do Património Cultural





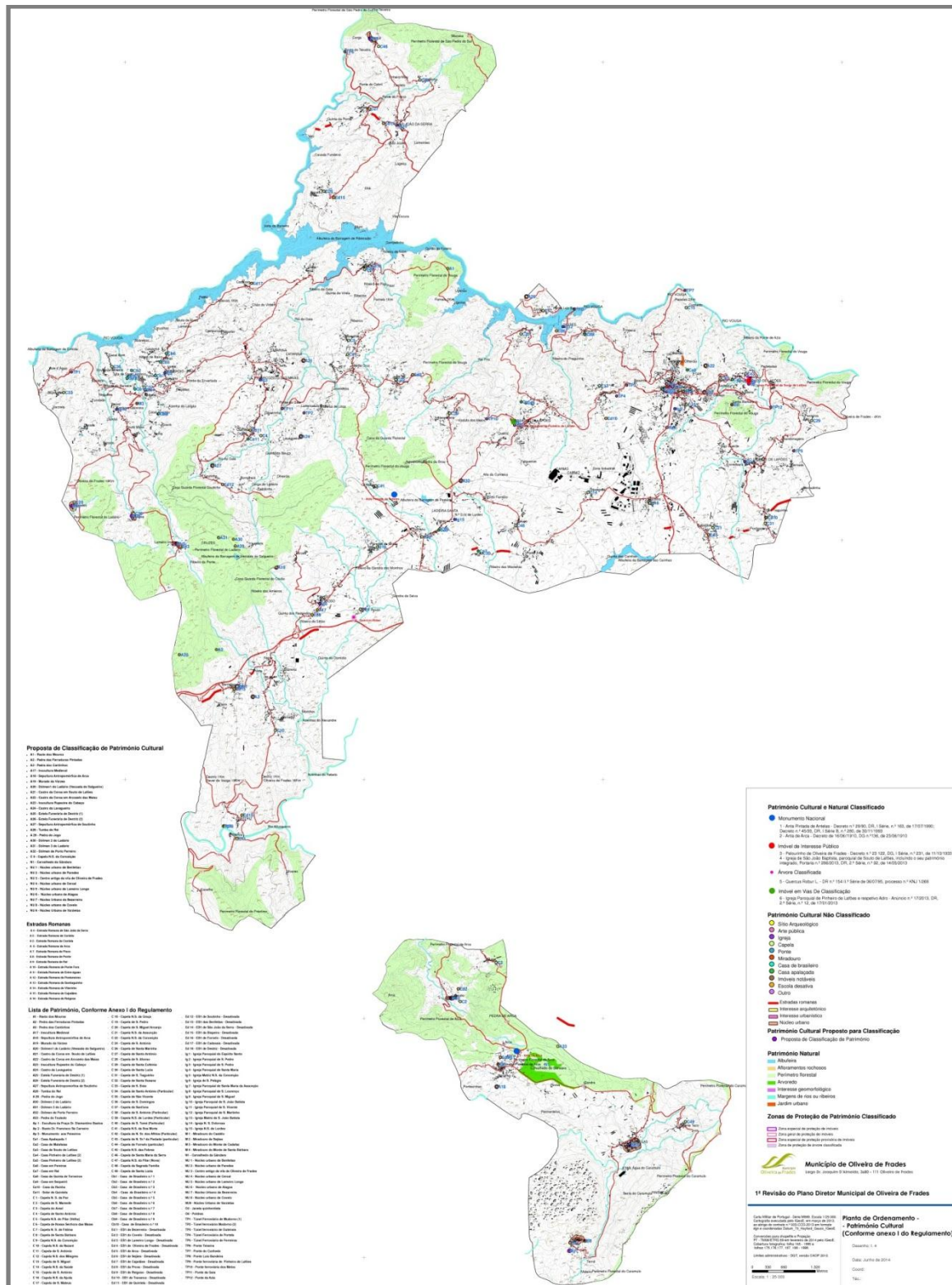
## Anexo IVI – Planta de Zonamento Acústico



Fonte: Extrato da Revisão do PDM (21 de Março de 2014)

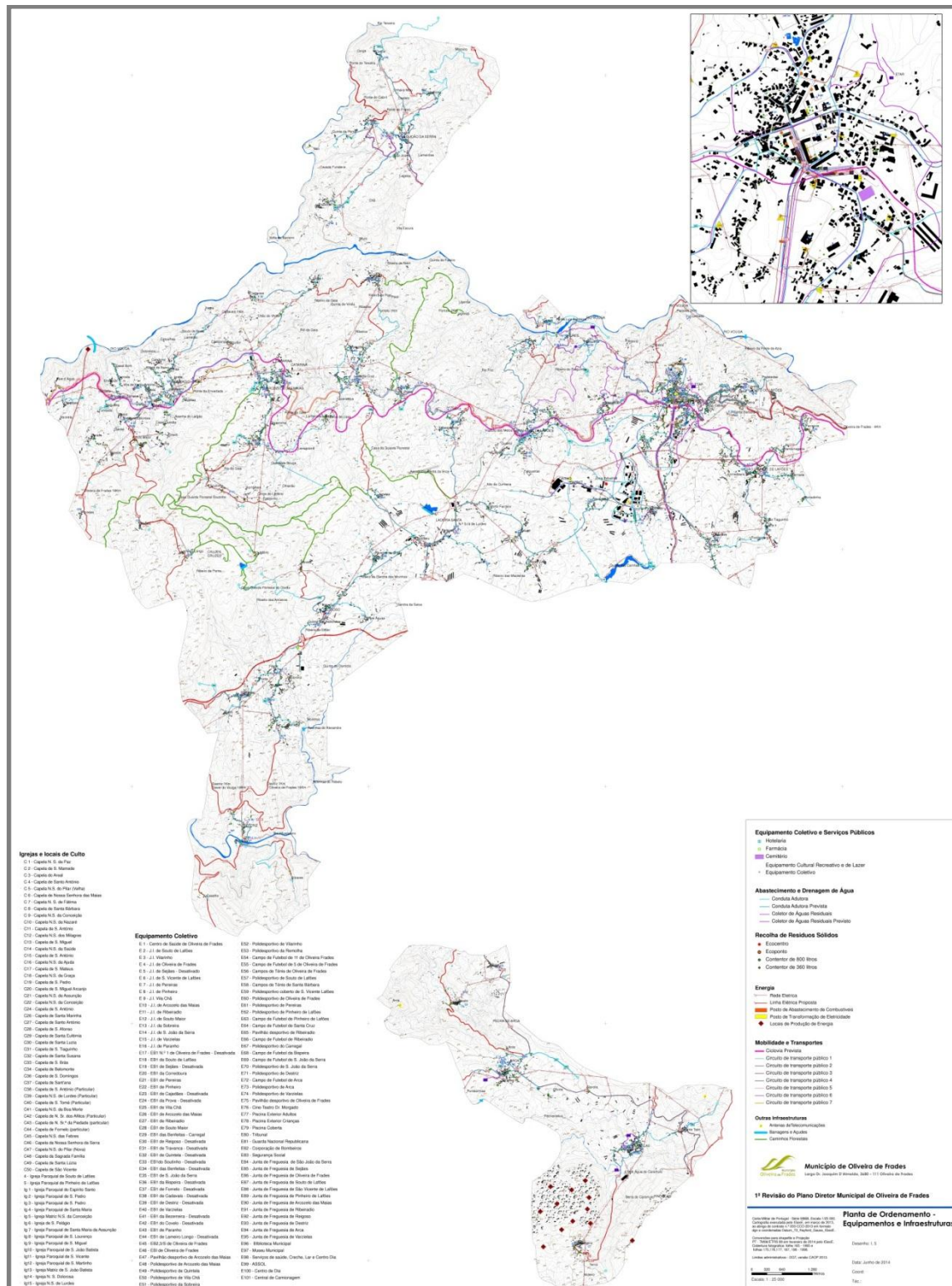


## Anexo VI – Planta do Património Cultural



Fonte: Extrato da Revisão do PDM (31 de Março de 2014)

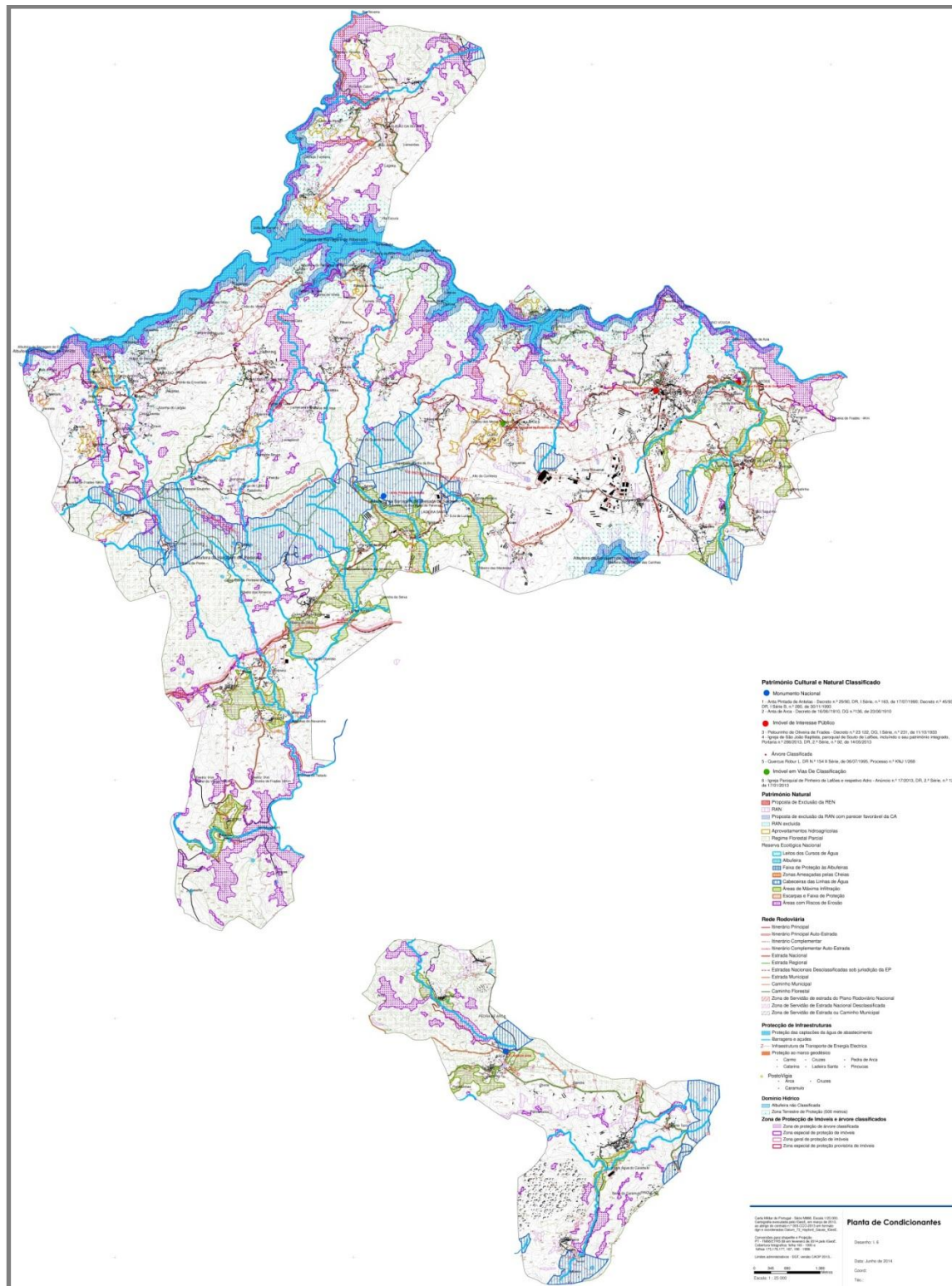
## Anexo VII - Planta de Equipamentos e Infraestruturas



Fonte: Extrato da Revisão do PDM (8 de Abril de 2014)

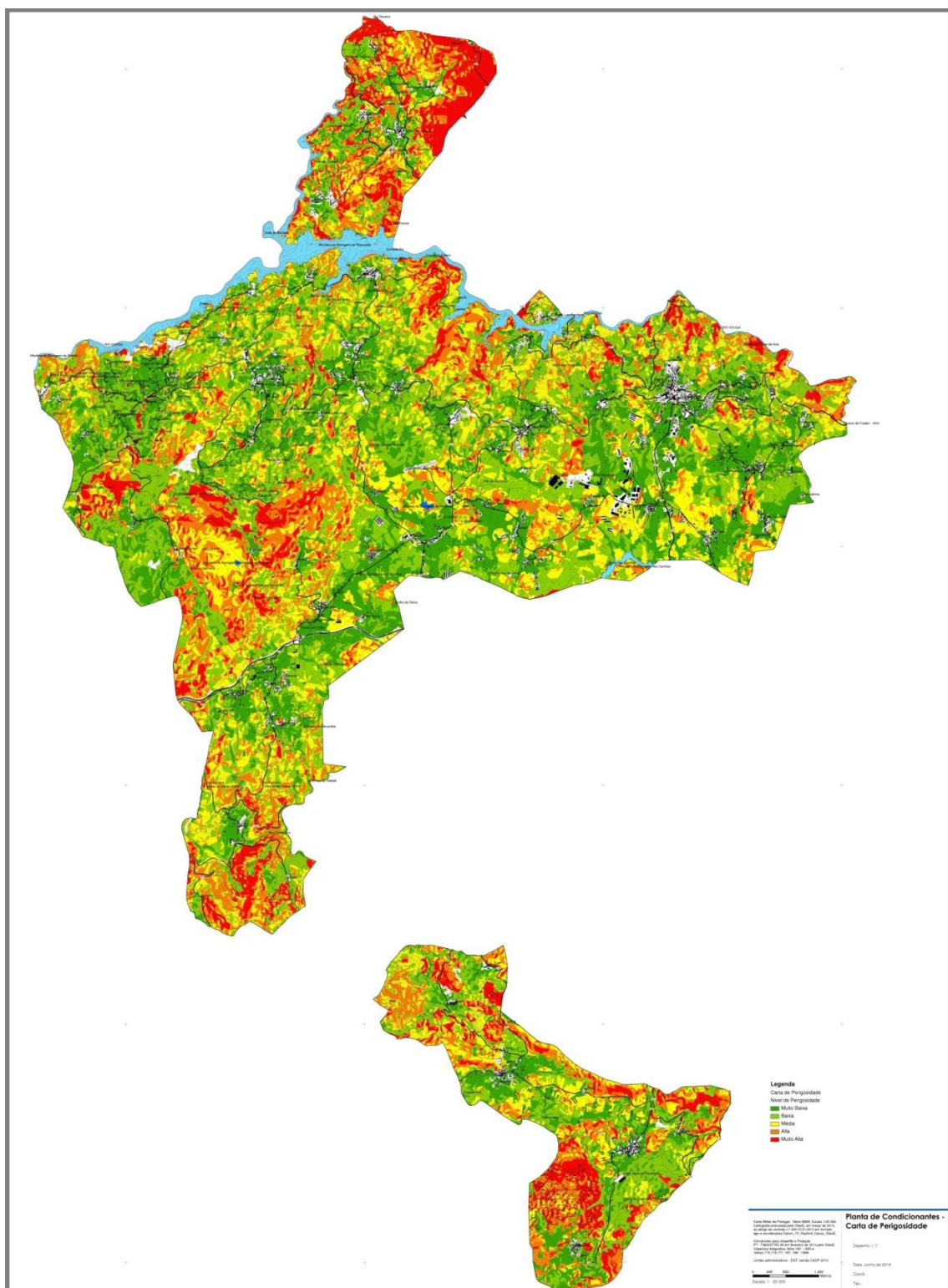


## Anexo IX - Planta de Condicionantes



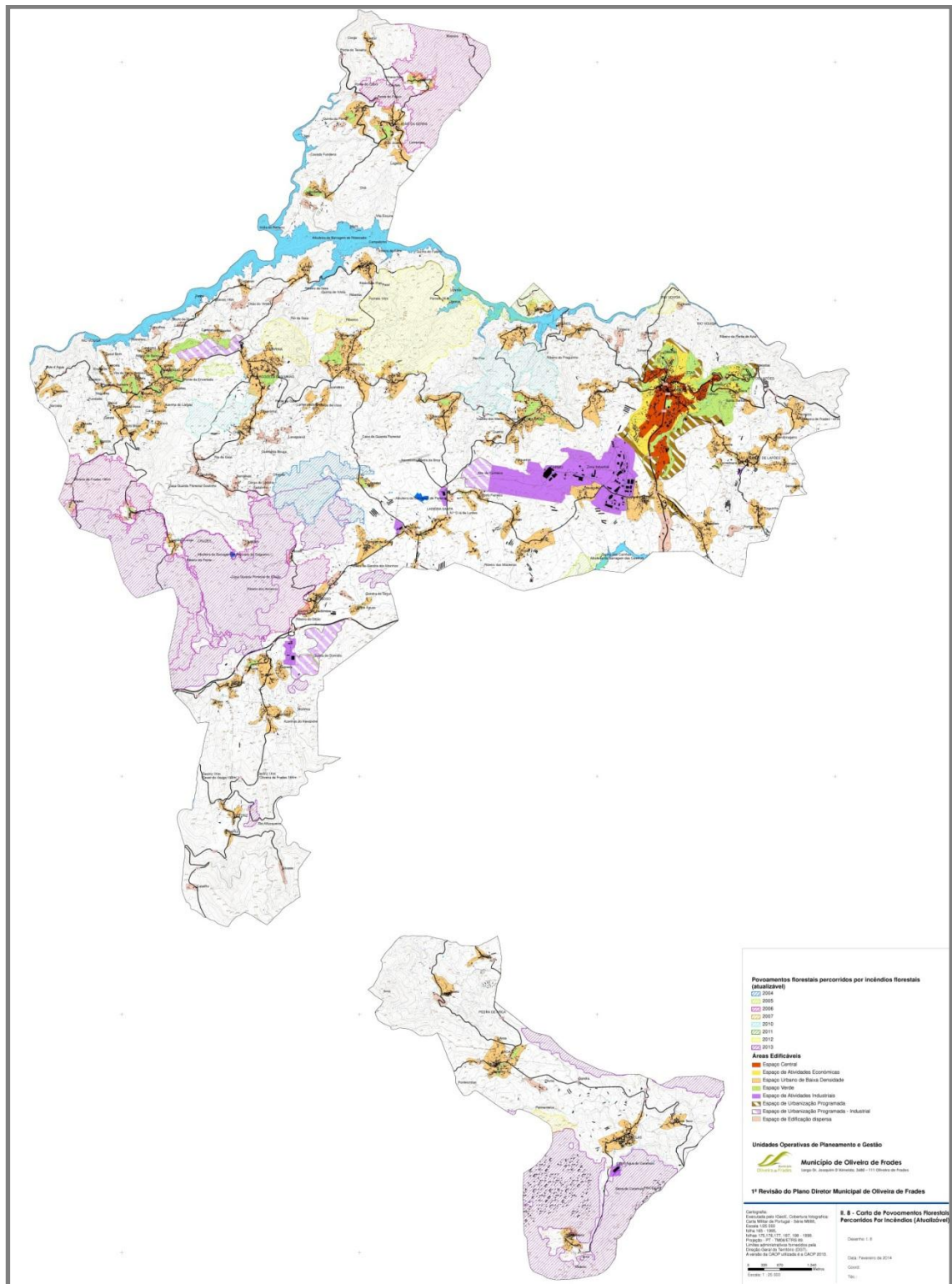
Fonte: Extrato da Revisão do PDM (15 de Abril de 2014)

## Anexo VII - Carta de Perigosidade



Fonte: Extrato da Revisão do PDM (23 de Abril de 2014)

## Anexo VIII - Carta de Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios



Fonte: Extrato da Revisão do PDM (2 de Maio de 2014)



**Anexo IXI – Extrato do Estudo de Caracterização Demográfica**

	Área	1991		2001		2011	
	(Km <sup>2</sup> )	População (Hab.)	Hab. / Km <sup>2</sup>	População (Hab.)	Hab. / Km <sup>2</sup>	População (Hab.)	Hab. / Km <sup>2</sup>
Concelho de Oliveira de Frades	145,4	10584	72,8	10584	72,8	10261	70,6
Arca	9,17	442	48,2	387	42,2	359	39,1
Arcozelo das Maías	21,81	1742	79,9	1617	74,1	1364	62,5
Destriz	12,99	480	37,0	397	30,6	347	26,7
Oliveira de Frades	9,45	2040	215,9	2410	255,1	2882	305,0
Pinheiro de Lafões	21,62	1333	61,7	1369	63,3	1277	59,1
Reigoso	9,77	390	39,9	375	38,4	341	34,9
Ribeiradio	15,67	1287	82,1	1207	77,1	1011	64,5
S. João da Serra	12,41	719	57,9	643	51,8	524	42,2
S. Vicente de Lafões	8,2	747	91,1	793	96,7	756	92,2
Sejães	5,78	259	44,8	249	43,1	200	34,6
Souto de Lafões	7,29	627	86,0	703	96,4	841	115,4
Varzielas	11,2	518	46,3	434	38,8	359	32,1

Distribuição Geográfica da População Residente, no Concelho e por Freguesias

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011 (Elaboração Própria)

Data	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Taxa de Crescimento Natural
1950	22,94‰	12,95‰	09,99‰
1960	21,74‰	11,02‰	10,72‰
1970	17,21‰	12,36‰	4,85‰
1981	16,07‰	11,00‰	5,07‰
1991	10,25‰	13,47‰	-3,32‰
2002	10,9‰	13,1‰	-2,2‰
2011	9,2‰	10,2‰	-0,11‰

Evolução das Taxas de Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural

Fonte: Recenseamentos da População de 1950, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2011 (Elaboração Própria)

	2001						2011					
	V.A.	%	H	%	M	%	V.A.	%	H	%	M	%
0-4	553	5,22	273	2,6	280	2,6	444	4,3	226	2,2	218	2,1
5-9	571	5,39	283	2,7	288	2,7	522	5,1	269	2,6	253	2,5
10-14	706	6,67	374	3,5	332	3,1	583	5,7	287	2,8	296	2,9
15-19	824	7,79	403	3,8	421	4,0	601	5,9	300	2,9	301	2,9
20-24	759	7,17	398	3,8	361	3,4	630	6,1	311	3,0	319	3,1
25-29	727	6,87	372	3,5	355	3,4	658	6,4	312	3,0	346	3,4
30-34	719	6,79	360	3,4	359	3,4	702	6,8	346	3,4	356	3,5
35-39	756	7,14	362	3,4	394	3,7	764	7,4	383	3,7	381	3,7
40-44	677	6,40	359	3,4	318	3,0	719	7,0	356	3,5	363	3,5
45-49	610	5,76	294	2,8	316	3,0	754	7,3	361	3,5	393	3,8
50-54	532	5,03	259	2,4	273	2,6	668	6,5	350	3,4	318	3,1
55-59	557	5,26	252	2,4	305	2,9	589	5,7	280	2,7	309	3,0
60-64	529	5,00	230	2,2	299	2,8	518	5,0	252	2,5	266	2,6
65-69	601	5,68	255	2,4	346	3,3	507	4,9	221	2,2	286	2,8
70-74	507	4,79	224	2,1	283	2,7	486	4,7	200	1,9	286	2,8
75-79	450	4,25	184	1,7	266	2,5	482	4,7	191	1,9	291	2,8
80-84	271	2,56	116	1,1	155	1,5	358	3,5	136	1,3	222	2,2
85+	235	2,22	88	0,8	147	1,4	282	2,7	92	0,9	190	1,9
Total	10584	100,0 0	5086	48,1	5498	51,9	10267	100,0	4873	47,5	5394	52,5

Estrutura Etária do Concelho de Oliveira de Frades em 2001 e 2011

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 e 2011 (Elaboração Própria)

População Residente em 2001	Imigrante no concelho								
	Proveniente de outros concelhos	Proveniente do Estrangeiro							
		Alemanha	França	Palops	África do Sul	Venezuela	Brasil	Canadá	Outros
10584	484	34	30	3	3	3	14	1	61

População Residente, segundo Zonas de proveniência (relativamente a 95/12/31), por Concelho de residência habitual, em 2001/03/12

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001  
(Elaboração Própria)

## Anexo XI – Extrato do Estudo de Caracterização de Edifícios e Alojamentos

	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Concelho de Oliveira de Frades	4378	3486	3645	4431	5070	5669
Arca	237	173	196	193	198	204
Arcozelo das Maias	851	541	581	738	758	671
Destriz	153	138	179	176	194	214
Oliveira de Frades	710	515	527	996	1201	1610
Pinheiro de Lafões	513	416	563	542	714	702
Reigoso	162	129	128	141	163	186
Ribeiradio	585	549	492	526	600	633
S. João da Serra	372	224	214	276	294	308
S. Vicente de Lafões	290	270	277	302	321	387
Sejães	108	115	93	128	108	131
Souto de Lafões	208	238	224	245	316	375
Varzielas	189	178	171	168	203	248

Evolução do número de alojamentos familiares

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação - 1960, 1981, 1991, 2001e 2011 (Elaboração Própria)

Localidade	Ano da construção	N.º total de fogos	N.º de fogos ocupados	N.º de fogos Vagos
Oliveira de Frades - Remolha	1994	24	24	0
Souto de Lafões	1998	10	10	0
Ribeiradio	1999	6	6	0
Oliveira de Frades - Olheirão	2001	12	24	0
Pinheiro de Lafões	2003	12	12	0
Pereiras	2003	6	5	1

Habitação social construída no concelho, nos últimos anos

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação (Elaboração Própria)



	Total de Alojamentos	Residência Habitual		Vagos	
		VA	%	VA	%
Concelho de Oliveira de Frades	5669	3596	63,5	486	8,6
Arca	204	128	62,7	5	2,5
Arcozelo das Maias	671	466	69,4	40	6,0
Destriz	214	117	54,7	46	21,5
Oliveira de Frades	1610	1026	63,7	184	11,4
Pinheiro de Lafões	702	445	63,4	34	4,8
Reigoso	186	118	63,4	29	15,6
Ribeiradio	633	361	57,0	58	9,2
S. João da Serra	308	196	63,6	2	0,6
S. Vicente de Lafões	387	263	73,5	37	9,6
Sejães	131	66	68,0	2	1,5
Souto de Lafões	375	280	74,7	10	2,7
Varzielas	248	133	53,6	39	15,7

Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação  
 Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2011 (Elaboração Própria)

		sem água			
	alojamento familiar clássico ocupado como residência. habitual	sem esgoto	ou c/ água fora do alojam.	sem retrete	sem duche
Concelho de Oliveira de Frades	3596	123	46	55	138

Alojamentos com Carências – 2011  
 Fonte: INE (Elaboração Própria)

**Anexo XIV – Extrato do Estudo de Caracterização Socioeconómica**

		Taxa de Atividade			Taxa de Desemprego		
		HM	H	M	HM	H	M
Concelho de Oliveira de Frades	1991	43,1	49	37,6	4,5	4,2	4,8
	2001	44,5	52,8	36,8	5,1	3,7	7
	2012	55,0	63,0	48,0	8,7	7,4	10,2
Região Centro	1991	41,6	52,3	31,6	5,1	3,1	8,1
	2001	45,5	52,9	38,6	5,8	3,9	8,1
	2012	52,6	58,4	47,4	11,0	10,0	12,1
Portugal	1991	44,6	54,3	35,5	6,1	4,2	8,9
	2001	48,2	54,8	42	6,8	5,2	8,7
	2012	55,8	61,2	51,0	13,2	12,5	13,9

Taxas de atividade e desemprego, por sexo, no concelho, região centro e Portugal – 1991, 2001e 2012

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001/ PORDATA (Elaboração Própria)

	Período de referência	TOTAL	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
			HM	%	HM	%	HM	%
Oliveira de Frades	2001	4 469	795	17,8	1 886	42,2	1 788	40,0
	2012	4 380	367	8,2	1 903	42,6	2 110	47,2
Região Centro	2001	1 006 373	68 479	6,8	383 536	38,1	554 358	55,1
	2012	940 211	35 018	3,5	282 800	28,1	622 393	61,9
Portugal	2001	4 650 947	231 646	5,0	1 632 638	35,1	2 786 663	59,9
	2012	4 150 252	121 055	2,6	1 115 357	24,0	2 913 840	62,6

População residente, empregada, segundo o setor de atividade económica, no concelho, região centro e Portugal – 2001e 2012.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Elaboração Própria)

	Período de referência	População Residente	População agrícola		N.º de Explorações	População agrícola por exploração	População agrícola por ha
			V.A.	%			
Concelho de Oliveira de Frades	1999 2011	10584 10261	4274 2539	40,4 24,7	1141 805	3,7 3,2	1,2 174,6
Arca	1999 2011	387 359	225 134	58,1 37,3	58 31	3,9 4,3	1,3 146,1
Arcozelo das Maias	1999 2011	1617 1364	668 461	41,3 33,8	188 82	3,6 5,6	1,1 211,4
Destriz	1999 2011	397 347	280 175	70,5 50,4	75 38	3,7 4,6	1,2 134,7
Oliveira de Frades	1999 2011	2410 2502	277 150	11,5 5,9	79 36	3,5 4,2	1,1 158,7
Pinheiro	1999 2011	1369 1277	463 223	33,8 17,5	138 54	3,4 4,1	1,0 103,1
Reigoso	1999 2011	375 341	250 178	66,7 52,2	61 45	4,1 4,0	1,1 182,2
Ribeiradio	1999 2011	1207 1011	639 348	52,9 34,4	155 69	4,1 5,0	1,2 222,1
São João da Serra	1999 2011	643 524	429 310	66,7 59,2	117 64	3,7 4,8	1,3 249,8
São Vicente de Lafões	1999 2011	793 756	326 206	41,1 27,2	89 53	3,7 3,9	1,0 251,2
Sejães	1999 2011	249 200	176 68	70,7 34,0	42 13	4,2 5,2	1,1 117,6
Souto de Lafões	1999 2011	703 841	286 142	40,7 16,9	72 32	4,0 4,4	1,3 194,8
Varzielas	1999 2011	434 359	255 144	58,8 40,1	67 17	3,8 8,5	1,5 128,6

População agrícola - dados gerais

Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura – 1999 e 2011 (Elaboração Própria)

	Período de referência	Suínos	Coelhos	Aves
Concelho de Oliveira de Frades	1999	5091	9117	2245300
	2011	1046	11645	1744449
Arca	1999	142	106	84380
	2011	89	4541	135921
Arcozelo das Maias	1999	479	772	267312
	2011	208	4026	195899
Destriz	1999	248	185	79226
	2011	131	265	82171
Oliveira de Frades	1999	611	323	257262
	2011	46	127	319698
Pinheiro	1999	2267	3180	152222
	2011	104	443	167050
Reigoso	1999	399	105	50649
	2011	105	249	32247
Ribeiradio	1999	376	631	183704
	2011	146	653	42443
São João da Serra	1999	111	245	74146

	2011	45	125	61447
São Vicente de Lafões	1999	171	1754	618754
	2011	56	910	359994
Sejães	1999	105	141	60746
	2011	22	59	35237
Souto de Lafões	1999	89	1580	268731
	2011	27	92	84868
Varzielas	1999	93	95	148168
	2011	67	155	227474

Efetivo animal

Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura – 1999/2011 (Elaboração Própria)

Nome da Empresa	Local de Estabelecimento	CAE - Subclasse	Nº. de empregados
SIFERGAL - Metalúrgica Transformadora, Lda.	Arcozelo das Maias	Fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal	13
Super Frango - Produção e Abate de Aves, Lda.	Oliveira de Frades	Abate de aves (produção de carne)	14
Amazónia Pão - Padaria Pastelaria, Lda.	Oliveira de Frades	Panificação	14
ASP - Industria de Plásticos, Lda. (Sede)	Oliveira de Frades	Fabricação de outros artigos de plástico, N.E.	16
BEIRAGLASS - Indústria e Comércio de Vidros, Lda.	Oliveira de Frades	Outras indústrias transformadoras diversas, N.E.	10
CAMPOAVES - Aves do Campo, S.A. - Sede	Oliveira de Frades	Abate de aves (produção de carne)	159
Carmo Estruturas em Madeira S.A.	Oliveira de Frades	Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção	56
Carmo, S.A.	Oliveira de Frades	Impregnação de madeira	26
MARTIFER Construções Metalomecânicas, S.A.	Oliveira de Frades	Fabricação de estruturas de construções metálicas	995
ESCADIMAISS – Fabrico de Escadas e Escadotes em Alumínio, Lda.	Oliveira de Frades	Fabricação de outros produtos metálicos diversos, N.E.	12
Padaria Lafonense, Lda.	Oliveira de Frades	Panificação	6
PREVICON - Pré-Esforçados, S.A.	Travassos	Fabricação de produtos de betão para a construção	37
Rações Classe – Alimentos Compostos para Animais, S A	Oliveira de Frades	Fabricação de alimentos para animais de criação (exceto p/aquicultura)	18
TOSCCA, Equipamentos em Madeira, Lda.	Oliveira de Frades	Fabricação de outras obras de madeira	38
VENTIPOWER, S.A.	Oliveira de Frades	Fabricação de motores e turbinas, exceto motores p/aeronaves, automóveis e motociclos	33
SAVIBEL, Sociedade Avícola, S.A.	Sobreiro	Abate de aves (produção de carne)	69
SORGAL - Sociedade de Óleos e Rações, S.A.	Pinheiro de Lafões	Fabricação de alimentos para animais de criação (exceto p/aquicultura)	30
CISFRA - Indústria Metalomecânica, Lda.	Reigoso	Fabricação de carroçarias, reboques e semirreboques	32
Serra & Silva, Lda.	S. Vicente de Lafões	Abate de aves (produção de carne)	69

Indústria do Concelho de Oliveira de Frades - dados de 2013

Fonte: Extrato da Lista da Indústria de Oliveira de Frades (Elaboração Própria)


	Mini mercado	Estação ou Posto de Correio	Ensino Básico 1º ciclo - público	Centro de Saúde ou Extensão	Farmácia	Centro de Dia	Biblioteca
Arca	e	e	e	n	n	n	n
Arcozelo das Maias	e	e	e	n	n	n	n
Destriz	n	n	e	n	n	n	n
Oliveira de Frades	e	e	e	e	e	e	e
Pinheiro	e	e	e	e	n	n	n
Reigoso	e	n	e	n	n	n	n
Ribeiradio	e	e	e	e	e	e	n
São João da Serra	e	e	e	n	n	n	n
São Vicente de Lafões	n	n	e	n	n	n	n
Sejães	n	n	e	n	n	n	n
Souto de Lafões	e	n	e	n	n	n	n
Varzielas	e	n	e	n	n	n	n

(e - existe; n - não existe)



Serviços existentes - Retrato da freguesia – 1998

Fonte: INE - Retrato da Freguesia – 1998 (Elaboração Própria)

## Anexo XV – Extrato do Estudo de Caracterização do Património Cultural


Ficha do Portefólio do Património n.º1		
Designação	Pelourinho de Oliveira de Frades	
Classificação	<p>Imóvel de interesse público</p> <p>Localizado em Oliveira de Frades, classificado pelo Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11/10/1933.</p> <p>Dispõe de zona geral de proteção de 50 metros.</p>	
Cronologia	Época de Construção Século XIX, Século XX	
Descrição	<p>Este pelourinho tem uma base quadrangular, um tronco piramidal em escada, um fuste cilíndrico com dois listéis junto à base e ao topo, onde assenta uma esfera lisa. O topo é cilíndrico e é encimado por uma meia esfera. Este Pelourinho é mais facilmente caracterizado pelo seu estilo oitocentista. Entre as décadas de 20 e 30 do século XX, o pelourinho foi desmontado e os fragmentos “sobreviventes” (base e coluna) foram guardados no jardim da antiga cadeia, localizada na Rua Luís de Camões (local onde foi classificado em 1933). Em 1993, quando a Câmara Municipal procedeu ao arranjo urbanístico da Praça Luís Bandeira, o pelourinho foi integrado nesse espaço, local onde atualmente se encontra.</p>	

Fonte: Elaboração Própria

Ficha do Portefólio do Património n.º20		
Designação	Igreja de São João Batista, Paroquial de Souto de Lafões, incluindo o seu património integrado	
Classificação	Monumento de interesse público, fixada a ZEP através da Portaria n.º 286/2013, DR, 2.ª série, n.º 92, de 14-05-2013	 
Cronologia	Séc. XIII	
Descrição	<p>De todos os edifícios religiosos do concelho, a Igreja de Souto de Lafões reveste-se de especial importância, pelos vestígios românicos do exterior e pela riqueza artística da talha dourada, das pinturas e dos frescos medievais. A riqueza artística da igreja de São João Batista de Souto de Lafões é testemunhada nas várias campanhas construtivas do edifício. A empreitada medieval, visível na cabeceira e na cachorrada da fachada exterior, reportam-nos ao século XIII. Uma arquitetura românica, onde são visíveis as marcas dos canteiros no granito, enriquecida por pontuais momentos escultóricos nos cachorros. Os frescos descobertos, no altar-mor, durante as obras de beneficiação e restauro testemunham outro momento período artístico, século XVI. Mas, é a obra barroca que caracteriza a obra atual. A exuberância decorativa da talha dourada embriaga os sentidos dos fiéis e dos visitantes. O altar-mor, que durante séculos escondeu os frescos, e os laterais são obras barrocas. O teto da igreja exhibe, ao centro, caixotões decorados com imagens sagradas, de ocidente para oriente mostram-se: S. Bernardo, S. Simão, Santa Catarina, S. Francisco, Santa Apolónia, S. Matias, Santa Maria Madalena, S. João Evangelista, S. Tiago Menor, Pomba do Espírito Santo e Cristo, S. Pedro, S. Judas Tadeu, a Pomba do Espírito Santo e S. André.</p>	

Fonte: Elaboração Própria



Designação	<i>Quercus Robur L.</i>		
Classificação	<p>Nos termos da al. b) do n.º2 do art.24.º do Decreto-Lei 498/88, de 30-12, aprovado pela Portaria 781/93, de 6-9, conforme aviso publicado no DR, 2ª, 108, de 10-5-95.</p>		
Descrição	<p>Vulgarmente conhecido por carvalho roble ou alvarinho, situado na Fontanheira, povoação de Entreáguas - Reigoso, concelho de Oliveira de Frades, pertencente a Armando Rodrigues da Silva.</p> <p>Este exemplar está registado no Inventário de Árvores de Interesse Público, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, com o N° de Processo KNJ1/268;</p>		

Fonte: Elaboração Própria



**Anexo XVI – Extrato do Estudo de Caracterização da Rede Viária,  
Mobilidade e Acessibilidade, Comunicações e Energia**



Estradas do Plano Rodoviário Nacional

Fonte: <http://www.estradasdeportugal.pt/index.php/pt/areas-de-atuacao/prn/143-mapas>

## **Anexo XII – Extrato do Estudo de Caraterização da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio à População**



Casa da Aldeia – Souto de Lafões



Cineteatro



Estação Rodoviária

Fonte: Elaboração Própria (10 de abril de 2014)

## Anexo XIII - Análise SWOT

Domínios	Pontos fracos
<b>Caraterização Física</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relevo acentuado que dificulta a acessibilidade e a prática da agricultura</li> <li>• Diferenças de altitude entre os 40 e os 995 m</li> <li>• Mau ordenamento florestal: incêndios florestais, aumento da produção de espécies de crescimento rápido (nomeadamente o eucalipto) e falta de limpeza da floresta</li> <li>• Falta de sensibilização para a conservação da natureza</li> <li>• Falta de soluções de tratamento e reciclagem de alguns resíduos específicos (focos de poluição)</li> </ul>
<b>Caraterização Património Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de divulgação e informação ao visitante</li> <li>• Falta de equipamentos turísticos</li> <li>• Pouco aproveitamento do património natural e construído como base para o turismo</li> <li>• Falta de identificação e classificação de zonas de interesse patrimonial</li> <li>• Fraco apoio à produção e venda de artesanato</li> <li>• Falta de dinamismo do comércio tradicional</li> <li>• Falta de parque de campismo</li> </ul>
<b>Caraterização Demográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saldo fisiológico positivo, contudo com tendência decrescente</li> <li>• Diminuição da taxa de crescimento natural</li> <li>• Decréscimo da população na maioria das freguesias do concelho</li> <li>• Desaparecimento (desertificação) de algumas localidades</li> <li>• Aumento da pressão urbanística na sede do concelho</li> <li>• Migração da população jovem, em especial os mais dinâmicos e habilitados, das áreas rurais do concelho para as zonas geradoras de emprego, sobretudo no litoral</li> </ul>
<b>Caraterização Socioeconómica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo de agricultura praticado é muito artesanal e com baixa rentabilidade</li> <li>• Pequena dimensão das parcelas agrícolas e florestais que provoca dificuldades na inserção de novas tecnologias</li> <li>• Subaproveitamento do potencial endógeno (produtos tradicionais, floresta, etc.)</li> <li>• Verifica-se uma diminuição do número de efetivos dos rebanhos</li> <li>• Falta de apoio à comercialização de produtos tradicionais</li> <li>• Baixo nível de instrução da população mais velha (principalmente as</li> </ul>

	<p>mulheres)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Desconhecimento dos apoios existentes para as atividades económicas</li><li>• Pouco associativismo e cooperativismo dos produtores</li><li>• Verificam-se desigualdades territoriais no desenvolvimento no que diz respeito a infraestruturas e equipamentos</li></ul>
<b>Caraterização Edifícios e Alojamentos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de qualidade de algumas habitações</li><li>• Falta de saneamento básico</li><li>• Existência de casas de emigrantes desabitadas todo o ano</li></ul>
<b>Caraterização Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio à População</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Baixo índice de cobertura das infraestruturas de saneamento básico e de tratamentos de resíduos</li><li>• Sistema de transportes pouco eficaz</li><li>• Serviços de urgência médica só durante o dia</li><li>• Má distribuição dos postos de telefone públicos</li><li>• Fraca cobertura ao nível de equipamentos turísticos (Hotéis)</li></ul>
<b>Caraterização Rede viária, Mobilidade e Acessibilidade, Comunicações e Energia</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Acessibilidade interna insuficiente e acesso difícil às freguesias mais distantes</li><li>• Degradação de algumas estradas municipais, bem como traçados pouco otimizados</li><li>• Falta de condições de circulação para os peões (passeios e passadeiras) em grande parte dos aglomerados atravessados por estradas de grande fluxo</li><li>• Rede de televisão por cabo só em algumas áreas do concelho</li></ul>
<b>Ordenamento do Território</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de qualificação dos centros urbanos</li></ul>

Domínios	Ameaças
<b>Caraterização Física</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de ordenamento do território nos aglomerados fora da sede de concelho</li> <li>Tendência registada para agressões paisagísticas, degradação do ambiente e recursos naturais</li> </ul>
<b>Caraterização Património Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mau estado de conservação de alguns valores patrimoniais, bem como a sua descaracterização</li> <li>Diminuta oferta de serviços profissionais especializados no turismo</li> <li>Barragem de Ribeiradio cobre alguns pontos de interesse</li> </ul>
<b>Caraterização Demográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Envelhecimento da população (resultante das maiores esperanças de vida, da diminuição dos nascimentos e da deslocação das famílias jovens), sobretudo nas zonas mais pobres e isoladas</li> </ul>
<b>Caraterização Socioeconómica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fragilidade do tecido empresarial, industrial e agrícola, e empresas com estruturas de gestão familiar e com baixa capacidade de investimento dos lucros</li> <li>Falta de quadros técnicos e de qualificação profissional para o processo produtivo</li> <li>Dificuldades de acesso às novas tecnologias da informação</li> </ul>
<b>Caraterização Edifícios e Alojamentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idade avançada das habitações</li> <li>Pouca oferta de alojamento vocacionado para o turismo</li> </ul>
<b>Caraterização Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio à População</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Insuficiência e mesmo falta de equipamentos básicos e desigualdades na distribuição deste bem (localizam-se nos maiores aglomerados)</li> <li>Desativação de várias escolas de ensino básico e jardim-de-infância</li> </ul>
<b>Caraterização Rede viária, Mobilidade e Acessibilidade, Comunicações e Energia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de transportes públicos e sua dependência com os dias e horários escolares</li> <li>Falta de interligação do sistema de transportes públicos com o dos outros concelhos vizinhos</li> </ul>
<b>Ordenamento do Território</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pouco envolvimento e participação dos cidadãos</li> </ul>

Domínios	Pontos Fortes
<b>Caraterização Física</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de valores paisagísticos</li> <li>Limpeza da água dos rios afluentes do Vouga e margens com potencialidades para recreio e lazer</li> <li>Ambiente de qualidade significativa</li> </ul>
<b>Caraterização Património Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de vestígios arqueológicos de grande valor</li> <li>Existência de arquitetura tradicional, isolada ou em conjuntos (monumentos e aldeias típicas) - geralmente património construído de boa qualidade</li> <li>Existência de um Museu</li> <li>Boas condições para turismo de natureza e desportos radicais</li> </ul>
<b>Caraterização Demográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regresso de alguns emigrantes para as suas povoações de origem</li> <li>Capacidade da vila para absorver perdas das freguesias vizinhas</li> <li>Capacidade de retenção da população superior ao do agrupamento e de Dão Lafões (decrêscimos da população menores)</li> </ul>
<b>Caraterização Socioeconómica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Boas condições para criação de frango de qualidade (criação em liberdade)</li> <li>Grande desenvolvimento industrial</li> <li>Existência de serviços diversificados para apoio á produção</li> <li>Potencialidades criadas através dos “Centros Rurais”, para as freguesias mais rurais do concelho (São João da Serra, Sejães)</li> <li>Regresso de alguns emigrantes com capacidade de investimento, o que é importante porque ocorre nas suas aldeias de origem onde ele é necessário</li> </ul>
<b>Caraterização Edifícios e Alojamentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Só uma pequena parte das habitações não é habitada pelo proprietário (arrendadas)</li> </ul>
<b>Caraterização Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio à População</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaços verdes de qualidade</li> <li>Destaque para os empreendimentos turísticos de turismo rural</li> <li>Instituições de apoio social para o acompanhamento de pessoas com diversos tipos de deficiência</li> <li>Museu Municipal</li> </ul>
<b>Caraterização Rede viária, Mobilidade e Acessibilidade, Comunicações e Energia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Boas acessibilidades rodoviárias ao litoral e à Europa (A25)</li> <li>Cobertura em toda a extensão do concelho de múltiplos painéis fotovoltaicos</li> </ul>
<b>Ordenamento do Território</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande empenho da Câmara Municipal em elaborar e executar PMOT's</li> <li>Intenção e preocupação de elaboração de estudos com interesse</li> </ul>

Domínios	Oportunidades
<b>Caraterização Física</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diversidade biológica</li> <li>Existência de recursos minerais</li> </ul>
<b>Caraterização Património Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de implementar ações na área do turismo em espaço rural</li> <li>Boas condições ambientais, paisagens de grande qualidade cénica (Serra da Freita e Caramulo), abundância de cursos de água geralmente despoluídos e alguns monumentos naturais</li> <li>Identidade cultural e tradições</li> </ul>
<b>Caraterização Demográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento da população na sede de concelho</li> <li>Capacidade de retenção de alguma população em idade ativa devido á boa oferta de emprego</li> </ul>
<b>Caraterização Socioeconómica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produtos endógenos de qualidade reconhecida (vitela, cabrito, castanha, noz, laranja, mel, vinho, etc.)</li> <li>Oferta de lotes infraestruturados para uso industrial com boas condições de aquisição</li> <li>Imagem, tradição, e projeção de Oliveira de Frades como polo de desenvolvimento industrial</li> </ul>
<b>Caraterização Edifícios e Alojamentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Só uma pequena parte das habitações não é habitada pelo proprietário (arrendadas)</li> </ul>
<b>Caraterização Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio à População</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de aeródromo (único na região)</li> <li>Dinâmica associativa assume no município um papel estratégico a vários níveis</li> </ul>
<b>Caraterização Rede viária, Mobilidade e Acessibilidade, Comunicações e Energia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Futura Barragem de Ribeiradio constitui uma importante infraestrutura de produção de energia hidroelétrica</li> </ul>
<b>Ordenamento do Território</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aposta na Implementação do Sistema de Informação Geográfica</li> </ul>

Fonte: Atualização da Matriz Existente - Elaboração Própria







**Anexo XX - Delimitação da REN de Oliveira de Frades – Proposta de exclusão**

<b>N.º de ordem</b>	<b>Superfície (m2)</b>	<b>Tipologia REN</b>	<b>Fim a que se destina</b>	<b>Síntese da Fundamentação</b>
C 1	4 263	Áreas com riscos de erosão	Espaço urbano de baixa densidade	Único sentido possível de expansão urbana dadas as características morfológicas do aglomerado e a já existência de construções pretende-se controlar a expansão. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 2	5 790	Áreas com riscos de erosão	Espaço urbano de baixa densidade	Construções existentes ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 3	596	Áreas com riscos de erosão	Espaço urbano de baixa densidade	Englobar o perímetro urbano até à última construção com rede viária infraestruturada – Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 4	578	Áreas com riscos de erosão	Espaço urbano de baixa densidade	Aumento do perímetro de modo a englobar construções existentes.
C 5	31 576	Cabeceiras de linhas de água	Espaço urbano de baixa densidade	Construções existentes ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 6	3 940	Áreas com riscos de erosão	Espaço de urbanização programada e espaço verde	Resulta do facto do perímetro urbano do PDM (1/25 000) não coincidir com o limite do Plano de Urbanização de Oliveira de Frades (1/5 000), pelo que o perímetro agora proposto resulta do ajustamento de ambos.
C 7	20 078	Áreas de máxima infiltração	Vários: Espaço central, espaço de atividades económicas, espaço de urbanização programada e espaço verde.	Áreas do Plano de urbanização de Oliveira de Frades em execução onde não se encontra cartografada qualquer sistema da REN em vigor, e acerca do qual tem sido criada a expectativa inerente ao desenvolvimento urbano de Oliveira de Frades.

N.º de ordem	Superfície (m2)	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da Fundamentação
C 8	3 697	Áreas de máxima infiltração	Espaço urbano de baixa densidade	Construções existentes ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 9	5 485	Áreas de máxima infiltração	Espaço urbano de baixa densidade	Pretende-se reconverter a zona envolvente à estação de caminho-de-ferro de São Vicente de Lafões e respetiva linha férrea, ambas desativadas à bastante tempo, para uso compatível com o aglomerado urbano de São Vicente de Lafões.
C 10	2 105	Cabeceiras de linhas de água	Espaço urbano de baixa densidade	Reconversão das instalações de exploração avícola não licenciadas para um uso compatível com o espaço urbano eliminando-se assim os atuais problemas de saúde pública da atual exploração.
C 11	15 258	Áreas de máxima infiltração	Espaço de edificação dispersa	Construções existentes ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 12	776	Cabeceiras de linhas de água	Espaço urbano de baixa densidade	Construções existentes ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 13	13 354	Áreas de máxima infiltração	Espaço urbano de baixa densidade	Construções existentes ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 14	9 281	Áreas de máxima infiltração	Espaço urbano de baixa densidade	Aumento do perímetro ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 15	8 127	Áreas de máxima infiltração	Espaço urbano de baixa densidade	Aumento do perímetro ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.

N.º de ordem	Superfície (m <sup>2</sup> )	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da Fundamentação
C 16	9 824	Áreas de máxima infiltração	Espaço urbano de baixa densidade	Ajuste do perímetro urbano de acordo com as construções já existentes.
C 17	4 523	Áreas com riscos de erosão	Solo Rural - Espaço de edificação dispersa	Construções existentes ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 18	7 040	Cabeceiras de linhas de água	Espaço urbano de baixa densidade	Construções existentes ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 19	9 372	Cabeceiras de linhas de água	Solo Rural - Espaço de edificação dispersa	Construções existentes ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.
C 20	9 124	Áreas com riscos de erosão	Espaço urbano de baixa densidade	A redefinição do atual perímetro urbano, onde se excluíram as áreas de linhas de água e encostas a elas associadas sem condições propícias à edificação, originou uma perda substancial do aglomerado de Ribeiradio. A zona da Torre, dispõe das condições adaptadas à ocupação urbana, quer pelas infraestruturas básicas existentes, quer pela proximidade da linha de caminho-de-ferro desativada e que poderá ser reutilizada como eixo estruturante de uma urbanização. Também as panorâmicas sobre Ribeiradio e Vale do Vouga são atrativas para este uso urbano. A inexistência de REN cartografada, nesta zona, no momento de redefinição dos perímetros urbanos criou a presente expectativa pelo que se solicita a sua exclusão.
C 21	19 079	Áreas de máxima infiltração	Espaço de atividades industriais	Ampliação da área industrial existente.
C 22	8 425	Áreas de máxima infiltração	Espaço urbano de baixa densidade	Construções existentes ao longo das vias infraestruturadas, bem como pretensões de preenchimento e consolidação da malha já existente. Enquadrável na alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º do DL n.º 93/90.

N.º de ordem	Superfície (m <sup>2</sup> )	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da Fundamentação
C 23	29 501	Cabeceiras de linhas de água	Espaço Florestal de Produção	Situação existente de exploração agropecuária, legalmente construída.
C 24	1 772	Áreas com Riscos de erosão	Espaço florestal de Produção	Situação existente de exploração agropecuária. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para uso agropecuário.
C 25	441	Áreas com Riscos de erosão	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Situação existente de exploração agropecuária. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para uso agropecuário.
C 26	597	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Situação existente. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para integração em espaço urbano de baixa densidade.
C 27	7 448	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Situação existente. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para integração em espaço urbano de baixa densidade.
C 28	5 733	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Agrícola	Situação existente. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para uso agropecuário e de habitação.
C 29	7 418	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Situação existente. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para integração em espaço urbano de baixa densidade.
C 30	5 393	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço de edificação dispersa	Situação existente. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para integração em espaço de edificação dispersa.

N.º de ordem	Superfície (m <sup>2</sup> )	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da Fundamentação
C 31	2 296	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Agrícola	Situação existente de exploração agropecuária. Com elevado nível de infraestruturização, para integração em espaço agrícola.
C 32	5 373	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Agrícola	Situação existente de exploração agropecuária, para integração em espaço agrícola.
C 33	3 435	Áreas com Riscos de erosão	Espaço Florestal de Produção	Situação existente de exploração agropecuária. Com elevado nível de infraestruturização. Área efetivamente já comprometida com edificação legalmente construída, licenciadas ou autorizadas para uso agropecuário.
C 34	3 557	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Florestal de Produção	Situação existente de exploração agropecuária legalmente construída, licenciadas ou autorizadas.
C 35	23	Cabeceiras de linhas de água	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Infraestruturas existentes. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para integração em espaço urbano de baixa densidade.
C 36	1982	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Urbano de Baixa Densidade	
C 37	888	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Urbano de Baixa Densidade	
C 38	1531	Cabeceiras de linhas de água + Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Urbano de Baixa Densidade	

N.º de ordem	Superfície (m²)	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da Fundamentação
C 39	11 951	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Infraestruturas existentes. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para integração em espaço urbano de baixa densidade.
C 40	9 412	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Situação existente Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para integração em espaço urbano de baixa densidade.
C 41	692	Áreas de Máxima Infiltração + Cabeceiras de linhas de água	Espaço Urbano de Baixa Densidade	
C 42	27 624	Cabeceiras de linhas de água	Espaço Florestal de Produção	Situação existente. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas com uso agropecuário.
C 43	10 068	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Florestal de Produção	Situação existente. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas com uso de oficina.
C 44	8 430	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Urbano de atividades económicas	Situação existente. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas, a integrar em espaço de atividades económicas.
C 45	411	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Urbano de atividades económicas	Área infraestruturada em que o objetivo é uma delimitação que respeite as distâncias necessárias para implantação de edificação.
C 46	3 904	Áreas com Riscos de erosão +Faixa de proteção às Albufeiras	Espaço Natural	Com elevado nível de infraestruturção. Edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas com uso habitacional e agropecuário, para incluir em espaço natural.

N.º de ordem	Superfície (m2)	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da Fundamentação
C 47	13 033	Cabeceiras de linhas de água	Espaço Agrícola e florestal de produção	Situação existente de exploração agropecuária. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas com uso agropecuário.
C 48	1454	Cabeceiras de linhas de água	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas. Não se pretende excluir área de leito de curso de água.
C 49	6712	Cabeceiras de linhas de água	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas. Não se pretende excluir área de leito de curso de água.
C 50	9 362	Áreas com Riscos de Erosão	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Situação existente. Com elevado nível de infraestruturação. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas.
C 51	9 523	Áreas de Máxima Infiltração	Espaço Agrícola	Situação existente de exploração agropecuária. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para uso agropecuário.
C 52	25 490	Faixa de proteção às Albufeiras	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas. Edificações existentes pertencentes ao aglomerado urbano de Casal de Sejães, afetado pela proximidade da futura albufeira da Barragem de Ribeiradio.
C 53	9 451	Faixa de proteção às Albufeiras	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Situação existente. Edificações existentes pertencentes ao aglomerado urbano de Casal de Sejães, afetado pela proximidade da futura albufeira da Barragem de Ribeiradio.
C 54	8 815	Faixa de proteção às Albufeiras	Espaço Urbano de Baixa Densidade	Situação existente. Edificações existentes pertencentes ao aglomerado urbano de Casal de Sejães, afetado pela proximidade da futura albufeira da Barragem de Ribeiradio.
E 55	671	Áreas de Máxima Infiltração	Edificação urbana Espaço urbano de atividades económicas	Situação existente. Área efetivamente já comprometida com edificações legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas para integração.

### **Anexo XIII - Pedreira de “Monteteso”**



Fonte: Elaboração Própria (8 de Maio de 2014)



## Bibliografia

- ALMEIDA, S. e MATOS, M., (2006), "*Disseminação de Informação Geográfica nas autarquias locais. O caso da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim*", in IX Encontro de Utilizadores de Informação Geográfica";
- ALMEIDA, S., (2006), "*Proposta de um modelo para a disseminação da informação geográfica nas autarquias locais*", Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho;
- ALVES, T., (2011), "O contributo das iniciativas comunitárias para o desenvolvimento do território. O caso do município de Oliveira de Azeméis". Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- CAEIRO, S., (2013), "*Planos e Políticas de Gestão Territorial na Europa e Portugal*", Universidade Aberta de Lisboa;
- CALDEIRA, J., (2008), As grandes opções da LBPOTU e a agenda necessária à constituição e consolidação do sistema de gestão territorial, in AdUrbem – 10 anos da LBPOTU;
- FERRÃO, J., (2010), "Ordenamento do Território: 25 anos de aprendizagem". Europa Novas Fronteiras: Portugal - 25 anos de Integração Europeia;
- GONÇALVES, J., (2009), Colmatar a deriva urbanística do planeamento municipal: remediação ou oportunidade?, in InforGeo;
- GONÇALVES, M., (2012), Desenvolvimento local e os desafios profissionais do planeador, Universidade de Aveiro, 2012;
- GREGO, M. e GABRIEL, M., (2012), "*Guia orientador da revisão do PDM*". CCDRC, Coimbra;
- MACHADO, J., (2000), "*A emergência dos Sistemas de Informação Geográfica na análise e organização do espaço*", Fundação Calouste Gulbenkian;
- MATOS, J., (2001), "*Fundamentos de Informação Geográfica*", 4ª edição, Lidel;
- PEREIRA, M., (2003), *Os próximos desafios do planeamento municipal*, e-GEO (Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa;

- PEREIRA, M., (2011), *Documentação de apoio à disciplina de Ordenamento do Território*, Mestrado em Gestão do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Relatório (2006), Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- SANTINHA, G. e MARQUES, T., (2012), “*A integração do princípio de Coesão Territorial na agenda política: o caso português*”. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território;
- SEVERINO, E., (2006), “*Sistemas de Informação Geográfica nas autarquias locais – modelo de implementação*”, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa;
- SIMÕES, J., (2007), *Ordenamento Municipal e Desenvolvimento Local: Uma Reflexão*, InforGeo;
- VENTURA, J. e ALMEIDA, L., (2010), “*O regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público – objetivos e desafios*”, in ATAS do XII Colóquio Ibérico de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

## **Legislação**

- Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro: regulamento de segurança de linhas elétricas;
- DL n.º 13/94, de 15 de janeiro: servidões rodoviárias;
- DL n.º 225/2007, de 31 de maio: concretiza um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis previstas na estratégia nacional para a energia;
- Despacho n.º 857/2011, de 11 de janeiro de 2011;
- Lei n.º 79/77, de 25 outubro: lei das Atribuições e Competências das autarquias;
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro: estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais;
- DL n.º 100/84, de 29 de março: revê a lei n.º 79/77, de 25 de outubro;

- DL n.º 208/82, de 26 de maio: define as linhas mestras e permite a plena utilização do PDM como instrumento do ordenamento do território;
- DL n.º 69/90, de 2 de março: regula a elaboração, aprovação e ratificação dos PMOT;
- Lei n.º 48/98, de 11 de agosto: lei de bases da política de ordenamento do território;
- Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto: primeira alteração à lei n.º 48/98, de 11 de agosto;
- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio: lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;
- DL n.º 380/99, de 22 de setembro: regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;
- DL n.º 310/2003, de 10 de dezembro: terceira alteração ao DL n.º 380/99, de 22 de setembro;
- DL n.º 46/2009, de 20 de fevereiro: procede a sexta alteração do DL n.º 380/99;
- DL n.º 2/2011, de 6 de janeiro: procede a última alteração do DL n.º 380/99;
- DL n.º 80/2015, de 14 de maio: aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;
- Portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro: fixa os demais elementos que devem acompanhar os PMOT;
- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio: lei de bases geral da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;
- DL n.º 180/2006, de 6 de setembro: quinta alteração ao DL n.º 93/90, de 10 de março;
- Portaria n.º 91/2010, de 11 de fevereiro: classificação da barragem de Ermida;
- DL n.º 502/71, de 18 de novembro: insere disposições relativas à classificação, proteção e exploração das albufeiras de águas públicas;
- Decreto regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro: classifica as albufeiras de águas públicas de serviço público;
- Decreto regulamentar n.º 37/91, de 23 de julho: altera o Decreto Regulamentar n.º 2/1988, de 20 de janeiro;
- Decreto regulamentar n.º 3/2002, de 4 de fevereiro: classificação de um número significativo de albufeiras de águas públicas;

- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro: aprova a lei da água;
- Diretiva n.º 2000/60/CE, do parlamento europeu e do concelho, de 23 de outubro: estabeleceu um quadro de ação comunitária no domínio da política da água;
- DL n.º 107/2009, de 15 de maio: define o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público bem como do respetivo território envolvente apos a sua classificação;
- Decreto regulamentar n.º 15/2002, de 14 de março: apresenta o diagnóstico da situação da bacia hidrográfica do Vouga,
- Lei n.º 83/1996, de 17 de agosto: lei de bases da política florestal;
- DL n.º 16/2009, de 14 de janeiro: aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal;
- Despacho n.º 11592/1998 (2ª série), de 19 de junho, do secretário de estado da administração local e ordenamento do território: aprovação da C.T.A. para a revisão do PDM de Oliveira de Frades;
- Decreto regulamentar n.º 3/2002, de 4 de fevereiro: classificação da barragem de Ribeiradio;
- Portaria n.º 522/2009, de 15 de Maio: reclassificação da albufeira classificada de Ribeiradio;
- DL n.º 316/2007, de 19 de setembro: procede á quinta alteração do DL nº 380/99 de 22 de setembro;
- Decreto regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio: estabelece os critérios de classificação do solo rural e urbano;
- Decreto regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio: fixa a cartografia a utilizar nos IGT, bem como na representação de quaisquer condicionantes;
- DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro: regulamento geral do ruido;
- DL n.º 278/2007, de 1 de agosto: alteração ao DL nº 9/2007, de 17 de janeiro;
- DL n.º 124/2006, de 28 de junho: estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios;
- DL n.º 46/2009, de 20 de fevereiro: conteúdo documental do PDM;
- DL n.º 239/2012, de 2 de novembro: REN;
- DL n.º 93/1990, de 19 de março: definição dos sistemas biofísicos da REN;

- DL n.º 340/2007, de 12 de outubro: etapas da tramitação dos processos efetuados no decorrer do licenciamento de uma pedreira;
- DL n.º 239/2012, de 2 de novembro: importantes alterações no âmbito dos usos e ações compatíveis com a REN;
- DL n.º 166/2008, de 22 de agosto: aprova o regime jurídico da REN;
- Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro: define as situações de usos os ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais integradas em REN;

#### **Documentos da Câmara Municipal de Oliveira de Frades**

- Volume n.º 3 da proposta de revisão do PDM: Elementos que acompanham o PDM – Relatório;
- Volume n.º 2 da proposta de revisão do PDM: Elementos que constituem o PDM – Regulamento;
- Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira de Frades;
- Documentos do arquivo da Câmara.

#### **Sites Consultados**

- <http://www.cm-ofrades.com> (acedido em 12 de fevereiro de 2014);
- [www.dgotdu.pt](http://www.dgotdu.pt) (acedido em 24 de março de 2014);
- [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (acedido em 10 dezembro de 2013);
- <http://www.pordata.pt> (acedido em 18 de janeiro de 2014);
- [www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt) (acedido em 20 de fevereiro de 2014);
- <http://www.a-nossa-energia.edp.pt/noticias/artigo.php?id=74> (acedido em 3 de março de 2014);
- <https://dre.pt> (acedido em 7 de abril de 2014);
- [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt) (acedido em 22 de abril de 2014).